

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Daniela Alves Carvalho

“NA CURVA DO RIO” ONDE O PIRARUCU E A CIDADE SE
MESCLAM: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA CIDADE DE
FONTE BOA NA REDE URBANA DA CALHA DO RIO
SOLIMÕES/AM.

Manaus

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DANIELA ALVES CARVALHO

“NA CURVA DO RIO” ONDE O PIRARUCU E A CIDADE SE
MESCLAM: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA CIDADE DE
FONTE BOA NA REDE URBANA DA CALHA DO RIO
SOLIMÕES/AM.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Amazonas, como
parte dos requisitos para obtenção do
Título de Mestre em Geografia, com
orientação da Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor, linha de
pesquisa: Território, Espaço e Cultura na
Amazônia.

Manaus

2010

Carvalho, Daniela Alves

“Na curva do rio” onde o pirarucu e a cidade se mesclam: um estudo sobre o papel da cidade de Fonte Boa na rede urbana da calha do rio Solimões/AM/ Daniela Alves Carvalho. - Manaus: UFAM, 2010.

161 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Geografia) Defesa de Mestrado do PPGG da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor

1. Fonte Boa. 2. Políticas Ambientais 2. MEB 3. Rede Urbana 4. Manejo Sustentável 5. Pirarucu 6. Fonte Boa - Amazonas I. Schor, Tatiana II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Daniela Alves Carvalho

“NA CURVA DO RIO” ONDE O PIRARUCU E A CIDADE SE
MESCLAM: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA CIDADE DE
FONTE BOA NA REDE URBANA DA CALHA DO RIO
SOLIMÕES/AM.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da Universidade
Federal do Amazonas – UFAM. Área de
concentração: Território, Espaço e Cultura na
Amazônia.

Banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Tatiana Schor

(Presidente e Orientadora/PPG/GEOG – UFAM)

Prof. Dr. Nelcioneý José de Souza Araújo

(Membro Titular/ UFAM/DEGEO)

Prof. Dr. George Henrique Rebelo

(Membro Titular/INPA)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado da Senhora **DANIELA ALVES CARVALHO**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, área de concentração em Amazônia: Território e Ambiente, realizada no dia **4 de novembro de 2010**.

Aos **quatro** dias do mês de **novembro** de **2010**, às **14:00** horas, na Sala de Aula Audiovisual do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado, intitulada **“CURVA DO RIO: ONDE O PIRARUCU E A CIDADE SE MESCLAM – UM ESTUDO SOBRE O PAPEL DA CIDADE DE FONTE BOA E A REDE URBANA DA CALHA DO RIO SOLIMÕES - AM”**, sob orientação da Professora Doutora **TATIANA SCHOR (UFAM/DEGEO)**, da aluna **DANIELA ALVES CARVALHO**, em conformidade com o Art. 83 do Regimento Geral de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, como parte final de seu trabalho para a obtenção do grau de **MESTRE EM GEOGRAFIA**, área de concentração em **AMAZÔNIA: TERRITÓRIO E AMBIENTE**. A Comissão Julgadora foi constituída pelos seguintes membros: **Professora Doutora TATIANA SCHOR (Orientadora/Presidente (UFAM/DEGEO))**, **Professor Doutor GEORGE HENRIQUE REBELO (INPA)** e o **Professor Doutor NELCIONEY JOSÉ DE SOUZA ARAÚJO (UFAM/DEGEO)**. a Presidente da Comissão Julgadora deu início à sessão convidando os membros da Comissão Julgadora e a Mestranda a tomarem seus lugares. Em seguida, a Senhora Presidente informou sobre o procedimento do exame. A palavra foi facultada a Mestranda para apresentar uma síntese do seu estudo e responder às perguntas formuladas pelos membros da Comissão Julgadora. Após a apresentação e arguição pelos membros da Comissão Julgadora, esta se reuniu onde decidiu, por unanimidade, que a aluna foi **“APROVADA”**. A sessão foi encerrada. Eu, Maria das Graças Luzeiro, Secretária do PPG-GEOG, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, pelos membros da Comissão Julgadora e pela Mestranda. Manaus (AM), **4 de novembro de 2010**.

Comissão Julgadora	Rubrica	Conceito
Profa. Dra. Tatiana Schor Orientadora/Presidente (UFAM/DEGEO)		“Aprovada”
Prof. Dr. GEORGE HENRIQUE REBELO Membro (INPA)		“Aprovada”
Prof. Dr. Nelcioneuy José de Souza Araújo Membro (UFAM/DEGEO)		“Aprovada”
 Daniela Alves Carvalho Mestranda		Maria das Graças Luzeiro Secretária do PPG-GEOG

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a toda minha família, por todo o carinho e apoio, em especial ao meu marido/companheiro, por me fazer entender um pouco da Amazônia, antes mesmo de conhecê-la. Aos bons amigos que nesta terra fiz (a segunda família) e aos colegas de turma, em especial a Diane Sacramento, pelos desabafos e apoio moral. À minha orientadora, Tatiana Schor por proporcionar essa nova discussão no meu caminhar acadêmico, e pela paciência também. Aos funcionários de todos os órgãos aqui relatados em especial a Associação Agro-Extrativista Auati – Paraná, IDSFB e a Paróquia de Fonte Boa na pessoa de Dom Mário, que proporcionaram uma abertura e acesso a documentos necessários a essa pesquisa, os quais viabilizaram este trabalho. À Universidade Federal do Amazonas - UFAM, pela oportunidade de participar de seu programa de mestrado e utilização de suas instalações. À secretaria do curso, na pessoa de D. Graça, pelo bom relacionamento e apoio administrativo necessários. Agradeço também a CAPES pela bolsa concedida, viabilizando minha dedicação para realizar a pesquisa. Enfim, agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente a produção desse trabalho. Vocês são co-autores deste.

RESUMO

Entender a dinâmica urbana na Amazônia ocidental é um desafio. Entendê-la por meio da análise dos impactos das diversas políticas ambientais é um desafio ainda maior. É nesse contexto que esta dissertação se insere. Busca-se compreender o papel de Fonte Boa na rede urbana da calha do rio Solimões no Amazonas, por meio da análise das políticas ambientais, da origem do núcleo urbano no Brasil colônia, do papel das missões católicas, dos Movimentos Eclesiais de Base (MEB) ao Manejo Sustentável do Pirarucu. Os impactos, as transformações e permanências na estrutura e na rede urbana decorrentes desses processos são analisadas e o Pirarucu torna-se elo essencial. É o Manejo Sustentável da espécie nativa que dinamiza a rede urbana. É o produto não-urbano que urbaniza a região.

Palavras chaves: Políticas Ambientais, MEB, Rede Urbana, Manejo Sustentável, Pirarucu, Fonte Boa/AM.

ABSTRACT

It is an enormous challenge to understand the dynamics of urbanization in the Western Amazonian cities. It is also a challenge to understand this urbanization through several environmental policies analysis. This study aims to understand the role the municipality of Fonte Boa in the context of Solimões river basin by analyzing several aspects such as: environmental policies, history of initial human settlement during colonial times, catholic missions, under-root ecclesiastic movement and finally sustainable management of Pirarucu fish. The impacts of these processes are analyzed and the Pirarucu's management became an essential link to urban development. Thus, a non urban product is responsible for urbanization in the region.

Key words: Environmental Policies, MEB, Urban net, Pirarucu, Sustainable Management, Fonte Boa/AM

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Representação esquemática da propriedade comunitária e da várzea.....	96
Figura 02 - Perfil esquemático da várzea amazônica.....	105
Figura 03 - Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) macho com 153 cm de comprimento total, pescado dia 25 de novembro 2008, na Reserva Extrativista Auati-Paraná.....	109
Figura 04 - Croqui esquemático dos lagos e sua forma de uso na comunidade Vencedor na RESEX Auati-Paraná.....	122
Figura 05 - Momento de contagem do Pirarucu no lago/RDSM.....	126
Figura 06 - Canoas típicas usadas na contagem e despesca do Pirarucu no lago. RESEX Auati - Paraná, 2008.....	126
Figura 07 - Conversas e estratégias de distribuição em grupos para posicionamento na “beira” do lago/RESEX Auati –Paraná.....	133
Figura 08 - Ritual de iniciação da pesca regida por três fatores: Paciência, Observação, Silêncio e Equilíbrio na proa da canoa/RDSM.....	133
Figura 09 - Arpão lançado e Pirarucu capturado. Equilíbrio fator importante para não cair no lago e perder o peixe.....	133
Figura 10 - No momento em que os pescadores conseguem capturar o peixe, o trabalho em equipe volta a acontecer, pois o peixe capturado pesa 177,5 quilos, medindo 2,6 metros.....	134
Figura 11 - Pirarucu sendo pesado na RESEX Auati – Paraná, 2008.....	136
Figura 12 - Canoas típicas na pesca do Pirarucu.....	136
Figura 13 - Barco de pesca regional.....	136
Figura 14 - Barco Pesqueiro em procedimento de armazenamento do Pirarucu.....	136
Figura 15 - Containers de um dos frigoríficos compradores da produção.....	136
Figura 16 - Cadeia Produtiva do Pirarucu na cidade de Fonte Boa.....	158

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Arrecadação em R\$ pelas comunidades e/ou associações com a comercialização do Pirarucu.....	144
Gráfico 02: Pescadores que Participaram do manejo e Renda Média por Pescador.....	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Mapa do Corredor Central da Amazônia, identificando as áreas protegidas inseridas nesse corredor.....	38
Mapa 02 - Mapa de Unidades de Conservação Estaduais e Federais do Estado do Amazonas.....	52
Mapa 03 - Mapa do Mosaico de unidade de conservação do baixo rio Negro.....	58
Mapa 04 - Mapa do Mosaico Apuí.....	59
Mapa 05 - Mapa de Localização das áreas protegidas inseridas em Fonte Boa.....	63
Mapa 06 - Mapa da Reserva Extrativista Auati – Paraná/FB/AM.....	64
Mapa 07 - Mapa de localização da RDS Mamirauá, evidenciando a área focal (área principal de desenvolvimento de ações do IDSM) e área subsidiária (área com pouca iniciativa de atividade do IDSM).....	65
Mapa 08 - Mapa de Localização do Município de Fonte Boa/AM.....	76
Mapa 09 - Mapa de Localização das áreas protegidas no limite territorial da Cidade de Fonte Boa- Manaus /Amazonas.....	78
Mapa 10 - Imagem da Bacia Amazônica com antigas denominações dos povoados localizados na calha do rio Solimões.....	84
Mapa 11 - Localização da RDS Mamirauá.....	120
Mapa 12 - Lagos Manejados no município de Fonte Boa.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Sistema de Unidade de Conservação Existente no Estado do Amazonas atualizado até dezembro de 2008.....	50
Tabela 02 - Unidades de Conservação no alto/e médio rio Solimões, 2008.....	52
Tabela 03 - Mosaicos de Unidades de Conservação localizados no Estado do Amazonas.....	57
Tabela 04 - Tipo de restrições definidas pelo IBAMA para Bacia Amazônica.....	125
Tabela 05 - Cotas Autorizadas pelo IBAMA e cotas capturadas de Pirarucu em 2008.....	129
Tabela 06 – Produção de Pirarucu no ano de 2008.....	139
Tabela 07 - Compradores da produção de Pirarucu.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Estado do Amazonas
AAPA	Associação Agro-extrativista Auati-Paraná
ARPA	Programa Áreas protegidas da Amazônia
CEUC	Centro Estadual de Unidade de Conservação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
DEPAQ	Departamento de Pesca e Aqüicultura
GTZ	Agência de Cooperação Técnica
IBAMA	Instituto Brasileiro Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDSFB	Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IMA	Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas.
MEB	Movimento de Educação e Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira
OEMA	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente
PGAM	Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental do Estado do Amazonas
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista.
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente.
SEPROR	Secretaria de produção agropecuária Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado
SEPLAN	Secretaria do Estado de Planejamento Econômico do Amazonas
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação

KFW Banco de Fomento da República Federal da Alemanha.
WWF/BRASIL Fundo Mundial para a Natureza.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - O Papel das Políticas Ambientais na Produção do Espaço na Amazônia	25
1.1 Políticas Ambientais na Amazônia Brasileira.....	26
1.2 Política Estadual de Meio Ambiente no Amazonas.....	40
1.2.1 Áreas Protegidas no Estado do Amazonas.....	45
1.2.2 Sistema de Unidades de Conservação no Estado.....	49
1.3 A Política Ambiental no Estado do Amazonas: e seus reflexos em Fonte Boa.....	62
CAPÍTULO II - Da Cidade do Padre à Cidade do Manejo Sustentável	74
2.1 "Na Curva do Rio": das missões religiosas à cidade de Fonte Boa.....	75
2.2 A Cidade de Fonte Boa: do aldeamento, das missões ao comércio da borracha.....	79
2.2.1 Ciclos Econômicos: drogas do sertão e borracha.....	85
2.2.2 O Papel da Igreja na organização das "comunidades".....	95
2.3 A Cidade se apropria do discurso ambiental e "sustentável".....	104
CAPÍTULO III - O Manejo do Pirarucu Produzindo Espaço e Articulando a Rede Urbana da Calha do rio Solimões/AM	106
3.1 A Produção e Organização Espacial: atividade do Pirarucu contribuindo para a produção de espaço em Fonte Boa.....	107
3.2 As Organizações Sociais que fundamentam a atividade de manejo do Pirarucu.....	119
3.3 Espaço de Produção e o Espaço de Circulação: o Pirarucu dinamizando a rede urbana.....	125
3.3.1 O Espaço de Produção da Atividade de Manejo: na "beira do lago".....	131
3.3.2 Espaço de Circulação da Atividade de Manejo: comercialização do Pirarucu.....	136
3.3.3 Impactos na renda da Atividade de Manejo do Pirarucu no ano de 2008.....	141
3.4 A Regularização da Atividade de Manejo do Pirarucu Produzindo Espaço em Fonte Boa.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	156

INTRODUÇÃO

Pensar na cidade de Fonte Boa e seu papel na rede urbana da calha do rio Solimões, exigem como ponto de partida, a relevância da formação socioespacial da cidade frente a esta rede. Tal colocação não visa afirmar uma rigidez hierárquica, mas considerar as especificidades apresentada pelo “pequeno núcleo” na sua formação e no seu espaço urbano estabelecido na calha do rio Solimões, desvendando a pluralidade de sujeitos e ações, que a envolvem em níveis distintos de interações ou não na rede.

Ao realizar o exercício teórico com apoio na pesquisa empírica, pode-se aproximar-se da evolução socioespacial em Fonte Boa na rede da calha do rio Solimões.

A cidade de Fonte Boa enquanto espaço de construção territorial, constitui uma instância da sociedade, em que se dispõem ao longo do tempo, das instâncias econômicas, cultural, política e ideológica. Em outras palavras, trata-se de um espaço-social, produzido historicamente a partir da inter-relação entre a sociedade/natureza e controle territorial.

Trata-se, então, de um lugar diferenciado que incorpora a cotidianidade da forma urbana pelos usos e conteúdos presentes na reprodução da vida social local. Porém, o ritmo dessa cidade, não impõe um leque de necessidades supérfluas que tornam o morador um mero consumidor de mercadorias. Apesar das mudanças produtivas e tecnológicas das últimas décadas, que criaram obrigações às pessoas e profissionais que impuseram uma dinâmica de vida acelerada, Fonte Boa ainda está atrelada ao modo de vida extrativista dos caboclos.

Nesse contexto, a modernidade chega a essa cidade pelas políticas ambientais que modificam o cotidiano das pessoas, que não é só modificado no vivido, mas também no percebido. Criando, uma dinâmica diferenciada das outras cidades estabelecidas na calha do rio Solimões, através da atividade de manejo do Pirarucu. Devido às políticas de manejo “sustentável” do Pirarucu este produto se torna um forte componente da rede urbana. Existe

também em Fonte Boa a pesca de varias espécies, mas este trabalho abordará apenas o Pirarucu, pois este é, sem dúvida, emblemático para a análise do manejo sustentável.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral: compreender a produção do espaço urbano no Amazonas especificamente na cidade de Fonte Boa, no contexto de áreas protegidas, investigando as seguintes questões: O que difere Fonte Boa das outras cidades estabelecidas na calha do rio Solimões? ; As novas formas de organização espacial, realizadas por meio de políticas ambientais, modificam o percebido e o vivido nas cidades do Amazonas? ; Em que medida as políticas ambientais estabelecidas no Amazonas, em especial no rio Solimões, chegam à cidade de Fonte Boa?; Como essas políticas ambientais, circunscrevem espaços e modos de utilizá-los?; Quem são esses sujeitos e/ou atividades que fundamentam essas políticas? .

Tratar dessas questões significa confrontar os principais questionamentos que o espaço apresenta, nos quais se busca, com análise e reflexão, um sentido, ou quem sabe algumas respostas.

Para compreender essas questões se faz necessário realizar um resgate histórico da forma contemporânea de conceber o espaço na Amazônia, considerada como áreas protegidas e a própria cidade contemporânea, enquanto produto de relações sociais produtivas. Para Lefebvre (2001) a cidade se transforma quando muda a sociedade de forma global. Em sua trajetória histórica, a cidade passou por várias transformações que se inscrevem no tempo e no espaço por meio de atos e agentes sociais. Estes a marcam e fizeram as relações de produção e propriedade e por consequência “as relações entre as classes e as relações de lutas de classe, portanto as ideologias (religiosas, filosóficas, isto é ética e estética, jurídica, etc.” Lefebvre, 2001, p.55).

Nesse contexto procura-se compreender a trajetória histórica da cidade de Fonte Boa, a partir das missões religiosas do século XVI e das ações da Igreja Católica na formação das “comunidades” eclesiais de base, através do Movimento de Educação de Base e da Comissão Pastoral da Terra. A partir da reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial Corrêa (1987 p. 40). Reconstruir essa trajetória histórica, datada na cidade de Fonte Boa, possibilita compreender os diversos aspectos do momento atual desse espaço.

A metodologia para esta pesquisa baseou-se em procedimentos de revisão bibliográfica, de autores que abordam a temática apresentada da análise das políticas ambientais, e de trabalho de campo, obtendo dados primários e secundários. Foram realizadas também observações diretas de eventos coletivos, como as assembléias de planejamento da atividade de manejo do Pirarucu, promovidas pela Associação Agro-Extrativista Auati-Paraná -AAPA e Colônia Z52, e outras situações que ocorreram durante a pesquisa de campo, incluindo as atividades de monitoramento do manejo do Pirarucu pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis -IBAMA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Fonte Boa - IDSFB. A observação direta dessas situações sociais possibilitou compreender como se constitui as relações sociais e institucionais geradas por essa atividade e como essa produz e reproduz espaços urbanos.

Para obtenção de dados primários foram realizadas um total de 40 entrevistas semi-estruturadas e abertas. As entrevistas semi-estruturadas, teve como eixo orientador as questões acima descritas, procurando garantir que o diversos participantes (a seguir descrito) respondam às mesmas questões, não exigindo uma ordem rígida nas questões, onde o desenvolvimento da entrevista vai-se adaptando ao entrevistado, mantendo um grau de flexibilidade na exploração das questões. As entrevistas abertas atendeu a finalidade

exploratória para obter detalhamento das questões trabalhadas no objeto de pesquisa e formulação mais precisa dos conceitos relacionados ao tema da pesquisa. Esta foi utilizada para se obter o maior número possível de informações sobre o tema, segundo a visão dos entrevistadores, e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ambas as técnicas de entrevistas foram registradas em gravador, com diversos agentes sociais, a saber: Associação Agro-extrativista Auati –Paraná/AAPA, Comunidades, Colônia Z52; Associação de Pescadores e Pescadoras de Fonte Boa/APFB; Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boa/IDSFB; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá/IDSM; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais- IBAMA; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Centro Estadual de Unidade de Conservação do Estado do Amazonas; Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM; Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –SDS; Paróquia de Fonte Boa na Eminência de D. Mário Clemente, Paróquia da cidade de Tefé na Eminência Dom Sérgio Eduardo Castriani, bispo prelado, e registro fotográfico. Essas entrevistas foram guiadas sobre o objetivo geral deste trabalho, descrito inicialmente. As entrevistas foram realizadas em Fonte Boa, no rio Auati-Paraná, em Tefé, e Manaus no ano de 2009 a 2010.

O levantamento de base de dados secundários foi realizado a partir do censo demográfico de 2000 do IBGE, bem como de dados existentes nas várias instituições acima citadas (foram utilizados dados do ano de 2000 devido à indisponibilidade de informações atualizadas).

Ao todo, realizaram-se quatro atividades de campo entre o ano de 2008/ 2009, a saber: duas viagens a cidade de Fonte Fonte/Tefé e duas a região dos lagos onde são realizadas as atividades de manejo do Pirarucu.

A primeira viagem aconteceu de 06 a 15 de abril de 2008, nesse período foi possível estabelecer contato com algumas instituições e seus respectivos secretários e/ou diretores, para realização de entrevistas e conversas informais. Foram agendadas e realizadas as seguintes visitas: a paróquia de Fonte Boa, Padre Dom Mário, o qual autorizou a realização da pesquisa nos arquivos da Igreja, encontrando alguns documentos, a saber: 1) Relatório da paróquia de Fonte Boa, intitulado “A evangelização na região do rio Solimões”, 1972; 2) Registros das Ações do MEB e do CPT, desenvolvido pela Igreja através das publicações em Cartilha e Folheto de reflexão denominado de “*O Ajuri da palavra de Deus*” e “*Animação Popular*”. Nessas publicações são abordadas a vida em comunidade, sendo um subsídio bíblico, criado na década de 80, para auxiliar nas discussões das reuniões *comunitárias*- que pode ser o pároco, catequista ou líder *comunitário* - discute com os participantes sobre as questões da comunidade, os problemas sociais e ambientais, além de um momento exclusivo para a evangelização (D. Mario, 2008).

Nesse mesmo período, entrevistei o Sr. José Maria Batista, diretor do Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Fonte Boas- IDSFB, sobre as seguintes questões: Porque foi criado o IDSFB? Por que a escolha da cidade de Fonte Boa? Para onde vai a produção de pesca da cidade? Quem compra? Quais os maiores frigoríficos da cidade? Como se realiza o manejo do Pirarucu? Qual a estrutura do Instituto?, entre outras perguntas. Durante a entrevista, o diretor ressaltou que através da atividade de manejo do Pirarucu, as comunidades passaram a trabalhar de forma “legal” obtendo as licenças ambientais para manejar os seus lagos e vender o Pirarucu. Sr. Batista disponibilizou documentos jurídicos, a saber: e Lei Orgânica de Fonte Boa, referente ao Meio Ambiente; Lei nº. 09 de 11 de setembro de 1989, que autoriza a preservação de lagos do Município de Fonte Boa, e determinam outras providências; Relatórios; Regimento Interno e Estatuto do IDSFB. Na ocasião foram

realizados levantamentos dos frigoríficos estabelecidos em Fonte Boa e das organizações que desenvolviam atividades de pesca junto com IDSFb.

Nessa primeira viagem também aconteceu um evento na cidade do qual participei, a saber: Solenidade de abertura do curso Superior de Tecnologia em Produção Pesqueira – TECPPESQ da UEA, realizado na Câmara Legislativa do Município. O curso tem como objetivo formar profissionais capazes de viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento da cadeia produtiva do pescado, atendendo aos interesses das comunidades onde estiverem inseridos. A área de atuação está ligada a: tecnologia do pescado; investigação pesqueira; aquíicultura; administração e comércio pesqueiro e planejamento de produção pesqueira. Neste mesmo período pude assistir na Câmara Legislativa a apresentação do Programa do Governo Estadual denominado de Zona Franca Verde.

A segunda viagem ocorreu de 22 a 30 de novembro de 2008. Em uma visita a cidade de Tefé, especificamente na Prelazia e no IDSM e a unidade do IBAMA/Tefé, foi possível obter seguintes documentos: Plano de Gestão da RDS Mamirauá; Documentos de despensas do Pirarucu; Relatório do IBAMA entre outros; Relatório da paróquia Tefé, sobre o Seminário de Estudos denominado de: “Meio Ambiente Amazônico e as CEBs”, 2007; Folheto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, denominado de *CNBB em Mutirão*, intitulado “*Mutirão pela e com a Amazônia*”, tendo como objetivo ser um espaço de diálogo entre a Igreja e a sociedade, ed. 2005, CNBB, histórico de criação do MEB, intitulado de “*Primeiros Tempos : 1961-1966*” entre outros.

Na cidade de Fonte Boa encontrei alguns técnicos do IBAMA, IPAAM, ICMBio, que estavam no município devido a atividade de despesca do Pirarucu. Esses órgãos junto com o IDSFb realizariam visitas as áreas de lagos para monitoramento e fiscalização da atividade. Nessa ocasião foi possível perceber como a cidade se “transformava” em função dessas atividades. Era difícil conseguir uma vaga nos hotéis e pousadas da cidade, o Porto da Baré da

cidade tinha uma presença, fora do comum, de embarcações de grande porte vindas de Manaus, Manacapuru e Jutai para armazenar e transportar a produção. Os estabelecimentos comerciais e bancários da cidade (Agência Bancária do Bradesco, Banco Postal do Correio e Estabelecimentos comerciais habilitados pela Caixa Econômica Federal a prestar serviços bancários à população), encontravam-se com bastante público utilizando seus serviços. Sobre essa nova dinâmica que se apresentava na cidade procurei entrar em contato com a AAPA, Colônia de pesca Z52 e Associação de Pescadores e Pescadoras de Fonte Boa, para conhecer como a atividade de manejo do Pirarucu era concebida por essas organizações. Ocasão que possibilitou agendar para o próximo ano, o acompanhamento das atividades de manejo do Pirarucu. Aproveitei esse período para entrevistar o pároco da cidade D. Mário, pois em leitura e diálogos realizados durante esse período, constatei que a Igreja teve um papel importante na organização dos agentes sociais presentes na cidade, desenvolvendo estratégias pedagógicas através do MEB e do CPT, pautada numa “vida em comunidades” e na “preservação de lagos”. Estes termos hoje foram apropriados e ganharam novos conteúdos pelos órgãos ambientais de manejo “sustentável” do Pirarucu. Aqui cito um dos trechos da cartilha do MEB intitulada de “*Animação Popular*”, referindo-se ao modo de vida do caboclo: *no entanto, à medida que toma contato com outras realidades e começa a adquirir novos hábitos e conhecimentos, este homem vai superando a fase de primitividade em que se encontra*, (autor desconhecido). Este texto permite vislumbrar como o homem do meio rural foi sendo caracterizado pelo movimento, descrevendo os diversos estágios de consciência em que ele se encontrava.

No primeiro semestre de 2009, durante os dias 05 a 25 de julho, retornei a Fonte Boa com intuito de acompanhar o planejamento da atividade de manejo do Pirarucu junto às organizações e instituições responsáveis pela atividade. Na ocasião, ficou perceptível como essa atividade construía e reproduzia espaço em Fonte Boa e se burocratizava diante sua

“legalização”, pois a pesca do Pirarucu é proibida por lei, liberada apenas para áreas estabelecidas em unidades de conservação ou lagos protegidos.

No final do mês de setembro, entre os dias 25 a 15 de setembro do mesmo ano, regressei a Fonte Boa para acompanhar a atividade de despesca e a comercialização do produto gerado por essa atividade, nesse caso o Pirarucu. Procurei ainda seguir a trajetória dessa atividade desde a contagem de indivíduos (pirarucu) nos lagos a atividade de despesca, monitoramento, controle de cota de pesca, colocação de lacre no peixe e comercialização do mesmo. Foi possível compreender como as políticas ambientais de criação de áreas protegidas implicam em mudanças significativas no percebido e vivido na cidade de Fonte Boa e como tais políticas produzem espaços (através da atividade de manejo do Pirarucu) na cidade e na calha do rio Solimões. Destacando a produção e organização espacial dessa atividade sobre a cidade e a trajetória dos agentes sociais envolvidos nesse processo de construção, procurei prestar atenção ao “pequeno mundo” que se forma em torno da atividade de manejo do Pirarucu, tentando compreender como essa atividade produz o espaço em Fonte Boa e na calha do rio Solimões.

Os dados levantados nas entrevistas semiestruturadas e na observação de campo foram comparados e complementados com fontes documentais, relatórios institucionais, atas de reuniões, legislações específicas sobre o objeto da pesquisa. Os métodos aqui relatados, ainda que pré-definidos, foram construídos visando uma investigação minuciosa do objeto de pesquisa, e através desse aprofundamento que se constituíram os capítulos deste trabalho, a saber: Capítulo I - O Papel das Políticas Ambientais na Produção do Espaço na Amazônia; Capítulo II - Da Cidade do Padre à Cidade do Manejo Sustentável; Capítulo III - O Manejo do Pirarucu produzindo espaço e articulando a rede urbana da calha do rio Solimões.

No primeiro capítulo, discutem-se as políticas ambientais inseridas no Amazonas e na cidade de Fonte Boa. Compreende-se essas políticas como a forma mais contemporânea de

concepção do espaço na Amazônia, que implicam em mudanças significativas no percebido e no vivido nas cidades localizadas próximas as áreas protegidas, como é o caso de Fonte Boa.

Nesse capítulo, a fundamentação teórica está relacionada a uma análise sobre a discussão trazida por Henri Lefebvre (2001), referente à produção do espaço e crítica da vida cotidiana. A consideração desse referencial, busca salientar as novas formas de organização espacial, realizadas por meio das políticas ambientais inseridas no Amazonas, e de que forma chegam e modificam a rede urbana da calha do rio Solimões, especificamente na cidade de Fonte Boa, contemplando as múltiplas dimensões do tempo e do espaço pelos quais a cidade se estabelece no contexto das áreas protegidas. Dada a centralidade do conceito para a atividade científico-investigativa, a apropriação, segundo Lefebvre, se realiza no uso e nas práticas cotidianas que são vividas pelas pessoas, essas práticas em contraposição a dominação do espaço abstrato no qual se estabelecem as relações de aproximação.

O segundo capítulo trata da atuação da Igreja na construção da cidade de Fonte Boa: das missões religiosas ao comércio da borracha, sendo necessário nos transportar ao passado, fazendo uma viagem no tempo através da sua história de ocupação a partir da atuação da Igreja, na formação da região do médio/alto rio Solimões, e as transformações e permanências decorrentes das políticas ambientais na cidade de Fonte Boa. Desde o século XVI, a área que hoje o IBGE denomina de médio/alto rio Solimões sofreu várias transformações. Com a chegada dos portugueses, a exploração das drogas do sertão, a atuação das missões religiosas até o período auge da borracha, e no final do século XIX, onde a área até então ocupada por tribos indígenas é incorporada à coroa portuguesa e ao sistema mercantil mundial. Esse capítulo procura responder algumas questões referentes à produção e reprodução do espaço vivenciado nesse período, a partir da periodização de um lugar, ou seja, a reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que

caracterizam o processo de elaboração da organização espacial (CORRÊA, 1987 p.40), ajudando a reconstruir o papel geo-histórico datado na cidade de Fonte Boa/AM.

O terceiro capítulo, busca evidenciar como a atividade de manejo do Pirarucu contribui para produção do espaço em Fonte Boa e na rede urbana da calha do rio Solimões. Essa atividade resulta do trabalho social do MEB de “preservação dos lagos”, que hoje se funda no sistema técnico chamado pelos órgãos ambientais de “manejo sustentável do Pirarucu e/ou acordo de pesca”, no qual o conjunto das tarefas executadas pelos agentes sociais inseridos na atividade reflete a correlação entre o espaço produzido e a organização espacial. Bem como entender a sistemática que envolve a atividade de manejo do Pirarucu, desde o processo de produção e comercialização desse pescado.

Para a geração da base cartográfica da área da cidade estudada foram inicialmente utilizados arquivos do NEPECAB, e do IBGE, que incluem os limites municipais da cidade, sua sede, estradas e hidrografias estabelecendo o perfil de Fonte Boa.

A área de estudo também está representada em mapas, através de informações temáticas que foram especializadas e representadas conforme as ferramentas disponíveis no ArcGis¹ que correspondem dados de : Unidades de Conservação e/ou áreas protegidas no limite do município.

Essas técnicas permitem estabelecer relacionamentos espaciais entre as feições geográficas (objetos) e os registros (atributos) que compõem o banco de dados georeferenciados, possibilitando o acompanhamento da dinâmica espaço-temporal da área de estudo, por meio do manuseio e interação de dados.

Dessa maneira, para a espacialização dos indicadores ambientais aqui apresentados, utilizou-se as ferramentas disponíveis no software ArcGis, que possibilitou o manuseio das

¹ ArcGis, sistema de informações geográficas (Gis), integrado em três componentes.

informações rápidas, seguras e, conseqüentemente, a realização de análises espaciais e visualização de dados de forma individual ou associada.

O setor pesqueiro assegura a integração econômica da população e do comércio local em Fonte Boa, pois a expansão da comercialização do pescado constrói diferentes circuitos de vendas de mercadorias deslocadas de outros “centros” de produção (nesse caso Tabatinga, Manacapuru, Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro).

As transformações ocorridas no espaço do município de Fonte Boa por conta do fenômeno “manejo sustentável” do Pirarucu possibilitam o surgimento e a consolidação do município numa rede que se estabelece através do pescado (nesse caso o Pirarucu). Ou seja, essa rede considera a reprodução das relações sociais de produção, pois há uma circulação entre os municípios presentes na rede urbana da calha do rio Solimões (Tefé, Uarini, Fonte Boa, São Paulo de Olivença, Maraã e Japurá), também existe a interação entre pessoas que participam da atividade de manejo, se locomovendo, ou seja, é a própria sociedade em articulação mesmo que de maneira desigual.

Como isso pode-se dizer que a atividade de manejo do Pirarucu produz espaço em Fonte Boa e na calha do médio/alto Solimões, baseada em mecanismos de controle do uso de recursos naturais, legitimado hoje pelo IDSFB e no anteriormente pela Igreja, contribuindo assim para a produção de espaço em Fonte Boa.

A Igreja Católica iniciou essa atividade antes denominada de “preservação de lagos”. Com a “legalização” dessa atividade as pessoas envolvidas conformaram-se como uma solução para os diversos problemas sociais presente na região, mas a partir da legalização desse direito de manejo do Pirarucu se efetiva a disciplinarização do espaço a partir do ordenamento territorial, tendo como base a racionalização no controle dos recursos naturais. Tal empreendimento produz um rearranjo das pessoas e das espécies de peixe manejadas, criando regras que vão delinear os novos usos sociais do espaço.

As políticas públicas de desenvolvimento e ambiental presentes em Fonte Boa mostram os dois lados da moeda, de um lado a escassez na oferta de serviços básicos, pela fragilidade, ou inexistência de políticas voltadas para esse tipo de serviço e pela fragilidade dos mecanismos de mediação entre a população e os poderes constituídos. Nesse caso, as políticas sociais básicas (desenvolvidas pelo poder municipal), direcionadas para área de saúde, educação e saneamento básico, apresentam falhas e distorções na maneira como são tratadas na cidade e na área rural (onde são quase inexistentes). Do outro lado, apresenta uma política ambiental -que difere a cidade das outras estabelecidas na calha do rio Solimões- “eficiente” ou “quase eficiente”, que ordena (entre outras) o setor produtivo pesqueiro, em especial o Pirarucu, afetando um conjunto de agentes sociais, estabelecendo uma rede comercial da pesca do Pirarucu, responsável pelo abastecimento do mercado regional, local e nacional. Essa política ambiental traduz a existência de um pacto entre os que detêm o poder local e outros setores do poder estadual e federal.

A burocratização da pesca (nesse caso do Pirarucu) parte para uma burocratização da vida cotidiana. O manual de funcionamento do manejo nem sempre é seguido e a burocratização das relações sociais, que permeiam a prática da atividade de manejo, é resultado da tentativa de pacificação das pessoas como indivíduos para que tenham condições de se relacionar entre si harmoniosamente. Um conjunto de regras que determinam o que pode e o que não pode e não atentam ao cotidiano vivido.

Capítulo I O papel das Políticas Ambientais na Produção do Espaço na Amazônia.

Resumo

As políticas ambientais são a forma mais contemporânea de concepção do espaço na Amazônia Brasileira, o que implica em mudanças significativas no percebido e no vivido nas cidades localizadas próximas as áreas protegidas. A cidade de Fonte Boa, cercada por áreas protegidas tem se modificado de forma significativa em especial no espaço percebido, vivido, e conseqüentemente produzido localmente, através da atividade de manejo do Pirarucu. Neste capítulo, a fundamentação teórica está relacionada a uma análise dos conceitos lefebvrianos (concebido, percebido e vivido) relativo à realidade empiricamente examinada na cidade de Fonte Boa. A consideração desse referencial, busca salientar as novas formas de organização espacial, realizadas por meio das políticas ambientais inseridas no Amazonas e de que forma chegam e modificam a rede urbana da calha do rio Solimões, especificamente na cidade de Fonte Boa, contemplando as múltiplas dimensões do tempo e do espaço pelo quais a cidade se estabelece no contexto das áreas protegidas. Dada a centralidade do conceito para a atividade científico-investigativa, a apropriação, segundo Lefebvre, se realiza no uso e nas práticas cotidianas que são vividas pelas pessoas, essas práticas em contraposição a dominação do espaço abstrato no qual se estabelecem as relações de aproximação. De modo que os procedimentos de investigação adotados, nesse primeiro capítulo baseiam-se, em análise dos dados secundários, primários, investigação de campo e elaboração de imagens e mapas. Foi realizado levantamento fotográfico da área em estudo, bem como análise de material cartográfico (fotos aéreas, imagens de satélite entre outros).

1.1 Políticas Ambientais na Amazônia Brasileira

Durante muito tempo, para o Brasil e o mundo, o que se definia por Amazônia passava despercebido, praticamente não existia, e sua importância era apenas associada à crença numa região com grande potencial para o futuro. O que levou ao fortalecimento de um discurso e uma prática do povoamento de um território que tinha necessidade de ser explorado e civilizado (VELHO, 1976). Percebe-se que ainda é reproduzido um discurso muito próprio e autoritário sobre essa imensa área verde, considerada “vazia” e homogênea e que precisa ser protegida dos ataques do “contemporâneo”. Conseqüentemente, foram criadas políticas para o ordenamento desse território que carrega consigo categorias plenas de significados, que pendula entre o “conservacionista” ao “desenvolvimentista”. A compreensão da organização territorial do ambiente natural brasileiro, com a implementação de áreas protegidas, exige, não somente o mapeamento das características do ambiente físico, mas a apreensão dos conceitos específicos nas relações entre agentes sociais, os dispositivos institucionais e os diversos elementos que tornaram possível a construção de uma sociedade e num tempo particular (BARRETO FILHO, 2001). Daí a necessidade de se compreender que estamos lidando com diversos tipos de concepção sobre o espaço e seu ordenamento, tais como as definições legais e jurídicas, técnico-científicas, saberes tradicionais, assim como diversos segmentos como movimentos sociais, religiosos, instituições financeiras, entre outros.

Para Barreto, (2001) são essas concepções que na prática modificam o espaço e as lógicas disciplinares do ambiente natural e relações sociais produzidas. A disciplina nesse caso significa civilizar, desenvolver a região amazônica de maneira sustentável, através das razões científicas e de mercado.

Nesse contexto o governo cria o programa denominado de ARPA. Este é coordenado por vários colegiados, como Comitê do Programa em Painel de Aconselhamento Científico. Este colegiado conta com ampla participação da sociedade civil através de varias organizações não-governamentais ambientalista, pesquisadores e técnicos de instituições ambientalistas estaduais (OEMAs) e federais (IBAMA, MMA).

Outra meta importante que o programa pretende atingir é o estabelecimento de um fundo fiduciário cujo rendimento serão aplicado na gestão das áreas protegidas da Amazônia. Os recursos financeiros do programa são administrados pelo Fundo Nacional de Biodiversidade (FUNBIO) facilitando a aplicação destes recursos na gestão das áreas protegidas. O programa, em colaboração com governos estadual e federal, foi responsável pela criação de um significativo número de unidade de conservação, contabilizando mais de 15 milhões de hectares. Além disto, os recursos do programa foram aplicados na implementação e gestão de pelo menos 27 unidades de conservação já existente na Amazônia (ARPA, 2009).

Assim, as políticas governamentais de criação de áreas protegidas, podem ser consideradas um instrumento regulador na política ambiental de apropriação dos recursos naturais brasileiros (PÁDUA, 2002). Seja qual for à categoria dessas áreas protegidas é necessário compreender sua criação e implementação no contexto do tempo e do lugar que ocorre. Trata-se de uma questão política, social e econômica. Segundo Pádua (2002), a crença no mito de origem das áreas protegidas, pautado na criação do parque norte-americano *Yellowstone*, tende a obscurecer o interesse brasileiro em conservar o meio ambiente desde o século XVIII. O “experimento brasileiro” dos passeios públicos demonstrou a tradição de uma reflexão ecológica-política antiga no Brasil e estruturada na ideia de que os recursos naturais são um grande trunfo para o progresso brasileiro. O papel conservacionista brasileiro já dava sinais desde 1658, onde já se falava em proteção de floresta e mananciais. Portanto o interesse

em conservar o recurso natural é mais antigo que a experiência norte-americana e veio a se destacar durante a ditadura militar, devido às pressões globais e locais (PÁDUA, 2002).

A partir dessas afirmações percebe-se um empenho em estabelecer uma nova formação para o interesse no cuidado dos recursos naturais brasileiros, não mais baseados em experimentos exteriores, mas a partir de um entendimento voltado para a história de intelectuais que trabalhavam para instituir a condição de Estado-Nação brasileira (PÁDUA, 2002). Nesse caso, o marco fixado da reflexão ecológico-política é 1786, com o Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado Brasileiro, de Baltasar da Silva Lisboa (PÁDUA, 2002).

Com o esforço de situar a configuração das Áreas Protegidas como um instrumento de política ambiental, Barreto Filho (2001) mostra ainda que houvesse necessidade de uma modificação e disciplinarização dos recursos naturais de conservação, afirma o autor que tal instrumento objetivou a ordenação territorial para uma regulação e apropriação do uso dos recursos naturais como propriedade do Estado-Nação.

De acordo com Santos (2002) o espaço geográfico é um conjunto indissociável, solidário e, ao mesmo tempo, contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações onde a história se dá. Os sistemas de objetos são o conjunto formado pelas estruturas físicas tanto naturais quanto artificiais (os fixos). Os sistemas de ações são fluxos materiais e imateriais, que dão sentido e animam o espaço. O território é a extensão do espaço geográfico apropriado e usado, tanto por determinados grupos sociais quanto pelo Estado- Nação (SANTOS 2002).

A disciplinarização do espaço com o ordenamento territorial, baseado no controle dos recursos naturais, ocorreu em diversos países. Vandergeest e Peluso (1995), ao descrever a experiência na Tailândia, afirma que os Estados modernos dividem seus territórios dentro de uma política complexa de sobreposição de zonas econômicas. Com isso, há um rearranjo de

peças dentro de áreas protegidas, criando regras que vão delinear como e quais dessas áreas serão usadas, indicando semelhanças com o projeto brasileiro. Esses autores afirmam ainda que a territorialidade imposta pelo Estado está baseada no que se chamam de estado abstrato, ou seja, uma configuração homogênea formada por unidades territoriais de diversas categorias, produzidos por governos soberanos e militares. Assim, nessa territorialização estatal, o controle dos recursos naturais implica na mobilização dos meios coercivos dentro das fronteiras nacionais. Mas a idéia de territorialização aqui ainda está ligada ao aspecto físico, do deslocamento “forçado” de pessoas no espaço físico.

No caso brasileiro, a partir da década de 1921 e principalmente de 1930 houve grande produção legislativa com o intuito de gerir os recursos naturais (Anexo). Esse processo se intensificou a partir do final da década de 1970, e o que parecia uma contradição no governo da ditadura militar – o caráter liberal-desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que instaurava um planejamento conservacionista rígido e autoritário na Amazônia – apenas fortificou o entendimento de que conservar implicava num domínio técnico-burocrático das áreas protegidas, o que contribuía para o projeto desenvolvimentista da ditadura (BARRETO FILHO, 2001, p. 54).

A política ambiental militar brasileira inicialmente se caracterizou por incentivo a ocupação demográfica e de desenvolvimento econômico da Amazônia, a chamada política de integração nacional, que já vinha sendo elaborada desde os anos 50, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA². Essa política se estabeleceu com vários planos regionais: Operação Amazônia; Plano de Integração Nacional; Programa Polos Agropecuários e Agrominerais; Polamazônia, com o objetivo de desenvolver a infraestrutura, incentivos a créditos fiscais, créditos subsidiados para atrair as

² Instituição criada, para execução do plano de valorização Econômica da Amazônia, em 1953. Essa iniciativa foi possível a partir da base no cenário do pós-guerra, no qual a intervenção do Estado nacional na economia ganhou força, junto com os pressupostos da eficácia do planejamento e desenvolvimento regional. Tais idéias influenciaram as estratégias para uma modernização da Amazônia a partir da intervenção estatal, e que contribuíram para a implementação desse programa de desenvolvimento financiado por uma parcela de 3% de imposto federal durante vinte anos (MONTEIRO E COELHO, 2004).

empresas que pudessem desempenhar esse papel “empreendedor”, permitindo a colonização pública e implementação de grandes projetos agropastoris.

Em 1967, visando contemplar a idéia de desenvolver a Região Norte, foi criada a Zona Franca de Manaus: uma área de livre comércio com isenção fiscal. Com a implementação da Zona Franca de Manaus, uma das medidas do projeto desenvolvimentista na Amazônia, se realizou mais uma etapa no “processo de internacionalização da economia brasileira” (BARRETO FILHO, 2001.p.153), tendo como principal estratégia os incentivos fiscais como atrativos para as empresas internacionais.

Kohlhepp (2002) classifica essa ação para o desenvolvimento da Amazônia em duas categorias: a) ação estatal: para infraestrutura, colonização rural, atração de investidores privados em projetos aprovados pelo Estado; b) ação privada: investimentos em todos os setores econômicos, principalmente em setores como a criação de gado, indústria e projetos de mineração.

Recentemente em 2009 prorrogou-se o prazo de vigência desse programa em 10 anos, até 2023. Também ajustaram os incentivos a fim de promover o modelo de cadeias produtivas, impulsionado no aproveitamento dos recursos naturais do estado com vista a criar modelos sustentáveis (SDS, 2009).

Contudo, apesar dessa política desenvolvimentista, o governo militar também demonstrou interesse numa política conservacionista. A partir de 1972 a 1979 ocorreu um grande impulso para a criação de novas áreas protegidas de uso indireto³, particularmente na Amazônia, com a criação em 1979 do Parque Nacional do Pico da Neblina com área total de 2.200.000 há, e em 1980 do Parque Nacional do Jaú com área total de 2.272.000 ha. Segundo Diegues (2000), a criação dessas áreas vem causando impactos socioculturais vultosos sobre

³ Área que não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo de base ecológica. (SNUC, 2000).

os modos de vida das populações que habitam nesses espaços, em muitos casos chegando a tolher essas populações do direito de exercer nessas áreas suas atividades habituais, como agricultura, pesca e extrativismo.

Para Barreto (2001), a base dessa “política conservadora”, por meio do domínio científico-tecnológico, trata-se do controle autoritário e racional (a partir dos ideais positivistas de ordenamento espacial) do Estado. Controle esse que acompanhou os diversos planos nacionais de desenvolvimento da região, que ocorreram no âmbito das atividades econômicas, no plano político, social e de defesa do país (principalmente das fronteiras), com a justificativa de que resultaria no progresso e desenvolvimento do país, mas sempre pautado na economia do mercado.

A partir do momento em que o Estado, enquanto um mecanismo de estratificação – um fenômeno que opera em pontos de diversas ordens: geográficas, étnicas, lingüísticas, morais, econômicas, tecnológicas – forma um conjunto de elementos hierarquizados de maneira vertical, inibindo, retardando ou controlando as relações.

Portanto, o Estado-Nação opera a partir de dispositivos jurídicos, como a estratégia que torna possível o exercício iminente e efetivo da disciplina. O que está em jogo aqui são as estratégias de uso dos recursos naturais e suas conseqüências no plano local-global. Por meio de mecanismos de interdição e sanção, os quais interferem numa função de regulação da vida, onde as pessoas vão “aprendendo” como viver e se relacionar coletivamente.

A intervenção estatal na criação desses novos espaços, cria não apenas documentos de ordem jurídicas ou técnico-científica, mas contribui para a modificação dos referenciais das pessoas que ocupam o espaço das chamadas áreas protegidas ou unidades de conservação.

Na década de 80 teve início a implementação de uma política nacional quanto ao meio ambiente com aprovação da Lei n.º 6.938/1981, incorporando ao ordenamento jurídico diretrizes e instrumentos para sua defesa, trazendo como principal inovação, uma visão

integrada e sistêmica para a questão ecológica, fornecendo um tratamento autônomo para a questão do meio ambiente determinado no art. 225.

(...) “e sua utilização far-se-á, na forma da Lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”, diz o artigo 225, § 4º.

Este artigo, que entre outros pontos categoriza a Floresta Amazônica e outros biomas Brasileiros como Patrimônio Nacional. Nesse contexto, os espaços territoriais brasileiros passam a ser especialmente protegidos.

Com este advento, entre 1981 e 1985, a Presidência da República – cria a Secretaria Especial de Meio Ambiental (SEMA). Através dessa, cria-se quinze áreas protegidas (estações ecológicas) no Brasil, onze delas na Amazônia. Com categoria de proteção integral, entre elas destaca-se no Estado a Estação Ecológica do Lago Mamirauá, delimitada pelos rios Solimões e Japurá, e pelo canal Aranapú, possuindo aproximadamente 260.000 hectares, sendo protegida a nível federal. Com a reestruturação de instituições federais na área ambiental, e com a criação do IBAMA, a área em questão foi transformada na Estação Ecológica Mamirauá, pelo decreto n ° 12.836, de 09 de março de 1990, com uma área total de 1.124.000 hectares (ou 112,4 km²), ou seja, quatro vezes e meia o tamanho da sua área anterior (IDSME, 2007). Sua criação é resultado direto de uma solicitação encaminhada em 1985 pelo biólogo José Márcio Ayres e pelo fotógrafo Luis Cláudio Marigo ao Governo Federal (na época o órgão responsável era a SEMA), para criação de uma de uma área de cerca de 200.000 hectares para proteção do primata uacari-branco (*Cacajoo calvus calvus Geoffroy*), que na época já constava na lista oficial das espécies ameaçadas de extinção do Brasil, bem como da International Union for the Conservation of Nature- IUCN, (IDSME, 2008).

Atendendo à proposta do biólogo, a SEMA criou a Estação Ecológica Mamirauá em 1986, e a mesma foi transferida para a administração do governo do Estado do Amazonas,

que a recebeu por meio de decreto n ° 12.836 de 9 de março de 1990, em que a Unidade foi expandida até a sua superfície e limites definitivos. A “nova” unidade estadual passou a ser limitada pelos rios Solimões e Japurá e pelo rio Auati – Paraná, num total de 1.124.000 ha.

A Estação Ecológica é uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, que proíbe a permanência de populações residentes. As restrições dessa categoria mostravam-se inviáveis em face da realidade de ocupação dessa área, fazendo com que o grupo de comunidades e seus apoiadores (Grupo de Trabalho da Igreja Prelazia Tefé e a Sociedade Civil Mamirauá) reconhecessem que permanecer era direito das populações. Com os estudos realizados pela Sociedade Civil Mamirauá - que passa no ano de 1999 para o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá –IDS⁴- e após várias negociações políticas buscando viabilizar a proposta de re-categorizar a unidade. Em 1996, pela Lei Ordinária n° 2.411/96 a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas aprova a transformação da Estação Ecológica Mamirauá na primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável do país a nível estadual, alterando sua categoria de uso restrito para uso sustentável. Diante dessa mudança as populações continuariam a ter direito de residir na área e utilizar os recursos naturais locais, desde que cumprissem com as normas de uso estabelecidas no plano de manejo⁵ da unidade (CEUC⁶, 2009).

Dessa forma, de acordo com Almeida (2005), essa nova modalidade de área protegida trouxe em seu bojo a percepção de que os ecossistemas amazônicos são constituídos também de relações sociais. A questão ambiental na Amazônia passou a ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mas como uma construção coletiva vinculada ao advento dos

⁴O IDS⁴ é, desde 2001, uma das unidades de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia, o MCT. A instituição foi criada como uma organização social, que é definida como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades são dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação de meio ambiente, a cultura e à saúde (CEUC, 2009).

⁵ Plano de Manejo é um documento básico à administração de uma área protegida e, segundo o SNUC toda área protegida deve elaborar e adotar esses documentos como guia para a sua administração. Nesse plano devem ser identificados os assuntos mais importantes relacionados à administração da área, definindo políticas para alcançar objetivos da unidade de conservação, fixadas as prioridades e detalhadas as estratégias para implementação das ações de manejo na mesma (SNUC, 2000).

⁶ Centro Estadual de Unidade de Conservação do Estado do Amazonas (CEUC, 2010).

movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores etc.

Poder-se dizer que a criação da primeira RDS no Estado representou a colisão entre o movimento conservacionista (biologia da conservação) e as comunidades locais (movimento de preservação de lagos). Desse modo as categorias de uso sustentável são reflexos de uma tendência geral de convergência entre as dimensões social e ambiental existente no Brasil, denominada de sócio-ambientalismo. Elas são inovadoras do ponto de vista da legislação e das políticas ambientais (ALLEGRETTI, 2002). Segundo Allegretti (2002), ela aponta o sucesso da aliança entre movimentos ambientais e populares, que passam a se beneficiar quando inserem a questão ambiental em seus objetivos estratégicos. Esses movimentos chamaram a atenção para a necessidade de manter as populações residentes nas áreas protegidas, permitindo o acesso aos recursos naturais.

No que tange à organização dessas populações, a Igreja Católica teve um papel estruturante e fundamental, promovendo a organização política e social de vários setores, como os agricultores, pescadores e extrativistas, principalmente através do Movimento de Educação de Base (MEB) e do estabelecimento de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

De acordo com Almeida (2005), desde o início dos anos 80, as comunidades ribeirinhas do Amazonas e suas organizações representativas vêm lutando para implementar diversos modelos de gestão dos recursos naturais da várzea, em parte com a contribuição da ação pastoral da Igreja Católica, através do Movimento de Educação de Base, que liderou o chamado “Movimentos de Preservação de Lagos”. Essa ação da Igreja é de extrema importância para a estruturação das políticas ambientais em Fonte Boa e será por isso extensamente discutido no capítulo II desta dissertação.

A RDS Mamirauá liga a RDS Amanã ao Parque Nacional do Jaú e estão próximas a outras áreas protegidas federais, estaduais e municipais. As três unidades contínuas formam

um bloco de floresta tropical oficialmente protegido com cerca de 6.500.000 ha, chamado de embrião do Corredor Central da Amazônia (MMA/PPG7), da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (MAB/UNESCO) e Sítio Natural do Patrimônio Mundial (UNESCO/IUCN). O mapa 01 indica a localização dessas áreas formando o Corredor Central da Amazônia e a localização de outras unidades de conservação.

Essa “nova” abordagem de corredores ecológicos entre parques nacionais e, ou, as demais unidades de conservação no Brasil, foi uma inspiração de Márcio Ayres desde o final da década 70. Com a nomeação de “cinturões verdes” no pensar de Márcio Ayres, esses locais dariam continuidade entre unidades menores de domínios biogeográficos definidos por grandes rios, de forma a proteger a diversidade genética e ecológica da biota nativa (SDS⁷, 2010). Com o propósito de formar um “colar” de novas unidades de conservação, ao longo e ao sul do rio Amazonas, antes que a fronteira agrícola chegasse ali com todo o seu impacto, foi elaborado um megaprojeto objetivando a criação, não apenas de um corredor, mas de toda uma série de grandes corredores ecológicos no Brasil (SDS, 2010). Seriam implantados, não somente na Amazônia, mas também na Mata Atlântica (Bahia, Espírito Santos e na Serra do Mar) e no Brasil Centro-Oeste (SDS, 2010). Contudo, por esse CCA esta localizado na área de estudo (Fonte Boa), procuro aprofundar nesta pesquisa o Corredor Central da Amazônia.

No ano de 1997, o projeto corredores foi proposto ao governo brasileiro por um grupo de pesquisadores renomados através de uma solicitação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais – Grupo dos Sete (PPG7). Essa iniciativa tem concentrados os esforços de uma grande parte dos órgãos ambientais estaduais, federais, organização não-governamental, populações locais e doadores internacionais e possuem grande importância no cenário de conservação da Amazônia (Ayres, 2005).

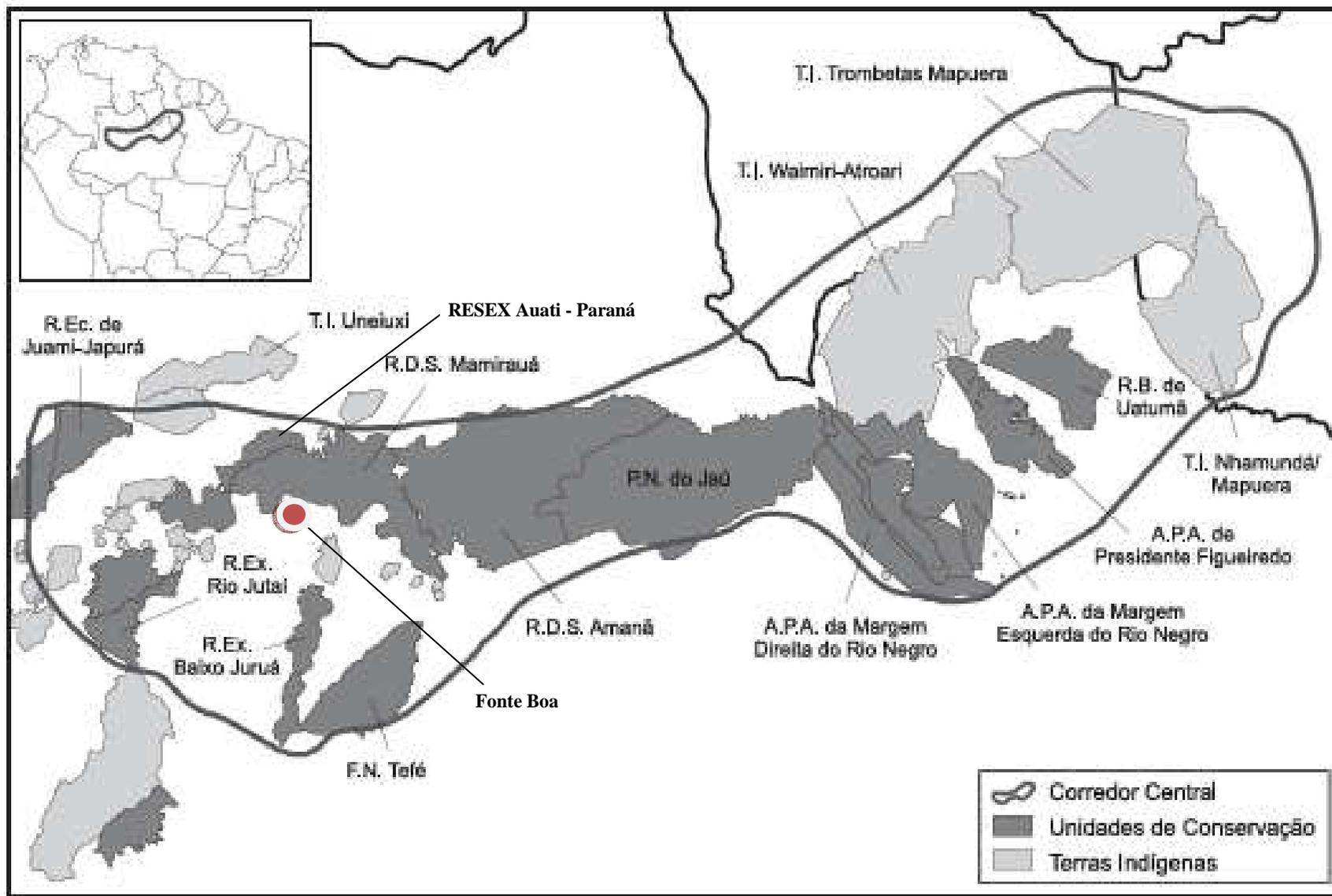
⁷ Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, órgão responsável pela gestão socioambiental no estado, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, de forma socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente adequada (SDS, 2009).

Os corredores ecológicos foram definidos como: “grandes extensões de ecossistemas florestais biologicamente prioritários na Amazônia e Mata Atlântica, delimitados em grande parte por um conjunto de unidades de conservação (existentes ou propostas) e pelas comunidades ecológicas que contêm” (Ayres, 2005). A concepção dos corredores ecológicos parte de um princípio básico: a preservação e conservação da biodiversidade têm que ser uma ação integrada, que considere várias áreas num conjunto maior e o máximo possível de parceiros. Assim foram definidos setes grandes corredores no Brasil, em fase de implementação ou estudo pelo IBAMA (IBAMA, 2008). Os investimentos, porém, estão concentrados em dois deles: o Corredor Central da Mata Atlântica e o Corredor Central da Amazônia. O Corredor Central da Amazônia é considerado como área prioritária na sua implementação, devido ao seu nível de ameaça, ao sistema de unidade de conservação nele existente, e à sua significância biológica (Folheto sobre Corredores Ecológicos, MMA/IBAMA/World Bank, sem data).

Localizado em quase sua totalidade no Estado do Amazonas e, em menor parte, no Pará, o Corredor Central da Amazônia ocupa uma área de 246.000km. Esse corredor corta as bacias hidrográficas do rio Negro e Solimões, além de diversos outros rios de primeira grandeza. No seu interior, estão localizadas 38 áreas protegidas: são unidades de conservação federais estaduais e reservas particulares. Encontram-se, também, 44 terras indígenas, num total de 170.000 km, além de cortar diversos outros rios e lagos de primeira grandeza como: Japurá, Juruá, Jutaí e Tefé e de possuir áreas de interstícios, ou seja, são áreas situadas próximas as Unidades de Conservação, a saber: as cidades, aglomerados humanos, propriedade particular, terras indígenas entre outras (SDS, 2008).

O corredor ecológico central da Amazônia encontra-se dividido em sub-regiões, a saber: 1) Região do Alto Solimões: Tonantins, Benjamim Constant; Amaturá; São Paulo de Olivença; Tabatinga e Atalaia do Norte; Santo Antonio do Içá. 2) Médio Solimões; Tefé

Alvarães; Uarini; Carauari; Juruá; Jutai; Fonte Boa; Marã e Japurá. 3) Baixo Solimões: Anamã; Caapiranga; Codajás; Anori; Coari. Essas sub-regiões estão ligadas diretamente com a definição do IBGE, com a posição geográfica das áreas protegidas e com a inserção dos municípios (SDS, 2008).



Mapa 01 - Mapa do Corredor Central da Amazônia, identificando as áreas protegidas inseridas nesse corredor.
Fonte: SDS, 2008

Os corredores não são unidades administrativas ou políticas, mas áreas geográficas definidas sobre critérios de conservação biológica de base científica. Para sua implementação, são necessárias ações coordenadas que visem à conexão dos sistemas de áreas protegidas e que incentivem o uso sustentável da terra. O sucesso da sua implementação depende da participação da sociedade civil, do governo das três esferas políticas e da comunidade local (SDS, 2009). Percebendo neste instante uma mudança de um modelo de conservação centralizado e focado em áreas isoladas para outro, descentralizando e focado na gestão integrada do território das áreas protegidas “inserindo” os municípios no processo de organização desse espaço.

Para Hess (1994), criar corredores não é garantia de eficiência na conservação da biodiversidade. Muita atenção foi dada aos benefícios e pouco se diz sobre as potenciais conseqüências adversas. Para ele os gestores dessas áreas devem ter em mente as possíveis conseqüências negativas advindas da implantação de corredores mal planejados. A complexidade em torno da implementação de um corredor exige que, para obtenção de êxito, a sua condução seja partilhada por todos os segmentos da sociedade.

Os cidadãos, que vivem dentro e nas regiões do entorno das áreas protegidas, e as prefeituras das cidades são tratados muitas vezes como se fossem “inimigos” através da prática da fiscalização e de outros serviços ambientais. Seus limites são orientados de acordo com a localização das unidades de conservação. O envolvimento das prefeituras das cidades pode projetar soluções mais apropriadas para a implementação do projeto, baseadas no conhecimento local, reduzindo a percepção de uma interferência externa e são essenciais para mobilizar outras pessoas e instituições locais.

Comparado ao Projeto Corredores, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia, mais recente (foi iniciado em 2002), possui metas quantitativas e prazos de implantação definidos. O programa tem como meta principalmente a proteção de cerca de 50 milhões de hectares de

florestas amazônicas através da implementação de áreas protegidas existentes e a criação e implementação de novas unidades de conservação. Estima-se que cerca de 395 milhões de dólares deverão ser aplicados no programa, recursos provenientes do governo brasileiro, de doadores internacionais (Global Environmental Facility, PP-G7), e de organizações não-governamentais (WWF-Brasil) (SDS, 2008).

Nesse processo de implementação de projetos no Amazonas, deve-se levar em conta a sustentabilidade da população diretamente afetada pela criação dos mesmos e não só a sustentabilidade ambiental. Os diferentes seguimentos da sociedade não devem apenas receber as decisões sem a possibilidade de contestá-las. A criação desses projetos reescreve os problemas de acesso aos recursos naturais, chegando a restringir algumas atividades econômicas, os moradores precisam gerar renda suficiente para sua sobrevivência.

Esses devem ser protagonistas no processo de gestão. Esta deve considerar o desenvolvimento social como um princípio. Isso significa que o desenvolvimento das populações do interior e entorno devem ser causa, e não consequência da gestão dessas áreas.

1.2. Política Estadual de Meio Ambiente no Amazonas.

O debate sobre as questões ambientais no Estado do Amazonas data do início da década de 1980, pela Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CODEMA, na ocasião, autarquia vinculada a Secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral-SEPLAN. Em agosto de 1982, com a edição da lei 1.532, inicia-se a execução da Política Estadual de Meio Ambiente, que passou em 1989 para a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IMA. No ano de 1995, a questão ambiental no estado se fortalece com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM que assume a gestão ambiental. Nesse

período, os órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMA no Amazonas, incluindo o IPAAM, não dispunham de infraestrutura suficiente para cumprir suas responsabilidades constitucionais de garantir a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais.

Diante desse cenário, o Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN, com o apoio da Cooperação Alemã (Agência de Cooperação Financeira – KFW e Agência de Cooperação Técnica – GTZ) estrutura no Estado, a implementação do Programa de Gestão Ambiental Integrada no Amazonas no ano de 2007 pela SDS. Esse trabalho ocorreu em conjunto com a Secretaria de Coordenação da Amazonas - SCA, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, os governos estaduais, com os órgãos municipais e a sociedade civil. (PGAM⁸, 2008).

Esse projeto desenvolveu um conjunto de ações, que envolviam: 1) Ordenamento territorial voltado para o desenvolvimento sustentável; 2) Controle ambiental, incluindo; licenciamento, fiscalização e monitoramento de atividades potencialmente impactantes; e 3) Gestão do conhecimento e descentralização da gestão ambiental da União para o Estado e deste para o Município, incluindo o fortalecimento institucional, a participação da sociedade civil no planejamento e na tomada de decisão, bem como o desenvolvimento de um sistema de informações ambientais (PGAM, 2008).

Apostou-se na apropriação dos resultados por parte das municipalidades, nas capacitações realizadas e na própria infraestrutura cedida aos municípios, acreditando que dessa forma a autossuficiência operacional poderia ser alcançada. Mas a presença do estado nos municípios era muito pequena e o grande número de municípios não estava preparado para assumir essas atribuições ou partes delas (PGAM, 2008). A falta de estabilidade no quadro técnico das prefeituras não garantiu a permanência das ações formadas pelo projeto; nos municípios ainda existe uma cultura assistencial muito forte; e a descontinuidade

⁸ Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental e Territorial do Estado do Amazonas – PGAM, 2008.

involuntária do processo, em diversos momentos, fragilizando bastante a conscientização e a descentralização da gestão ambiental entre as esferas governamentais (SDS, 2008).

Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, o PGAM por ser um projeto de grande impacto e dimensões, com a missão desafiadora de levar a gestão ambiental às pequenas cidades amazônicas, é alvo de críticas. Algumas dessas opiniões, segundo a Secretaria, indicam que não foram e dificilmente serão atendidas as condições mínimas necessárias para que haja a descentralização da gestão ambiental no Estado, enquanto outras, não acreditam que a participação popular tenha sido suficientemente estimulada.

Esse programa evidencia a implantação de instrumentos de controle e ordenamento territorial no Estado através da descentralização do sistema de gestão ambiental, aliados com a integração com os órgãos municipais.

No ano de 2003, surge também o programa Zona Franca Verde, como uma estratégia de ação do Governo para promover o desenvolvimento sustentável do Estado, a partir de sistemas de produção florestais, pesqueira, agropecuária e atividades de turismo, em base ecologicamente saudáveis socialmente justas e economicamente viáveis, e de projetos e/ou programas que fomentem criação de áreas protegidas (caso CCA), pode ser considerado como instrumento mediante o qual se canaliza a política ambiental da atual administração. Ainda que sua orientação esteja voltada para a produção, faz-se expressa menção ao uso “sustentável” dos recursos. Este viabiliza recursos para a implementação de ações ambientais no Estado, através de parcerias estabelecidas entre instituições governamentais (SDS, 2009). O Programa envolve as ações do Governo diretamente relacionadas à geração de emprego e renda aliados a conservação da natureza (SDS, 2008). Esse programa é coordenado pelas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS e de Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado – SEPROR, e envolve

todas as secretarias de governo em uma ação articulada de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável do Estado (SDS, 2008).

O mesmo encontra-se dividido por Fases, Fase I e Fase II. As áreas prioritárias da Fase I do programa são as mesorregiões do Alto Solimões (compreende o município de Fonte Boa entre outros). Na fase II do Programa Zona Franca Verde estão incluídas as regiões do sul e sudoeste do Estado do Amazonas.

Segundo seus objetivos e metas, o programa deve de alguma forma procurar fixar a população no interior do estado, evitando o êxodo para as sedes das cidades no interior e conseqüentemente para a capital do estado. A ZFV propõe a implementação de um conjunto de instrumentos de políticas de caráter integrado e com ações sinérgicas, envolvendo parcerias entre as diferentes secretarias estaduais, órgãos do governo federal, prefeituras municipais, organizações não governamentais, movimentos sociais, produtores rurais, indígenas e empresários, norteados pelas seguintes diretrizes estratégicas, dentre elas:

- 1) Valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros e a prestação de serviços ambientais, como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;
- 2) Implementação de medidas imediatas de regularização fundiária visando o combate à grilagem de terras públicas, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequada a Amazônia, e a criação e consolidação de áreas protegidas e terras indígenas.

Também, faz parte do programa a implementação de áreas protegidas que obedecem aos dispositivos da lei 9.985/2000, devendo o Estado, fixar as comunidades no interior, diminuindo o êxodo e a dependência populacional da Capital do Estado (PGAM, 2008).

De acordo com entrevista cedida, encontramos os seguintes objetivos do programa para a capital: defender e ampliar as oportunidades socioeconômicas, o modelo de desenvolvimento da Zona Franca Verde de Manaus, com ênfase na indústria, comércio e turismo, visando o bem-estar social e conservação ambiental. **No interior:** promover a dinamização da agricultura, da pecuária, da pesca, da piscicultura, do manejo florestal, da agroindústria, do turismo e de outras atividades econômicas estratégicas. Criando condições necessárias de infraestrutura no interior do estado para atração de novos investimentos.

O programa Zona Franca Verde é sustentado pela política ambiental do governo, cuja missão é reverter o quadro socioambiental e promover o desenvolvimento “sustentável” do Estado através da criação de áreas protegidas e de programas e/ou projetos que fomentem essa criação (caso CCA), pode ser considerado como instrumento mediante o qual se canaliza a política ambiental da atual administração. Ainda que sua orientação esteja voltada para a produção, faz-se expressa menção ao uso “sustentável” dos recursos. Esse programa viabiliza recursos para a implementação de ações ambientais no Estado, através de parcerias estabelecidas entre instituições governamentais (SDS, 2009).

O projeto CCA se insere no programa ZFV através da política de criação de áreas protegidas objetivando o ordenamento territorial no Estado, promovendo espaços de produção econômica sobre o viés da “sustentabilidade”.

A questão é que em sua maioria, as unidades de conservação inseridas no CCA encontram-se sem regularização fundiária concluída. Se essas terras não são regularizadas, não há reforma agrária e os moradores das mesmas não tem o título fundiário da terra, não podendo buscar recursos financeiros para viabilizar sua produção.

O programa ZFV também estabelece relação com a rede urbana da calha do rio Solimões a partir dos municípios inseridos nesta. A relação é estabelecida por meio das potencialidades identificadas em cada município através do seu sistema de produção seja agropecuário, pesqueiro e florestal amparado por políticas públicas integradas.

No caso da cidade de Fonte Boa, há uma forte campanha de marketing sobre a produção do manejo sustentável do Pirarucu, colocando o Amazonas no centro das atenções nacionais e internacionais na produção “sustentável” dessa espécie. Sendo que a intervenção do programa ZFV sobre Fonte Boa ainda não são sentidas, pois o programa desconhece em parte a realidade do município. Pois de acordo com o IDSFB, (2008) não há repasse de recursos estaduais para apoio das ações do Instituto no município, principalmente para a atividade de manejo do Pirarucu.

Dessa forma se torna necessário fortalecer as potencialidades econômicas do interior do Estado, de forma mais concreta através de infraestrutura, serviços, possibilitando o desenvolvimento dos municípios através de uma política sólida de comprometimento com as questões socioambientais.

1.2.1 Áreas Protegidas no Estado do Amazonas.

Anacronicamente “as áreas protegidos existem desde o ano de 250 a C., quando na Índia já se protegiam certos animais, peixes e áreas florestadas”. Porém, foi somente no século XIX, que surgiram as primeiras pretensões na criação de áreas legalmente protegidas para resguardar os ecossistemas e as paisagens naturais tal como conhecemos hoje. O marco histórico desse tipo de iniciativa é o Parque Nacional de Yellowstone, criando em 1872, nos Estados Unidos.

No entanto, segundo Pádua (2002) “as primeiras unidades de conservação foram criadas sem nenhum tipo de critério técnico e científico, ou seja, foram estabelecidas meramente em razão de suas belezas cênicas, como foi o caso do Parque Nacional de Iguçu, ou por algum fenômeno geológico espetacular, como o Parque Nacional de Ubajara, ou ainda, por puro oportunismo político como o Parque Nacional da Amazônia”. Resultando desse modo, numa inevitável inferência no processo de criação e gestão das unidades, seja quanto à consecução de suas finalidades, confusão de regimes, como ainda a uma sobreposição de unidade.

Entende-se por unidade de conservação, todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e manejo de seus recursos naturais, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas, ou de fonte científicas, dependendo da categoria em que se enquadra (ICMBio, 2008).

As unidades de conservação são organizadas em categorias, definidas como categoria de manejo, cada qual atendendo prioritariamente a determinados objetivos, que poderão ter maior ou menor significado para a preservação dos ecossistemas naturais (SNUC⁹, 2000).

As áreas protegidas são definidas como uma porção, de ambiente terrestre, aquático ou marinho, geograficamente delimitada de domínio público ou privada, onde medidas legais e outros instrumentos estabelecem o seu manejo com o objetivo de proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais associados (IUCN¹⁰, 1994). No Brasil, de acordo com o SNUC, elas são estabelecidas como áreas definidas geograficamente, cuja regulamentação e/ou administração promovam a proteção, conservação, recuperação e o uso sustentável da biodiversidade, bem como a repartição justa e equitativa dos benefícios. Segundo o ICMBio (2009), essas áreas tem três tipos de funções : a) prestam relevantes

⁹ Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000)

¹⁰ União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN. Instituição internacional criada com o objetivo de restabelecer as áreas protegidas já criadas e reativar a rede de conservação que vinha se firmando no período anterior as guerras (UNESCO, 1948)

serviços ambientais; b) atribuem benefícios sociais e econômicos, e c) preservam ecossistemas naturais e os recursos da biodiversidade.

As unidades de conservação inserem-se no conceito de áreas protegidas, levando-se em conta a sua definição, de área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação. Elas são reguladas pela Lei n. 9/985, de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Estão divididas em dois grupos: as de proteção integral compostas pelas seguintes categorias de UC: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre; Reserva de Fauna; Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); e as de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental (APA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Floresta Nacional (FLONA) e Reserva Particular do patrimônio Natural (RPPN), conforme exposto no artigo 14 do SNUC.

Segundo o ICMBio (2009), as categorias que compõem as unidades de conservação podem ser classificadas como típicas, ou seja, as que integram o SNUC, e como atípicas, as quais mesmo abrigadas pelo ordenamento territorial, não fazem parte do sistema da Lei 9.985/00. Dentre as atípicas, cabe citar a Área de Preservação Permanente (APP), a Reserva Legal, Área de Servidão Florestal, as Reservas Indígenas.

As de proteção integral não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo de base ecológica por exemplo. Já as de uso sustentável admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais (SNUC, 2000).

Essa categoria de área protegida, mantém associada à conservação e o desenvolvimento “sustentável”, desmistificando os modelos tradicionais de criação e implementação de áreas protegidas de proteção integral, no qual demonstra uma política frágil que favorece o isolamento (BARRETO FILHO, 2001, p. 56). Mas ao mesmo tempo essas áreas formam espaços compartimentados “isolados” sem conectividade com outras áreas.

Para Nogueira (2004), a manutenção da biodiversidade necessita de grandes extensões de ecossistemas naturais que sustentam importantes processos ecológicos e evolutivos. Ela depende, entre outros aspectos, do fluxo de genes, da troca genética e da movimentação da biota (WILSON, 1994) e quanto maior forem às áreas protegidas, maiores serão as possibilidades neste sentido. Subentende-se que essas áreas protegidas deveriam estar integradas, formando um novo conceito ambiental: o mosaico de unidades de conservação.

Dentre as proposições apresentadas para a conservação da biodiversidade, o SNUC busca, a partir da concepção das unidades de conservação dos mosaicos e dos corredores ecológicos, uma alternativa que pode garantir a manutenção da biodiversidade através da gestão de mosaicos¹¹, de áreas protegidas. Portanto, o conceito de mosaico está ligado à gestão conjunta de unidades de conservação próximas ou justapostas. A Lei faz a conexão entre as unidades de conservação por meio de corredores ecológicos e institui o modelo de gestão mais adequado: os mosaicos, que complementam ainda as áreas de interstícios e as populações que vivem nas proximidades. Essa estrutura permite que a diversidade de tipo de unidades

¹¹ O artigo 26 do SNUC afirma que quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma e compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

de conservação possa ser administrada em conjunto, atendendo às peculiaridades locais. Assim, o corredor é um mosaico (NOGUEIRA-NETO, 2004).

As cidades são vistas como algo externo ao sistema de proteção ambiental- não tem a escala da gestão (não são comunidades) nem laboratórios passíveis de serem “fechados”. Todos esses programas /leis desconsideram o papel que a cidade pode vir a ter na conservação da diversidade sociológica – seria mais produtivo considerar o que Harvey (1996) chama de “habitats socioecológicos contemporâneos”, internalizando as cidades no complexo sistema socioecológico que deve ser preservado.

1.2.2 Atual Sistema de Unidades de Conservação no Estado

O processo de criação de áreas protegidas no Estado do Amazonas seguiu com a tendência ocorrida na Amazônia brasileira (CEUC, 2008), começando a se intensificar na década de 80, com a criação de várias unidades pelo governo federal.

O atual sistema de unidades de conservação do Amazonas é composto de 74 unidades de conservação, sendo 41 estaduais e 33 federais, cobrindo uma área de mais de 30 milhões de hectares, ou cerca de 20% da área do Estado (CEUC, 2008). A seguir apresento a tabela 01, contendo as unidades acima citadas, não foram incluídas as unidades municipais e privadas (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), que tem uma contribuição modesta para o sistema de áreas protegidas no Estado. Das categorias previstas no Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) somente Monumentos Naturais, Refúgios da Vida Silvestre e Reservas de Fauna não estão representadas no sistema.

Tabela 01 - Sistema de Unidade de Conservação Existente no Estado do Amazonas atualizado até dezembro de 2008.

Esfera de Gestão/Categoria	Número de Unidades de Conservação	Área em Unidade de Conservação (hectares)
Proteção Integral Federal	13	8.437.151
Estação Ecológica (EE)	4	1.210.855
Parque Nacional (PN)	5	5.997.829
Reserva Biológica (RB)	4	1.228.467
Proteção Integral Estadual	8	3.031.564
Parque Estadual (PE)	8	3.031.564
Uso Sustentável Federal	20	6.410.300
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	4	18.288
Floresta Nacional (FN)	8	4.522.184
Reserva Extrativista (RESEX)	8	2.134.828
Uso Sustentável Estadual	33	13.093.873
Área de Proteção Ambiental (APA)	7	1.780.180
Floresta Estadual (FE)	8	1.544.054
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	14	9.401.688
Reserva Extrativista (RESEX)	4	367.951
Total	74	30.972.888,00

Fonte: Centro Estadual de Unidade de Conservação CEUC, 2008.

Até 1989 havia uma unidade de conservação estadual e 12 federais no Estado. Ao longo da década de 90, no entanto, o governo estadual tomou a frente dos processos de criação tanto em termos de unidade, acumulando até 1999, 11 unidades cobrindo cerca de 7.368.000 hectares, e 15 unidades federais cobrindo cerca de 9.238.600 hectares de área (CEUC, 2007). Assim como observado em toda a Amazônia brasileira, o processo de criação de unidade de conservação no Estado do Amazonas se consolidou definitivamente a partir do ano 2000, período no qual mais da metade das unidades foram criadas. Durante essa década, o governo Estadual no Amazonas continuou a frente do processo de criação, e até 2008, as unidades de conservação estaduais superavam as federais em números. Além de ampliar a

quantidade de áreas protegidas, a implementação dessas unidades obteve avanços significativos no ano de 2008 (CEUC, 2008, Figura 02).

No Estado, o governo federal e estadual também apresenta distintas estratégias na criação dos dois grandes grupos de unidades de conservação. Ambas as esferas de poder criam mais unidades do grupo de uso sustentável (33 estaduais e 20 federais) comparadas as de proteção integral (8 estaduais e 13 federais, indicada na tabela 01). O governo federal, no entanto, cria mais áreas em unidades de proteção integral, mas a proporção de área ocupada é um pouco mais equilibrada entre os dois grupos de unidades. Constatando que, a área ocupada por unidades estaduais de uso sustentável é quatro vezes maior do que a de proteção integral. Algumas categorias são relativamente melhor representadas do que outras.

Na região do alto/médio rio Solimões, as unidades de conservação (tabela 00) se configurada nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). As unidades de uso sustentável representam sua maior parte (8 federais, 2 estaduais e 2 municipais), contra duas unidades de uso integral, criada a nível do governo federal. As unidades de uso sustentável também impõem limites a ações desenvolvidas nessas áreas, estas devem conciliar seu uso à manutenção do recurso. Sobre essa estrutura de gestão dos recursos naturais, o município promove também o processo de criação de duas áreas protegidas denominadas de Reserva Municipal de Campinas e Reserva Municipal de Mineruá. Nesse contexto o município adere a essa política de criação de áreas protegidas, aumentando seu poder de governabilidade no município e sua atuação na estratégia de implementação da atividade de manejo dos “seus” lagos e conseqüentemente do pescado, propondo uma política ambiental a nível municipal .

Mas apesar dessa prerrogativa, o município compartilha de limitações de recursos humanos e financeiros para a gestão das unidades propostas (Campinas e Mineruá). Devido a essas limitações, as parcerias de cunho técnico entre órgãos governamentais e organizações da

sociedade civil podem ser de grande importância nesse processo de gerenciamento de áreas protegidas.

Tabela 02 – Unidades de Conservação no alto/e médio rio Solimões, 2008.

Esfera de Gestão/Categoria	Localização	Número de Unidade de Conservação	Área (ha)
Proteção Integral Federal	Municípios	2	1.116.553,76
Estação Ecológica Juami-Japurá	Japurá	1	828.366,76
Estação Ecológica Jutái -Solimões	Jutái	1	288.187,00
Proteção Integral Estadual	0	0	0
Nenhuma até o ano de 2009			
Proteção Integral Municipal	0	0	0
Nenhuma até o ano de 2009			
Uso Sustentável Federal	Municípios	4	1.630.434,99
RESEX Auati-Paraná	Fonte Boa/Japurá/Maraã	1	146.941,99
RESEX Jutái	Jutái	1	275.512,54
RESEX Baixo Juruá	Juruá/Uarini	1	187.980,46
FLONA Tefé	Tefé/Alvarães/Carauari/Juruá	1	1.020.000
Uso Sustentável Estadual	Municípios	2	3.437,00
RDS Amanã	Coari/Maraã/Codajás/Barcelos	1	2.313.000
RDS Mamirauá	Tefé/Fonte Boa/Uarini/Maraã/Japurá/Alvarães	1	1.124.000
Uso Sustentável Municipal	Municípios	2	19.588
Reserva Mineruá	Fonte Boa	1	10.045
Reserva Campina	Fonte Boa	1	9.543
Total	12	10	2.770.013,75

Fonte: Centro Estadual de Unidade de Conservação CEUC, 2008.

A tabela evidencia também os municípios que se localizam nas áreas protegidas estabelecidas no alto/e médio rio Solimões, os quais geralmente estão à parte dessa política. Esses municípios são consultados quando em processo de criação da unidade, através das consultas públicas e/ou na formação do conselho gestor das unidades.

Em sua essência a Lei do SNUC estabelece a realização das consultas públicas para que a sociedade seja informada dos propósitos de criação da unidade de conservação, em caráter consultivo - que têm a finalidade de apresentar e, ao mesmo tempo, subsidiar a localização, a dimensão e os limites mais adequados à unidade respeitando estudos técnicos. A Instrução Normativa de 15 de maio de 2008, expressa ainda que as reuniões públicas não sejam um espaço de deliberação, mas de expressão da compreensão. Evidenciando que a consulta pública é um instrumento utilizado pelo poder público apenas para apresentar à sociedade, em geral, e à população local, uma proposta técnica para criação de uma área protegida, não sendo obrigado o órgão ambiental a acatar sugestões solicitadas durante a consulta pública pela população local e pela sociedade em geral.

O SNUC prevê entre os instrumentos de gestão das unidades de conservação, o conselho gestor, esse é constituído por representantes das comunidades, órgãos públicos e de organizações da sociedade civil. O conselho tem uma série de competências, entre elas: acompanhar a elaboração e implementação do plano de manejo das unidades; proporcionar a inserção da unidade no desenvolvimento socioeconômico da região; buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entorno. Tendo como prática a participação política e a construção da cidadania, ratificando o dever e o direito da sociedade civil na gestão pública (ICMBio, 2010).

No entanto essa forma de gerir em administração participativa¹², ainda oferece desafios, como a dimensão coletiva esperada de um grupo. Nesse caso o grupo trata-se do conselho gestor de UCs, que entre as suas atribuições tem a responsabilidade de negociar interesses diversos, e por vezes conflitantes, e dirimir divergências, a fim de tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais locais.

¹² A administração participativa nasceu há mais de 2000 anos, na Grécia helênica, com a invasão da democracia (MAXIMINIANO, 2000).

É importante ressaltar que nessa região do alto/e médio rio Solimões, há presença de diversas Terras Indígenas a exemplo: T.I. Uneiuxi; T.I. Maraã/Urubaxi; T.I. Uati-Paraná; T.I. Kokama; T.I. Juruá entre outras. Essas áreas, apesar de serem “protegidas”, não são formalmente reconhecidas como unidade de conservação pelo SNUC. De fato, o reconhecimento legal das Terras Indígenas não as coloca dentro do escopo de conservação explícita. Essas áreas são definidas legalmente com aquelas “habitadas por índios em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física, cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (Instituto Socioambiental, 2004). Sua legislação está sobre o Ministério da Justiça, já as unidades de conservação estão sob legislação do Ministério do Meio Ambiente. Apesar dessa diversidade legislativa as mesmas expressam uma singularidade quando reconhecem a importância da preservação dos recursos naturais.

As unidades de conservação encontradas no Amazonas apresentam tamanhos extremamente variados desde 51 hectares (Parque Estadual Sumaúma) até 2.450.381 hectares (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim). A maioria das unidades de conservação incluindo as estaduais e federais, tem seu tamanho variado de 100 a 500 mil hectares (CEUC, 2008).

Dentro do sistema de unidades de conservação do Estado são encontrados dois mosaicos que contemplam unidades estaduais e federais de diferentes categorias: mosaico de Apuí e do baixo rio Negro (Tabela 01 e Mapa 02).

Os mosaicos podem ter distintas dimensões e formas, ocupando um ou vários municípios e Estados. Seu contorno depende, a princípio, da disposição inicial das áreas protegidas que o compõem. De acordo com o SNUC (2000), para definição do contorno do mosaico, é necessário fazer com que sejam fomentadas as conexões entre os fragmentos,

No mosaico, as áreas de interstícios (municípios e Estados e terras privadas) devem ser incorporadas à estratégia de conservação da biodiversidade e sua criação requer que várias instituições participem de sua criação e gestão. Segundo o SNUC (2000), o mosaico deve considerar as políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento sustentável com foco na conservação da biodiversidade.

O que se vê no Amazonas é que há uma implementação de mosaico de áreas protegidas, promovendo algumas reuniões para planejamento das ações de implementação dos mesmos sem haver uma interação maior com os gestores municipais e outros interlocutores nesse processo. A incorporação do município e das terras privadas geralmente ocorre depois de criado o mosaico, sem nenhuma consulta prévia aos municípios e aos proprietários das terras privadas. Nos municípios as áreas de preservação permanente e unidades de conservação municipal são incorporadas no mosaico, já as terras privadas geralmente são desapropriadas e transformadas em unidade de conservação. Isso ocorre por que a iniciativa da criação dos mosaicos cabe aos gestores das unidades de conservação que o compõem. Logo, caberá a esses a liderança no processo de criação do mosaico, desde suas reuniões prévias, passando pela criação em si mediante portaria do MMA, ou órgão ambiental componente, até a gestão integrada do mesmo.

Segundo o Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, a gestão do mosaico é realizado através de um conselho de caráter consultivo – isso indica que o que as decisões discutidas nessas reuniões nem sempre podem ser acatadas, ficando ao critério do gestor do mosaico – sendo composto por órgãos públicos nas três esferas de poder, além de órgãos de áreas afins, como pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo, povos indígenas e/ou a sociedade civil entre outros.

Cada instituição envolvida deve manter as obrigações que lhe cabem originalmente ou adequadas à nova estrutura política de gestão do mosaico. As prefeituras das cidades devem respeitar e fazer respeitar as regras da gestão do mosaico acordado em reuniões do conselho.

As estratégias de gestão através de criação de mosaico são consideradas segundo o SNUC um promissor instrumento para contornar conflitos que surgem em razão do distanciamento dessas áreas entre si e com seu entorno. Mas segundo Barreto Filho (2001, p. 45), a implementação desses mosaicos de unidades de conservação, tem implicações mudanças no planejamento e gestão territorial e social dos municípios que se inserem nesse mosaico, e conclui que é preciso ter uma visão clara sobre qual o papel da rede de conservação que vem se estabelecendo no Estado dentro de uma estratégia de ocupação territorial mais abrangente.

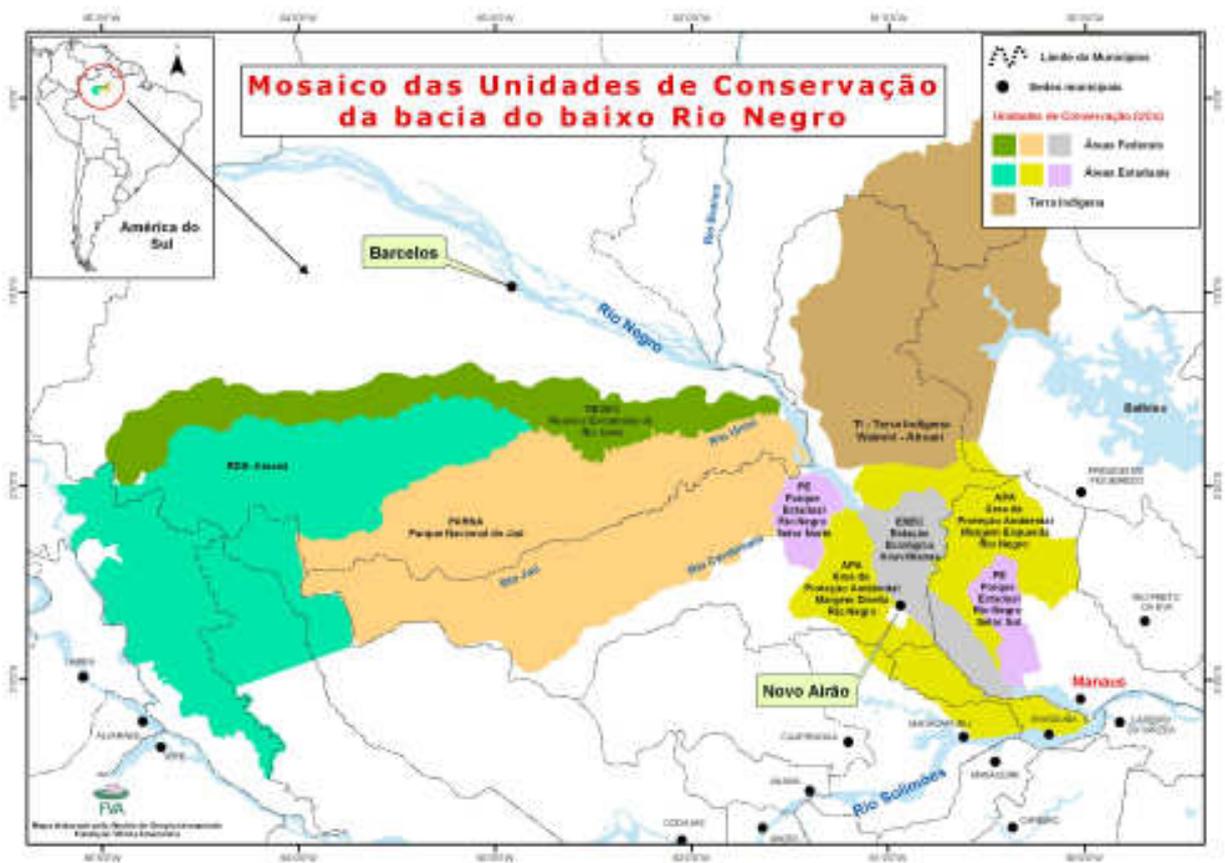
As diferentes prefeituras e os seguimentos sociais presente nessas cidades, são afetados por essa “nova” ordem de gestão, promovendo e disciplinando no espaço da administração pública local (nesse caso as prefeituras) e no modo de vida da sociedade civil, passando as cidades a assumirem uma nova forma de desenvolvimento territorial, agora sobre o viés conservacionista.

Tabela 03 - Mosaicos de Unidade de Conservação existente no Estado do Amazonas.

Mosaicos	Nome	Esfera	Ano de criação	Área no Decreto (ha)
do baixo Rio Negro	APA Margem Direita Rio Negro -setor Puduari	Estadual	1995	566.365
	APA Margem Esquerda Rio Negro -setor Tarumã Açú-Taruma-Mirim	Estadual	1995	56.793
	APA Margem Esquerda Rio Negro -setor Aturiá-Apuazinho	Estadual	1995	586.422
	PE Rio Negro setor Norte	Estadual	1995	146.028
	PE Rio Negro setor Sul	Estadual	1995	157.807
	PN Anavilhanas	Federal	1981	350.018
	PN Jaú	Federal	1980	2.272.000
	7 unidades de conservação			4.135.433,00
do Apuí	FE Manicoré	Estadual	2005	83.381
	FE Apuí	Estadual	2005	165.946
	FE Aripuanã	Estadual	2005	336.040
	FE Sucunduri	Estadual	2005	492.905
	PE Grariba	Estadual	2005	72.296
	RDS Aripuanã	Estadual	2005	224.291
	RDS Bararati	Estadual	2005	113.606
	RESEX Guariba	Estadual	2005	150.465
	FN Jatuarana	Federal	2002	837.100
	PN Campos Amazônicos	Federal	2006	739.993
	PN Jurema	Federal	2006	785.836
	11 unidades de conservação			4.001.859

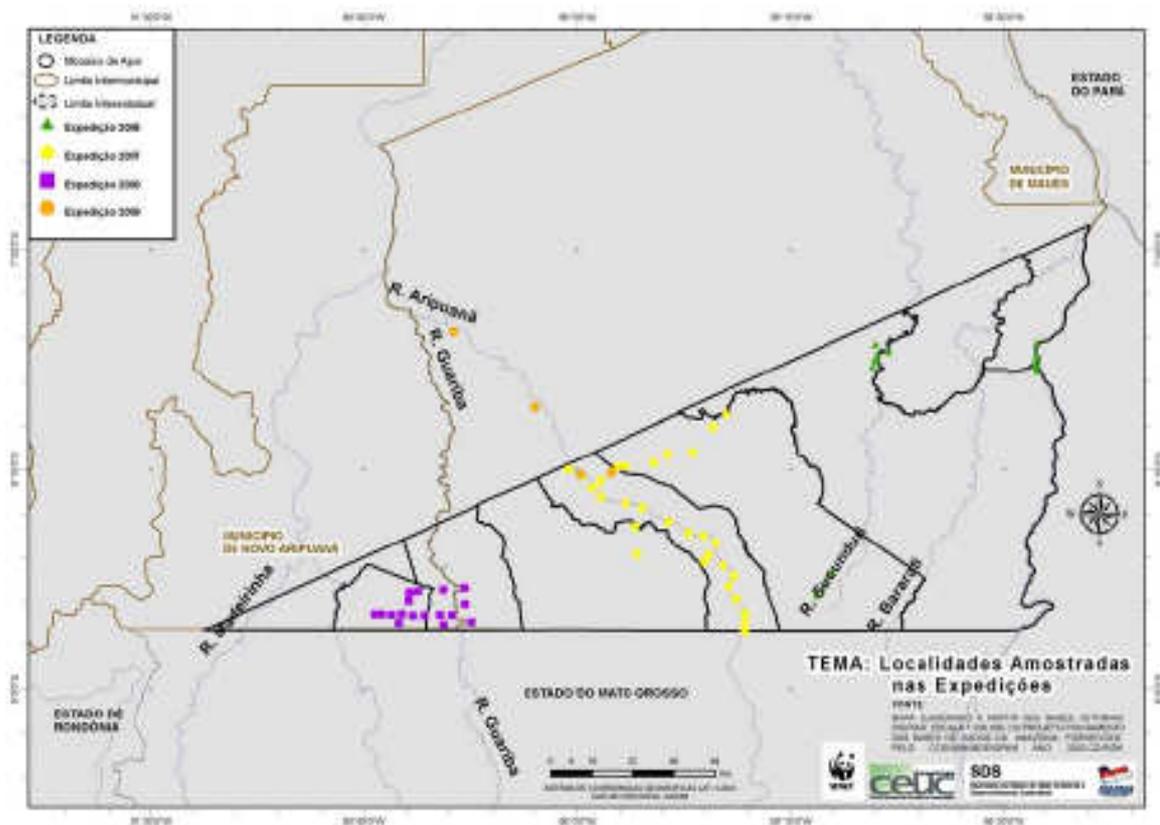
Obs. No mosaico do Apuí e incluído ainda o Parque Estadual Igarapé da Jurema localizado no Estado do Mato Grosso

Fonte: Centro Estadual de Unidade de Conservação CEUC, 2008.



Mapa 03- Mapa do Mosaico de unidade de conservação do baixo rio Negro.
Fonte: Fundação Vitoria Amazônica, 2008.

O mosaico do baixo rio Negro, abrange quase 7 milhões de hectares, formados pela ESEC (Estação Ecológica) de Anavilhanas, Parque Estadual do Rio Negro - setor Norte, Parque Estadual do Rio Negro - setor Sul, Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, APA (Área de Proteção Ambiental) Estadual da Margem Esquerda do Rio Negro - Rio Aturiá Apuazinho, Parque Nacional do Jaú, APA Estadual do Tarumã e a área delimitada pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Cuieiras – Apuaí (CEUC, 2008).



Mapa 04- Mapa do Mosaico Apuí.
Fonte: CEUC/SDS, 2008

Na região do sudoeste do Amazonas, o governo criou em 2005 o mosaico do Apuí com desafio de barrar o avanço da fronteira agrícola, principalmente a apropriação indevida de terras (grilagem), atividade que geralmente precede o desmatamento ilegal e a pecuária extensiva. Esse mosaico abrange nove unidades de conservação, sendo duas de proteção integral e sete de uso sustentável, a saber: Floresta Estadual de Manicoré; Parque Estadual do Guariba; Floresta Estadual do Aripuanã; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã; Floresta estadual do Sucunduri; Parque Estadual do Sucunduri; Floresta Estadual do Apuí; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati, formando um grande triângulo de glebas de domínio estadual no sudoeste do Amazonas, de aproximadamente 2,46 milhões de hectares, nos municípios de Apuí e Novo Aripuanã, junto à fronteira com o Estado do Mato Grosso (CEUC, 2008).

Diante desse cenário, observa-se o acompanhamento de uma tendência regional ocorrida em todo o Amazonas, fazendo parte de um “boom” de criação de áreas protegidas na década de 90, especialmente pelo governo estadual.

É relevante lembrar que no processo de criação dessas áreas, os interesses e disputas de poder devem ser também considerados localmente. Como os territórios em que são criadas essas unidades fazem parte de municípios, mas em geral as iniciativas partem de outra esfera de poder (estadual e federal), podem ser gerados conflitos entre poderes e a própria sociedade local.

Benatti (2003) lembra que essas unidades são áreas públicas. Por isso, a posse do território pelas populações que as habitam ou utilizam deve ser garantida pela união (no caso das unidades de conservação federal), ou pelos estados da federação, promovendo uma redução de governabilidade municipal nesses territórios. Uma questão grave tem sido a de que as áreas protegidas inseridas em terra públicas estaduais, na sua maioria, ainda não foram transferidas para o órgão que gerencia as unidades federais, conseqüentemente o domínio continua do Estado do Amazonas ou vice-versa. Ocasionalmente a não ritualização fundiária dessas áreas. Benatti (2003) enfatiza essa situação, ao afirmar que a grande maioria das unidades de conservação (nível dos três poderes) tem-se limitado a demarcação de seus limites, enquanto que a sua regularização fundiária, fiscalização e implementação não saem do papel. O motivo alegado quase sempre é o mesmo: falta de verbas. Os recursos financeiros acabam sendo um dos entraves na regularização fundiária, sendo que na sua maioria o poder Público não tem verbas para indenizar os proprietários particulares, posseiros e suas benfeitorias que se encontram nas áreas protegidas.

Segundo Benatti (2003) a regularização fundiária é a expedição de um documento ou título que garante ao seu detentor o exercício do direito de uso de propriedade. Esse processo

deve estar sempre amparado na consolidação de dois elementos centrais: uso tradicional da atividade e a proteção ambiental. O autor enfatiza que:

“no final das contas, é uma discussão sobre o controle da terra e dos recursos naturais, principalmente de floretas, sob a ótica de que regularizar não é só dar título. É preciso discutir quem é que tem direito a terra, quem tem prioridade, etc. (BENATTI 2003)”

Existe nesse processo vários entraves que impossibilitam a implementação dessa política entre eles estão: alguns grupos políticos que não querem deixar de ser “donos” de muita terra e o outro são as questões dos órgãos públicos terem a concepção de que “isso é meu”, de que tal área “sou eu” que cuida e não outro órgão, nesse caso evidenciando que não querem perder o poder.

Essas políticas ambientais são as formas contemporâneas de ordenamento territorial no Amazonas e se faz em consonância com o modelo de desenvolvimento econômico, sendo as áreas protegidas estabelecidas nos espaços intersticiais dos pólos de desenvolvimento. Essa política, entretanto, não se impõe sem conflito. A contradição entre o que Barreto Filho (2004) denomina de “malha programada” e “malha sociopolítica viva”, ou seja, entre a organização e a jurisdição do espaço por parte do Estado e as territorialidades e os códigos consuetudinários¹³ – ou seja, o direito que surge dos costumes de certa sociedade – de grupos sociais diversos, conduz a intensos conflitos na região pela apropriação do espaço.

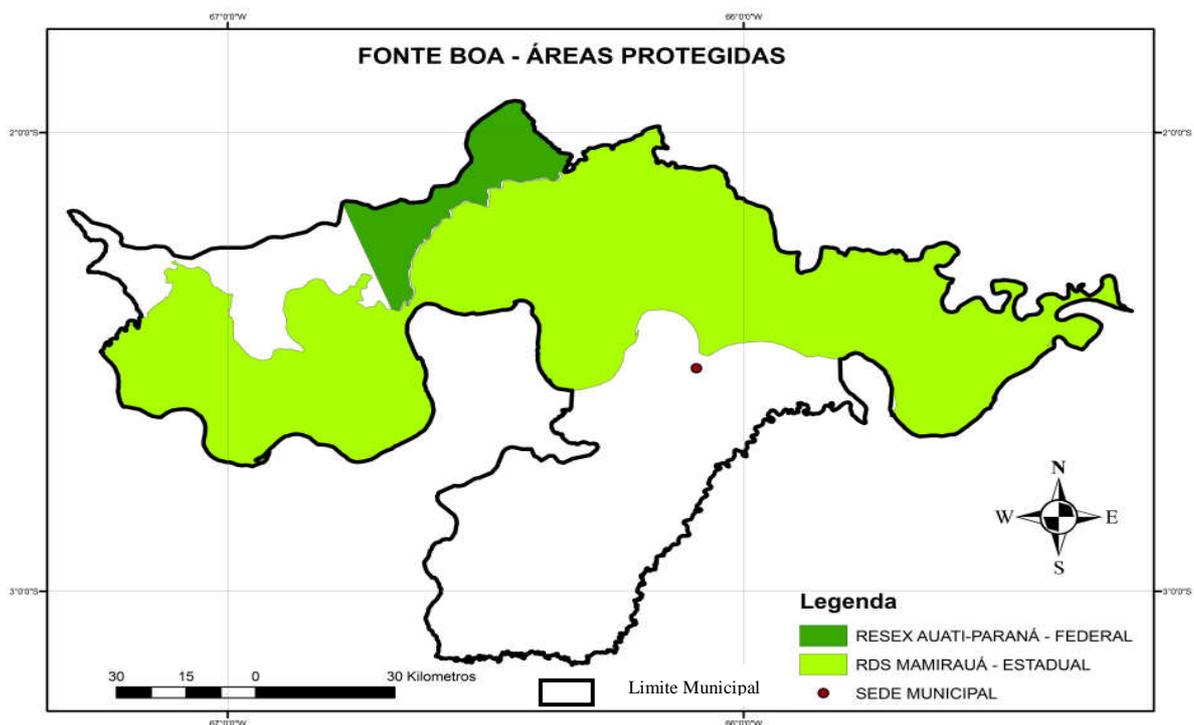
¹³ No direito consuetudinário, as leis não precisam necessariamente estar no papel ou serem sancionadas ou promulgadas. Os costumes transformam-se nas leis. Dicionário Língua portuguesa, 2002.

1.3 A Política Ambiental no Estado do Amazonas: e seus reflexos em Fonte Boa.

Seja qual for o aspecto, as políticas ambientais impostas pelo Estado através da criação de áreas protegidas na região, especificamente na calha do rio Solimões, força a incorporação de um modo de ser e viver nesse espaço, onde as relações entre o Estado, o cidadão e o meio ambiente, começam a ser reguladas por esse sistema. Dada a diversidade de agentes (sociedade civil, Estado e corporações) com distintos interesses e níveis de influências, o território passa a ser disputado (relação de poder) por diferentes lógicas de uso e ocupação.

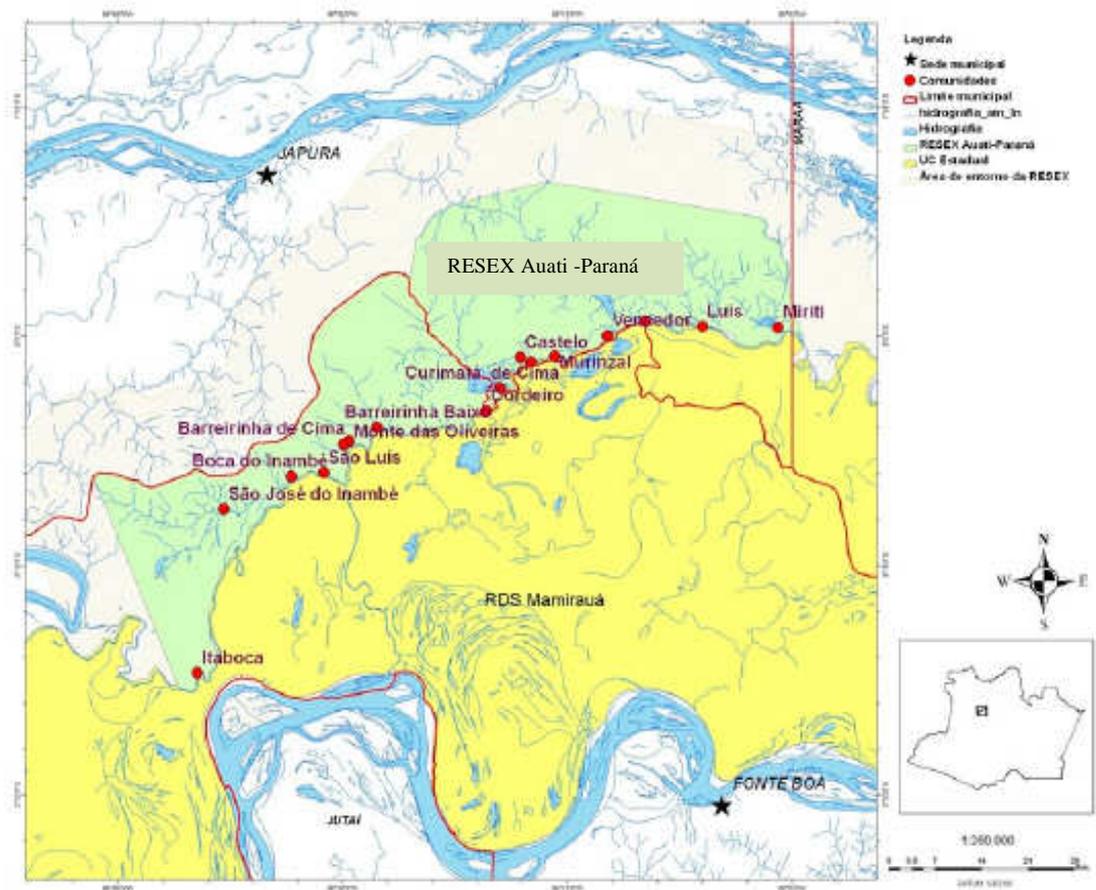
Esse contexto de disputa e “regulação” está ligado à definição do uso dos espaços e a uma clareza fundiária, ou seja, aceita-se aquele que está na terra de forma “irregular” e consolida-se o uso daquele espaço. Nesse contexto de produção do espaço, o Estado-Nação desempenha o papel central de ordenamento, pois institui as normas que regulam o território, bem como opera a fiscalização e o exercício do poder de polícia nessas áreas. Segundo Santos (2002), o ordenamento territorial pressupõe o controle de uso da terra, é a racionalização da disposição e localização dos equipamentos e das atividades desenvolvidas no espaço. Os objetivos dessas áreas protegidas se confrontam com o jogo de poder que existe pelo uso da terra.

A política ambiental, dotada pelo poder público federal e estadual para o município de Fonte Boa está ligada diretamente com a criação de duas áreas protegidas (Mapa 05). Este espaço está demarcado por áreas (legalmente instituídas) de caráter de uso sustentáveis, a saber: a) Reserva Extrativista Auati - Paraná (criada em agosto de 2001, com uma área de 146.950,82 hectares) e b) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM/AM (criada em março de 1990, com uma área total de 1.124000 hectares).



Mapa 05- Mapa de Localização das áreas protegidas inseridas em Fonte Boa.
Fonte: Daniela Alves, 2009.

A Reserva Extrativista Auati – Paraná (Figura 06), está inserida no município de Fonte Boa e Japurá, localizado na nascente de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Paraná Auati - Paraná. Sua administração está atrelada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, cabendo a este adotar medidas necessárias a sua efetiva implantação e controle. Tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local (SNUC,2000).



Mapa 06 - Mapa da Reserva extrativista Auati – Paraná

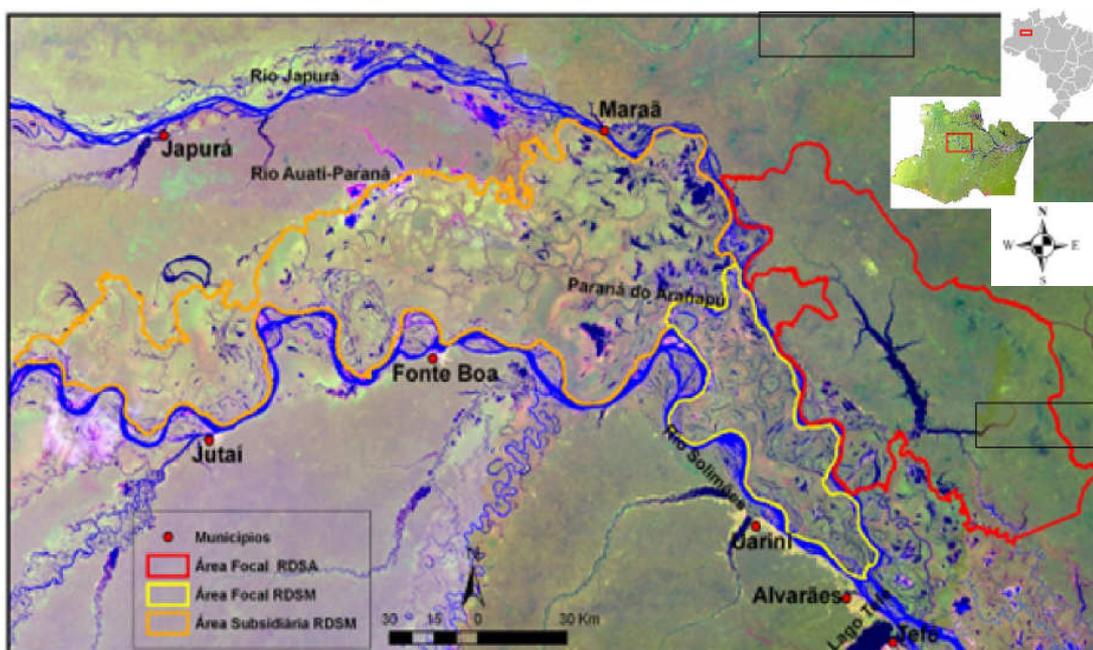
Fonte: ICMBio, 2009.

A criação da RESEX na área do município foi criada a partir do Movimento de Educação e Base (MEB) realizado pela Igreja católica de Fonte Boa. Este movimento reivindicava o direito a terra, à possibilidade de produção para a vida. Processo este aprofundado no próximo capítulo deste trabalho.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá – RDSM (Mapa 07) está inserida no território dos municípios de Tefé, Uarini, **Fonte Boa**, Japurá, Tonantis e Maranhã, muito embora existam também outros importantes municípios que não fazem parte da reserva, mas encontra-se em sua área de influência, como Juruá e Alvarães. A RDSM encontra-se localizada na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati – Paraná. Sua gestão está atrelada ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá desde 2003,

sendo uma organização social de direito privado, que tem contrato de gestão com o Ministério de Ciência e Tecnologia, e se dedica a realizar pesquisas para a conservação da biodiversidade amazônica por meio do seu uso sustentável. Cujos objetivos são institucionalizar e oficializar as ações e princípios que a sustentam, atuar na elaboração de políticas públicas e realizar pesquisas para a conservação da biodiversidade (IDSM, 2008).

Para Diegues (1996, p. 78), essas áreas possibilitam a inserção da sociedade no contexto de sua gestão, através da participação popular e coletiva aliada aos usos diversos que caracterizem positivamente a relação sociedade-natureza.



Mapa 07 - Mapa de localização da RDS Mamirauá, evidenciando a área focal (área principal de desenvolvimento de ações do IDSM) e área subsidiária (área com pouca iniciativa de atividade do IDSM).
Fonte: IDSM, 2008.

A gestão dessa unidade teve sua implementação direcionada (no primeiro momento) nas áreas próximas ao município de Tefé, denominados de área focal pelo o IDSM. Com carência de técnicos para cobrir toda a sua área de 112,4 km², a porção oeste (que compreende o município de: Fonte Boa, Japurá, Marabá, Jutai), da reserva não tinham sua gestão implantadas, porção estas denominada de “área subsidiária” (compreendendo uma

área de 864, 000 ha) pelo Instituto, ocasionado uma ausência de atividades nessa área (IDSM, 2008).

Ambas as áreas (focal e subsidiária), passaram por um processo longo de implementação pelos seus órgãos gestores, existia carência de pessoal técnico e falta de recursos financeiros para gerir essas áreas. Causando vários conflitos em torno do controle sobre o uso dos recursos naturais, tais como disputa a pesca, o uso dos recursos florestais, posse da terra por indígenas, e disputa de poder entre o setor público local e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM.

No ano de 2001 o IDSM, dá início as suas atividades na “área subsidiária” da reserva, (áreas estas inserida no município de Fonte Boa), (IDSM, 2008). Diante do exposto o poder público local, passa a se preocupar com a possibilidade da maior parte do “seu” território (cerca de 70%), ser gerido pelo IDSM e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio.

De acordo com o presidente da Câmara Legislativa do município de Fonte Boa, o poder público local, não estava de acordo que o IDS Mamirauá, (no qual recebe até hoje, recursos financeiros vindo de organizações não governamentais do exterior e de programas do governo federal e estadual), administrasse a área que compreendia o município de Fonte Boa – estabelecendo nesse momento uma redução de governabilidade sobre o território municipal – uma vez que já existia, no município, uma secretaria especificamente voltada para a sustentabilidade. Mas o que está intrínseco nessa disputa de poder é quem detém o monopólio do manejo sustentável do Pirarucu, uma das principais ações na região, já que a maior parte dos lagos onde se realiza essa atividade encontra-se no município de Fonte Boa.

As atividades econômicas desenvolvidas no município são principalmente de subsistência em pequena escala e pescado entre esses o tambaqui, peixe liso entre outros.

Entretanto a atividade de maior vulto e expressão no município é a atividade de manejo “sustentável” do Pirarucu. Atividade essa que aprofundo no decorrer desta dissertação.

Essa disputa de poder sobre o território e pelo monopólio do manejo o município propõe em 2002 a criação do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Fonte Boa - IDSFB, dotado de personalidade jurídica de direito público e jurisdição em todo o território do município. Burocraticamente possui uma estrutura formada por um diretor-presidente, um diretor administrativo-financeiro e sete coordenações: coordenação do manejo dos recursos pesqueiros, de aquicultura, fundiária, de fiscalização, do manejo floresta, agronegócio e turismo. Tem como finalidade o desenvolvimento ecológico, social, científico e tecnológico municipal com ênfase no uso sustentável dos recursos naturais de forma responsável, oferecendo oportunidade de aumento de renda familiar e melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos através de processos participativos (IDSFB, 2008).

A atividade de manejo do Pirarucu, desenvolvida pelo IDSFB consiste no papel de mediador entre o pescador e o IBAMA, que legitima a atividade, ou seja, expede uma autorização para a pesca, com a cota estabelecida para cada estrutura organizacional que exerce essa atividade, em consequência a autorização do barco para a pesca e/ou como chamado pelas comunidades de “despesca”, com acompanhamento de um monitor e material necessário permitido por lei. Além disso, os técnicos do IDSFB expedem um contrato de compra e venda, para facilitar a negociação entre pescador e comprador. Todo esse processo se desenvolve dentro de uma participação coletiva entre os agentes sociais inseridos na atividade de manejo (IDSFB, 2008).

Através desse processo o IDSFB desenvolve o manejo de pesca no município, compreendendo os seguintes aspectos: a) Formação de setores: para facilitar o trabalho participativo, juntar as comunidades geograficamente próximas para fomentar a organização

comunitária e planejar o seu desenvolvimento através de ações voltadas para o uso sustentado em pesca, floresta, agricultura, artesanato, etc; b) Organização Comunitária: mapeamento das áreas utilizadas por comunidade para o zoneamento de cada comunidade e/ou setor identificando-se seu papel econômico; conflitos no uso; mediação na solução dos conflitos; estabelecimento de regras de uso sustentado dos recursos naturais; capacitação em manejo de pesca, manejo florestal; gestão participativa; associativismo; cooperativismo; processamento, conservação e comercialização de pescado e madeira, agentes ambientais voluntários como forma de fortalecer o sistema de fiscalização participativa pelas comunidades. Formalização de associações por setor envolvendo todas as atividades produtivas; c) Forma de uso dos recursos pesqueiros pelo setor: discussão e elaboração de acordos de pesca. Faz parte do processo o levantamento de estoque de pesca do pirarucu através da contagem feita pelos próprios pescadores e técnicos do IDSFB para estabelecimento de cotas sustentáveis anuais para abate autorizadas pelo órgão competente no processo de legislação pesqueira, visto que a captura e comercialização do pirarucu estão proibidas desde 1996 no Estado do Amazonas, salvo em áreas de proteção de uso direto; d) Formas de uso sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros; e) Agricultura: fomento as atividades agrícolas tradicionais através de parcerias com o IDAM, SEPROR e AFEAM; d) Piscicultura; e) Capacitação (IDSFB, 2008).

A proposta desse Instituto é de um sistema de manejo “participativo e sustentável” da pesca do Pirarucu. Uma outra atividade desenvolvida no manejo é o monitoramento dos estoques dentro dos lagos pelo sistema de contagem (este descrito no decorrer desse capítulo), sendo uma adaptação do conhecimento das populações tradicionais que foi validada cientificamente. Mas, para que essa atividade fosse reconhecida pelo poder federal e estadual, foi necessário estabelecer uma parceria com o órgão que representa esse poder, de modo que

o sistema de manejo do Pirarucu tornou-se uma atividade “legalizada” no município de Fonte Boa.

As relações estabelecidas pela equipe do IDSFB, com as organizações sociais envolvida na atividade de manejo, caracterizam-se de modo geral, como cordial. Mas apesar dessa cordialidade a Associação de Pescadores, Colônia Z52, AAPA e as organizações comunitárias, dispõem de constantes divergências com relação às regras estabelecidas pelo IDSFB para o manejo do Pirarucu.

Apesar dessa ação percussora sob o município, o IDSFB passa por uma instabilidade administrativa, pois não contar com um quadro técnico muito amplo e nem infraestrutura desejada, não havendo capacidade instalada para implementar essas demandas. O diretor do instituto comenta que a principal dificuldade, desde sua criação, é a falta de incentivo financeiro e apesar do Instituto se constituir burocraticamente como uma autarquia, na prática é vinculado à prefeitura, que paga o salário dos funcionários, havendo em certo período atrasos de salários. Isso se deve pelo fato de que as contas da prefeitura estão sempre com saldo negativo (IDSFB, 2008).

Diante dessa fragilidade o instituto propõe a criação de uma Lei denominada “Lei de Taxa da atividade de Pesca do Pirarucu” (Lei n. 2 de 2005), sem aprovação da Assembléia Legislativa. Essa lei prevê o pagamento de 5% do valor da renda final que é produzido no manejo do pirarucu ao IDSFB. Dos 5%, 2,5% é pago pelos pescadores e 2,5% pelos compradores. Segundo diretor do instituto, com esse dinheiro haveria a contratação de monitores (que pesam registrar os dados do peixe e inserir um laque¹⁴ no peixe), compra combustível e rancho. Esses monitores são contratados temporariamente e ganham um salário mínimo, mas esse valor é passível de negociação segundo diretor do

¹⁴ Tipo de presilha plástica, que contém uma numeração, utilizada como controle do peixe abatido. Esse objeto identifica a legalidade do peixe e sua proveniência de um lago manejado (IDSFB, 2008).

instituto. Pois a prefeitura só paga os salários dos técnicos, a instituição não tem um orçamento, o único orçamento é o salário. E durante o período do manejo as despesas da instituição aumentam significadamente (IDSFB, 2008).

Segundo diretor do IDSFB, o IBAMA exige que o IDSFB mantenha nos lagos um monitor para acompanhar passo a passo a captura do pirarucu, que são individualmente pesados, medidos e lacrados. Nesse período são contratados em média de 20 a 30 pessoas de setembro a novembro, totalizando o gasto de R\$ 32.000,00. Por isso a proposta da criação da lei, para suprir o Instituto com orçamento necessário para o desenvolvimento das atividades e tentar acabar com a dependência da prefeitura. Apesar das suas fragilidades, as ações desempenhadas por esse Instituto são de conhecimento e respaldo da sociedade fonteboense e dos órgãos ambientais a nível federal e estadual.

A criação do IDSFB e das áreas protegidas inseridas no município, formam uma rede de ações voltadas para a atividade de manejo do Pirarucu, sendo o município de Fonte Boa um “laboratório de experimento do manejo do Pirarucu” que tem dado “certo”. Esse fator “positivo” se propaga perante aos outros municípios estabelecidos no alto/médio rio Solimões.

As áreas protegidas presente no município (de uso direto) compõem um mosaico com áreas produtivas (em destaque o manejo do pirarucu), possibilitando a captação de recursos e de uma infraestrutura de suporte para o ingresso de recursos no município. Essa estratégia passa a compor um portfólio de ações para garantir impactos positivos na economia local, com remanescentes significativos no manejo dos recursos naturais. Considerando também como elemento do desenvolvimento de estratégias de uso do solo para o município (IDSFB, 2008).

Mas por um lado, essas áreas protegidas inseridas em Fonte Boa, criadas e impostas pelo poder público estadual e federal e pelo próprio município, forçam a incorporação de um modo de viver amazônico, ou seja, o estabelecimento de um *ethos*¹⁵ baseado em diversas utopias sobre “o ser amazônico” enquanto portador da solução para a crise local e mundial. Pois a criação dessas áreas protegidas, apesar de carregar na sua história de criação a luta dos movimentos sociais, sua implementação passa, em seguida, por um processo de burocratização que, arbitrariamente, adiciona ao nome de Reservas de uso direto o estigma do “desenvolvimento sustentável”.

Segundo Diretor do IDSF, essa burocratização e os conflitos econômicos, causados pela existência de áreas protegidas podem ser reduzidos se as receitas geradas (pelas áreas protegidas inseridas em terras municipais) forem direcionadas também para a economia do município. Já que essas áreas (entende de uso sustentável) favorecem e demandam uma série de atividades, é possível que o direcionamento dos benefícios dessas atividades para as populações afetadas pelas restrições possa auxiliar na manutenção de problemas locais e municipais, ligados à desigualdade de renda e à exclusão social; saneamento básico; saúde; educação entre outros.

Sobre os projetos citados nos sub-temas desse capítulo, desenvolvidos pelo governo (estadual e federal) na área do município de Fonte Boa, obtive a seguinte explicação pela direção do IDSF. Referente ao programa Zona Franca Verde (que compõe o quadro de financiamento do IDSF pelo Estado), desde 2004 esse projeto não está cumprindo com o repasse de verba para o município. Mesmo não repassando o dinheiro, todos os meses de despesa do pirarucu, uma equipe do programa faz visitas ao município, ao IDSF e traz a mídia para fazer a propaganda do programa, como se realmente estivesse apoiando financeiramente as atividades de manejo do pirarucu.

¹⁵ Segundo a enciclopédia livre da sociologia, o termo indica, de maneira geral, os traços característicos de um grupo, do ponto de vista social e cultural, que o diferencia de outros, ou seja, um valor de identidade social.

O mesmo informa que Programa Zona Franca Verde foi lançado em Fonte Boa em 2003 e dentro do programa foram assinados vários termos de cooperação técnica, possibilitando a existência de várias parcerias com instituições estaduais e federais. Como exemplo, a cooperação técnica assinada com o IBAMA, com a SDS, que é a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, com o IPAAM, sendo parcerias firmadas, INPA (Núcleo de Genética e Tecnologia de Alimentos), UFAM (Curso de Engenharia de Pesca), Instituto Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Banco Mundial. Dentre as parcerias informais, o diretor do instituto citou o IDAM e a ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, órgão estadual que é responsável pela comercialização dos produtos. Dentre esses acordos firmados, o que se concretiza é a cooperação com o IBAMA, o restante só se concretiza através do papel ou do termo.

O Diretor cita também que o mesmo ocorre com o projeto corredor ecológico central da Amazônia, não existe de fato um ato oficial desse projeto perante a prefeitura, a equipe esteve aqui divulgando o projeto, mas só ficou nisso. Ambos os projetos deveriam compor o quadro financeiro do IDSFB, mas até esse ano 2008 (período em que foi realizada a entrevista), isso não ocorreu.

Em abordagem sobre a compatibilidade das ações desenvolvidas pelo IDSFB e o IDSM, referente à atividade de manejo do pirarucu, o mesmo acredita que há uma situação delicada na relação com o IDSM. O IDSFB assumiu o manejo nas áreas chamadas subsidiárias da RDS Mamirauá. Segundo técnico do IDSFB, o IDSM é muito fechado e não é qualquer um que tem permissão para fazer pesquisa lá dentro e “eles não fazem questão se muita gente pesquisando lá”. Em conversa com o diretor do IDSFB, ele diz que recebe os pesquisadores do IDSM para realizar pesquisa e faz questão de deixar claro que, ao contrário do IDSM, o IDSFB está aberto para contribuições com a pesquisa ou extensão.

Em entrevista final com o diretor do IDSFB, indago a ele sobre a atividade do manejo do pirarucu em Fonte Boa, ele enfatizou que o manejo só existe por causa da iniciativa do IDSFB, e por isso enquanto diretor dessa instituição se considera responsável pelos trabalhos desenvolvidos até hoje.

Contudo o que está em jogo em Fonte Boa é o controle dos recursos naturais, tal empreendimento de criação de áreas protegidas produz um rearranjo das pessoas e recursos dentro dessas áreas, criando regras que vão delinear os novos usos sociais do espaço, tanto no campo como na cidade. As relações de poder prévias e as institucionais estão em constante transformação.

Para compreender como esse atual processo de controle dos recursos naturais se constituiu no município se faz necessário, nos transportar ao passado, fazendo uma viagem no tempo através da sua história de ocupação, a partir da atuação da Igreja na formação da região do médio/alto rio Solimões, descrita no próximo capítulo.

Capítulo II: Da Cidade do Padre à Cidade do Manejo Sustentável.

Resumo

Para compreender a atual estrutura social, cultural, religiosa, política e ambiental presente na cidade de Fonte Boa no Amazonas, faz-se necessário, nos transportar ao passado, fazendo uma viagem no tempo através da sua história de ocupação a partir da atuação da Igreja na formação da região do médio/alto rio Solimões e as transformações e permanências decorrentes das políticas ambientais na cidade de Fonte Boa. Desde século XVI, a área que hoje o IBGE denomina de médio/alto rio Solimões sofreu várias transformações. Com a chegada dos portugueses, a exploração das drogas do sertão, a atuação das missões religiosas até o período auge da borracha, e no final do século XIX, onde a área até então ocupada por tribos indígenas é incorporada à coroa portuguesa e ao sistema mercantil mundial. Esse capítulo procura responder algumas questões referentes à produção e reprodução do espaço vivenciado nesse período, a partir da periodização de um lugar, ou seja, à reconstrução do tempo espacial, isto é, a colocação em evidência dos momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial, ajudando a reconstruir o papel geohistórico datado na cidade de Fonte Boa/AM. É durante a atuação do MEB que a ideia de “comunidade” e “preservação dos lagos” nasce na região e que depois é capturado pelos órgãos ambientais, re-conceitualizado e utilizado para estabelecer a forma de manejo prevalecente na região.

2.1 “Na Curva do Rio”: Das Missões Religiosas à Cidade de Fonte Boa.

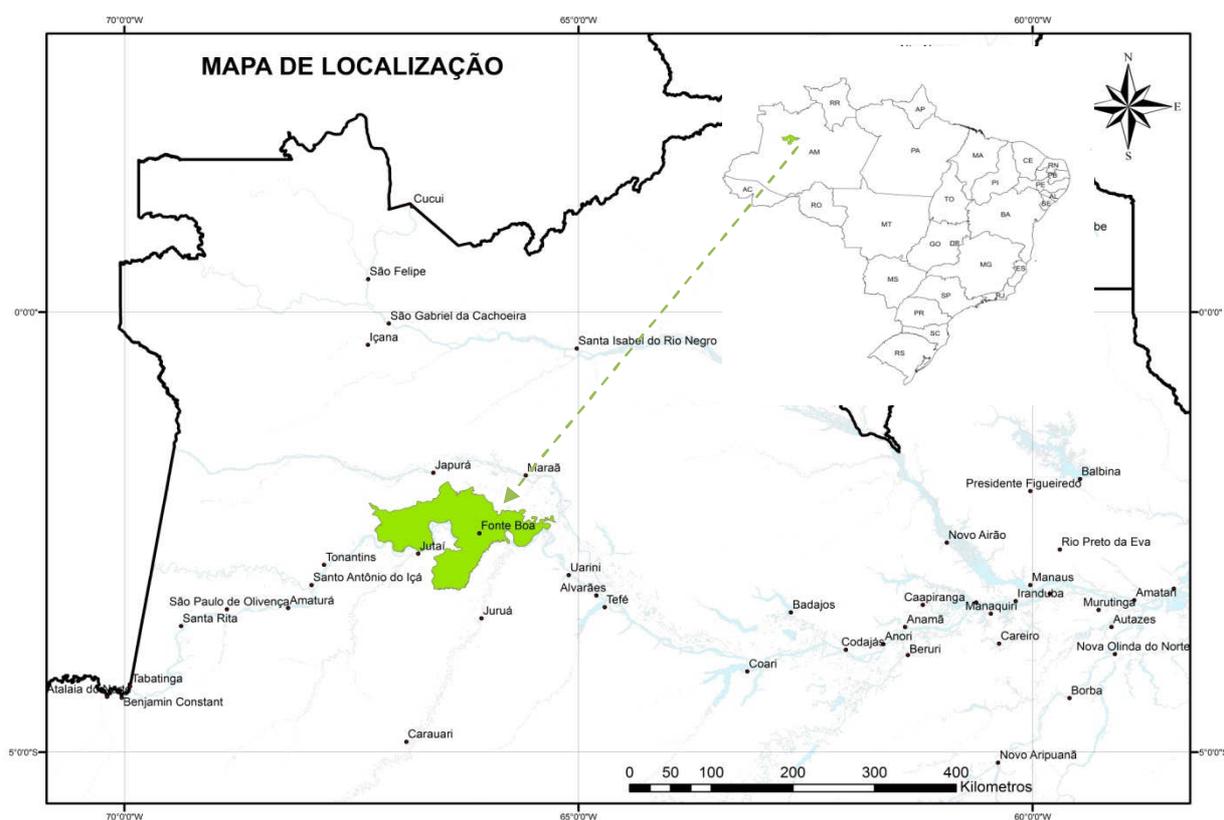
Em uma região onde a navegação fluvial sempre foi o principal meio de transporte, a história deve ser inicialmente pensada como história de seus diferentes rios e bacias hidrográficas, porque foi por essas vias aquáticas que a colonização penetrou na Amazônia (LEONARDO, 1999 p. 66).

Foi a partir de meados do século XVII que os portugueses, com grande apoio das missões religiosas (inicialmente Jesuítas, mas também Carmelitas, Franciscanos, Espiritanos entre outras ordens religiosas), passaram a percorrer o rio Solimões-Amazonas, fundando vilas e povoados (GALVÃO, 1979, P. 120-5). A história de fundação da cidade de Fonte Boa confunde-se com a história de colonização da Amazônia, em geral, e do médio/ alto rio Solimões em particular. Ainda hoje tal qual na época das missões a cidade se encontra nas expressões dos barqueiros regionais “na curva do rio”¹⁶ Solimões. A melhor maneira de conhecer a rede urbana no Amazonas é abordo de um “motor de popa”, onde o barqueiro experiente conhece cada “curva do rio” e avista de longe às cidades do Amazonas.

A cidade de Fonte Boa (Mapa 08) está situada na região norte do Brasil, no Estado do Amazonas, e de acordo com a divisão regional do Estado, integra a 2^o sub-região do triângulo da bacia do rio Solimões, Jutai/Japurá/Juruá. Regiões de grandes extensões territoriais, produtoras de borracha, hoje denominado de Alto Solimões. Fonte Boa tem uma localização estratégica, no centro geográfico dessas bacias (SEPLAN, 2005¹⁷), exatamente na curva do rio Solimões entre as regiões do alto/ e médio Solimões.

¹⁶ Expressão usada pelos barqueiros, para localizar a cidade de destino (Registro de diário de campo, 2008).

¹⁷ Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas. Diagnóstico e proposta Preliminar de Viabilidades, Versão 1.0, Programa de Cooperação-Brasil Itália, 2005).



Mapa 08 - Mapa de Localização do Município de Fonte Boa/AM.

Fonte: Daniela Alves Carvalho, 2009.

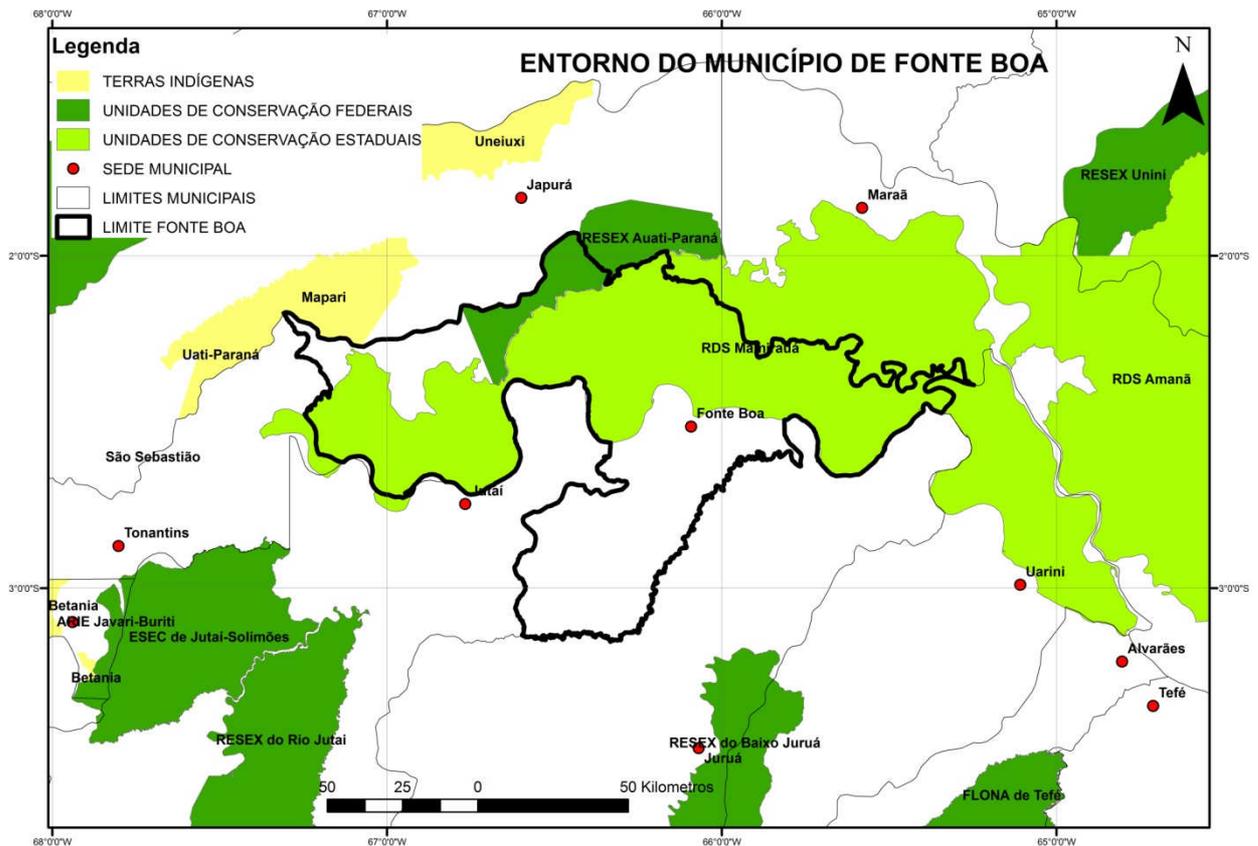
A cidade está distante da capital do estado em linha reta 680 km e 1011 km por via fluvial. Dados esses que só fazem sentido no papel, pois a distância na Amazônia é medida por potência de motor de barco e dias de viagens. Fonte Boa é acessível por transportes aéreos e fluviais. Em seu principal aeroporto pousam e decolam semanalmente (as quartas-feiras e aos domingos) aviões, com linha regular vindo de Manaus e Tefé com estimativa de 4 horas de. O transporte fluvial segue dois padrões de embarcações: o primeiro com barco regional destinado a passageiros e transporte de carga e o segundo barco a jato destinados só a passageiros. A saída e chegada dessas embarcações se dão no porto de Manaus e no atracadouro denominado de escadaria dos remédios. No porto de Manaus, a saída do barco para Fonte Boa acontece a cada 21 dias, a viagem dura em média três dias. Já no atracadouro as saídas são realizadas em diversos períodos: todas as quartas pela embarcação denominada de “Comandante José Lemos” com duração em média de três dias e meio; sábado sim e

sábado não pela embarcação “Vitória da Conquista”; todas as sextas, pela embarcação “Comandante Neto Júnior” e a cada quinze dias pela embarcação “Almirante Moreira”. Na embarcação a jato, as saídas são realizadas todas as quartas, na embarcação denominada de “À Jato 2001” com duração em média de nove horas de viagem.

A área territorial de Fonte Boa compreende cerca, de 12.111 km², com clima: tropical, chuvoso e úmido; constando temperatura máxima de 32,8° a 34° C e mínima de 20° C. A altitude: 62m acima do nível do mar (IBGE, 2000).

Segundo o censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2000, a população total residente no município de Fonte Boa é de 33.045 mil habitantes. Tendo na área rural 21.412 mil habitantes e na área urbana 11.633 mil habitantes com taxa de urbanização de 65,4%. No ano de 2007 houve um decréscimo populacional para 19.726mil habitantes. Para o ano de 2009 o IBGE estima uma população de 18.803 mil habitantes (IBGE, 2000).

As cidades estabelecidas no médio/alto Solimões, especificamente a cidade de Fonte Boa/AM tem vivenciado, a partir da década de 1990 um intenso processo de criação de áreas protegidas pelo poder público federal e estadual. Maior parte do seu território, cerca de 70% deste abriga área protegidas (Mapa 09) de esferas Federal, Estadual e Municipal (em fase de homologação), classificadas em: Terra Indígena (dentro da área da RDS Mamirauá) – TI; Reserva Extrativista Auati-Paraná – RESEX; Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDS; Reserva Municipal Campina/Minerua (em fase de constituição legal pelo município).



Mapa 09 - Mapa de Localização das áreas protegidas no limite territorial da Cidade de Fonte Boa/AM.
Fonte: Daniela Alves Carvalho, 2009.

Diante do exposto se faz necessário compreender a produção do espaço urbano no Amazonas especificamente na cidade de Fonte Boa, no contexto da implementação de áreas protegidas. Pois as políticas ambientais são a forma mais contemporânea de concepção do espaço na Amazônia Brasileira, o que implica em mudanças significativas no cotidiano dos agentes sociais que residem nas cidades localizadas próximas a essas áreas. A criação dessas territorialidades ambientais vem causando impactos socioculturais sobre o cotidiano da população, que exerce nessas áreas suas atividades habituais, como a agricultura, pesca e o extrativismo, e que tem como produção econômica os recursos naturais existentes ali. Compreender essas questões é o primeiro passo para chegar a uma análise mais aprofundada sobre o objeto de pesquisa, ou seja, a dinâmica das transformações e permanências das cidades na Amazônia Brasileira, neste caso, na cidade de Fonte Boa.

2.2 A Cidade de Fonte Boa: do aldeamento, das missões religiosas ao comércio da borracha.

A história da cidade de Fonte Boa confunde-se com a história da colonização do Amazonas, em geral, e do médio/alto rio Solimões em particular. No século XVI, havia na região do Amazonas apenas missões religiosas, pequenas vilas e fortificações que se instalaram na extensa planície de inundação do rio Amazonas e seus afluentes, acompanhando os sítios de maior densidade de população.

Corrêa (1987) faz uma periodização da rede urbana da Amazônia a partir do que ele chama de contribuição desigual dos elementos da rede urbana, os quais concorrem para caracterizar um determinado período. Segundo Corrêa (1987), no caso amazônico, os períodos são divididos em sete: no primeiro houve a implantação da cidade de Belém e o início da conquista do território. O segundo período se estendeu da metade do século XVII a metade do século XVIII, em que houve a expressão dos fortes e a criação de aldeias missionárias gêmes das futuras cidades. No terceiro período houve um desenvolvimento econômico “sob a égide da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão”, que ocorreu da metade do século XVIII ao final dos anos LXX do mesmo século. O quarto período, que se estende do final do século XVIII a metade do século XIX, é caracterizado por uma estagnação econômica. O quinto período é distinguido pela valorização da borracha, marcado pela expressão e riquezas urbanas, estendendo-se da metade do século XIX, ao final da primeira guerra mundial. No entanto, no sexto período – de 1920 a 1960, foi registrado uma estagnação após a crise da borracha. O sétimo e último período, ou período atual, iniciando na década de 1960, é marcado por transformações econômicas e urbanas no espaço amazônico (CORRÊA, 1987). As articulações em todos os períodos descritos acima foram desiguais. Mas deve ser elucidado que nesse período Belém sempre cumpriu papel substancial no que rege a gestão do

território. No entanto, a ascensão de Manaus na Amazônia ocidental enquanto metrópole regional contribuiu com a diminuição da área de influência de Belém (CORRÊA, 1987). Nesse sentido proponho uma caracterização do segundo período descrito por Corrêa, numa abordagem a cidade de Fonte Boa/AM.

Os primeiros pilares de Fonte Boa foram fundados ao findar do século XVII, quando o Jesuíta alemão, Samuel Fritz descendo o rio Solimões, a serviço da Coroa Espanhola, fundou entre a foz dos rios Jutai na aldeia dos Jurimáguas, localizada à margem direita do Paraná do Cajari, a missão Religiosa “*Nuestra Señora de Las Neves Jurimáguas*”, sendo este o primeiro núcleo de povoamento que se deu pela aldeia dos índios Taracoatêua ou Jurimáguas (LINS, 2004, p.32).

Os Jurimáguas e/ou Taracoatêua eram índios, pertencentes ao imenso clã Omágua, se dividiam em subgrupos. Os Omáguas distinguiam-se dos demais indígenas pelo costume de achatar o crânio sendo considerado um distintivo de beleza na sua cultura. Betty Meggers (1977) destaca a técnica, narrada por Samuel Fritz:

“este formato era dado à infância colocando na testa dos bebês uma pequena prancha ou um entrançado junco amarrando com um pouco de algodão, para não os ferir, e os amarra pelos ombros a uma pequena canoa que lhe serve de berço (1977, p. 157).”

Seu território se estendia da boca do Japurá até o baixo rio Napo no Peru. Sobre esse povo “os primeiros cronistas da descoberta do Amazonas, como Gaspar de Carvajal e Cristobal de Acuna, que subiram o rio entre o final do século XVI e começo do século XVII, citados por Witkoski (2007, p. 32), “falam em províncias governadas por esses senhores, geralmente sugerindo um poder político centralizado”.

O povo Omáguas, era uma sociedade numerosa, cuja agricultura estava intimamente ligada com os ciclos das águas, além das técnicas da transformação dos alimentos para sua

comercialização. Essa sociedade foi extinta já no começo do século XVIII, devido à aculturação, destribalização e as constantes guerras com os colonos portugueses. Nesse aldeamento dos Omáguas situado em terreno elevado, denominado de “várzea alta”, foi, de fato, o primitivo núcleo de povoamento da atual cidade de Fonte Boa. (PARÓQUIA FB, 1972).

No ano de 1709, o governador do Pará, escreve ao Rei de Portugal, D. João V lhe informando que tinha sido enviada ao alto Amazonas uma expedição composta por soldados fortemente armados e embarcações, para acabar de vez por todas com a ousadia dos jesuítas. Chegando ao destino os soldados encontraram a aldeia destruída pelos próprios espanhóis, ato liderado pelos jesuítas João Batista Sana, que preferiu vê-las destruídas a entregá-las a coroa portuguesa, cabendo a vitória aos portugueses (HUMBERTO, 1998, p.155).

Segundo Humberto (1998), em 1710, a missão “*Nuestra Señora de Las Neves Jurimáguas*”, foi restaurada como as outras povoações do Solimões (Mapa 10) pelos Frades Carmelitas, portugueses, da Ordem de Monte Carmo, incorporando a região do rio Solimões aos domínios de Portugal. Tornando-se então, os Carmelitas, responsáveis através da catequese espiritual, a propagação ideológica do colonialismo português. Deram ainda, os religiosos portugueses uma nova denominação aos índios Omáguas, no qual passaram a chamá-los de Cambebas.

Em 1759, a aldeia de Jurimáguas e/ou Taracoatéua, foi elevada à categoria de Lugar pela Coroa Portuguesa, consolidando o núcleo de povoamento. Em 1858 – depois do período regencial da Cabanagem que vai desde 1835-1840 – este muda de categoria territorial para a categoria de Freguesia, esta chamada de “*Nossa Senhora de Guadalupe de Fonte Boa*” em homenagem a Santa Padroeira (PARÓQUIA FB, 1972).

Na medida em que este povoado “prosperava” economicamente e avançava para a condição de Freguesia a Vila, era mais bem dotado de infraestrutura e adquiria um aparato

institucional capaz de permitir uma consolidação em termos de ocupação populacional (PARÓQUIA FB, 1972).

O rio nesse período, e até hoje, representa o principal meio de transporte para a região do médio/alto rio Solimões. Através de formação de uma rede dendrítica (rios) e posteriormente de rede de densidade técnica mais complexa (o rio e o espaço aéreo).

No entanto a Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe de Fonte Boa, só foi fundada no ano de 1892, sendo seu primeiro Vigário o Pe. Antonio Cândido da Rocha, permanecendo na função por dez meses. Em 1897, os padres da Congregação do Espírito Santo, conhecidos como Espiritanos (provenientes da França), começam a trabalhar nas mediações de Tefé, chegando logo após a Fonte Boa (FAULHABER, 2008, p. 55).

Segundo Tastevin (2008), Fonte Boa, fez parte da administração dos Espiritanos, compondo a região que segundo Tastevin (2008), “a Santa Sé” havia confiado à Congregação dos missionários franceses do Espírito Santo. Na disputa pela dominação da Igreja na região, Tastevin (2008) relata que antes da chegada dos capuchinhos esteve (ele) em Tonantins e precisou voltar em 1920 “para tratar da questão de nossos limites na região do Japurá e do Auati – Paraná” (p. 16). Tastevin relata ainda o quanto a Amazônia já estava recortada e mapeada pela dominação da Igreja católica ao descrever a área de atuação dos Espiritanos, citando e desenhando a geometria dos territórios pertencentes às outras congregações:

(...) ao norte, temos por vizinhos, os Salesianos Italianos encarregados do Rio Negro; a oeste, os Capuchinos italianos que evangelizam o alto Solimões; a leste e ao sul a diocese de Manaus ou do Amazonas. Mas nossa atuação ultrapassa de muito nosso território, pois o bispo de Manaus nos confiou a evangelização do alto Juruá ao sul (território do Acre) e da paróquia de Coari a leste, ou seja, da bacia do Coari e do Piorini até a boca do Badajôs nos Solimões às portas de Codajás (TASTEVIN, 2008 P.13).

A geometria traçada pelas missões da Igreja católica, muito presente no texto de Tastevin, corresponde a uma disposição do que se constituiu como Amazônia, enquanto um

quadro, cuja classificação e composição foi possível a partir do esforço para honrar a missão científica a que foi encarregado pelo *Ministère de L'instruction Publique* e pela *Association pour L'Avancement des Sciences*. Este fato permite a percepção da Amazônia como uma categoria contingente, datada, variável de acordo com as estratégias dominantes, pertencendo a um campo de disputas entre as diversas congregações católicas.

Tastevin (2008) descreve em seu texto uma preocupação ainda atual, que é a questão da “preservação” da natureza, contra o desperdício e a despreocupação com a fartura biológica de animais, exercidas pelos povos que ali residiam. Considera o problema da ameaça de extinção das tartarugas em consequência da destruição e da extinção dos ovos, usados para extrair óleo comercializado há mais de século¹⁸.

Por meios das prelazias e prefeituras apostólicas, os Espiritanos assumiram o trabalho missionário junto aos indígenas (FAULHABER, 2008). Essa incursão, mais tarde, levou a criação de parcerias entre a Igreja católica e o Estado para a constituição política e econômica da região (NEVES, 2006). Isso possibilitou a formação de uma estrutura social e política ligada aos valores cristãos em grande parte de sua área de influência.

Segundo Corrêa (1987), os índios aldeados sob controle dos missionários não apenas cultivaram para subsistência, como também percorriam sistematicamente os vales, visando à obtenção de “drogas do sertão”¹⁹. O autor relata ainda que a produção colhida da “drogas do sertão” era encaminhada para Belém e de lá exportada para Lisboa. Os beneficiários dessa exportação eram as ordens religiosas. As dispersões das espécies que constituíam das “drogas do sertão” implicavam uma dispersão das aldeias missionárias. Estando esses núcleos articulados, sobretudo, através da organização das ordens religiosas e da circulação de

¹⁸ “(...) Ele o {o índio} utiliza a abundância com que Deus o mima sem pensar em prevenir a escassez”.

¹⁹ Eram produtos nativos do Brasil, que não existiam na Europa e, por isso, atraíam o interesse dos europeus que as consideravam como “especiarias”. A foz do rio Amazonas era uma região onde se praticava intenso contrabando. Ingleses, Franceses, Holandeses e Irlandeses possuíam interesses nos produtos típicos da região como ervas aromáticas, plantas medicinais, cacau, canela, baunilha, cravo, castanha e guaraná. Esses produtos recebiam o nome de drogas do sertão e eram considerados especiarias na Europa, alcançando excelentes preços nesse período (Wagley, 1957, p. 126).

manter juntos representantes de povos inimigos entre outras regras. O começo da expansão da borracha, contudo, se encarrega de consolidar e ampliar a ocupação desses povoados e/ou núcleos urbanos.

2.2.1 Ciclos Econômicos: drogas do sertão e borracha

Segundo Corrêa (1987, p. 197), o relativo desenvolvimento urbano da Amazônia esteve totalmente apoiado na ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755 sob os auspícios e interesse do Marquês de Pombal, primeiro-ministro português. Essa empresa representou uma das últimas tentativas de criação de companhias comerciais monopolista, oriundas de uma aliança entre a monarquia absoluta e o capital comercial.

Na segunda metade do século XVIII, a companhia pombalina foi criada nas circunstâncias internacionais, procurando infiltrar-se nos mercados europeus de produtos tropicais, sobretudo de algodão, arroz e cacau, cuja produção ela incentivou. Essa companhia visava reproduzir, tardiamente, o modelo de acumulação que muito contribuiu para a passagem do capitalismo mercantil para o industrial: acumulação que era em parte dificultada pelo poderio comercial das ordens religiosas, especialmente os jesuítas (CORRÊA, 1987, p.198).

Podemos destacar com essa política comercial, o fortalecimento do poder da Coroa, o incentivo às práticas agrícolas e mercantis e a redução do poder da Igreja na Amazônia, as linhas desses programas de trabalho apresentaram algumas especialidades: a penetração mercantilista do Estado nas atividades econômicas com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão; o estímulo oficial à miscigenação visando o crescimento demográfico; e, por fim, a questão indigenista (BELLOTTO, 1994, p. 8).

A essa altura, o estado do Grão-Pará e Maranhão possuía a sua economia apoiada no uso do trabalho compulsório dos índios que estava, até aquele momento, sob controle dos missionários. Na aplicação das novas disposições políticas, ganhou importância estratégica à expulsão dos religiosos regulares que controlavam as prósperas aldeias missionárias. Essa medida foi tomada após a secularização das missões e a declaração da lei de “Liberdade dos Índios ou Diretório dos Índios” em 1755.

Essa legislação implementada interferiu nos mais diferentes níveis da vida sócio-econômica, cultural e política das populações amazônicas e é considerado como um dos mais ambiciosos instrumentos da política pombalina no esforço de “portugalizar” a região (MOREIRA NETO²⁰, 1988, p.20).

Em princípio, os índios seriam os responsáveis pela garantia da posse dos territórios disputados com a Espanha, sendo os habitantes das povoações e, por fim, os trabalhadores para atender às demandas da produção agropecuária e das empresas de coleta de produto da floresta – as “drogas do sertão” – que davam vida a economia regional (MOREIRA NETO, 1988, p.23).

Nesse momento a presença dos índios nas povoações, vivendo junto aos “moradores brancos” tornava-se parte inseparável da atividade da vida cotidiana na região do médio/alto Solimões, participando também da administração local dos restritos núcleos urbanos.

Os impactos da política pombalina sobre o povoado, assim como toda a região do Solimões, foram desastrosos, acentuando o processo de desculturação dos povos indígenas, fazendo surgir uma nova categorial social, o “tapuio”, que quer dizer índio destribalizado e desculturado bem como promovendo consideráveis extermínios físicos dos índios na região (MOREIRA NETO, 1988, p.24).

²⁰ Todas as citações do Diretório Pombalino estão na reprodução de MOREIRA NETO, C., 1988.

Segundo Corrêa (1987 p.200), ocorre a extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, surgindo também o fato de o panorama mundial não favorecer os produtos tropicais em geral, gerando uma estagnação econômica e urbana na região amazônica.

Ambos os eventos vem afetar a vida dos povoados na região do médio/alto rio Solimões, diminuindo o crescimento, a arrecadação tributária.

Ainda no contexto do extrativismo vegetal surge o ciclo da borracha, com a expansão da exploração do látex (*Hevea brasiliensis*) decorrente da grande demanda externa, a partir da segunda metade do século XIX. Isso fez com que se processasse um surto de crescimento econômico e urbano na Amazônia.

Com a valorização da borracha na metade do século XIX, ocorreram vários acontecimentos que modificaram a paisagem amazônica e acabou determinando a malha urbana do Amazonas, de acordo com Oliveira.

Dentre os acontecimentos estão a elevação do Amazonas à categoria de Província em 1850, a introdução da navegação a vapor em 1853, a exploração exclusiva dos seringais e o movimento revolucionários dos cabanos, a Cabanagem que foi a mais importante revolução popular da Amazônia ocorrida na bacia do rio Negro em 1834 a 1840 (OLIVEIRA, 2006 p. 105).

Diante disso, a explosão do comércio da borracha definiu o surgimento de novas aglomerações e o desenvolvimento inicial da forma urbana na região do médio/alto rio Solimões. A hierarquia dessas aglomerações era o reflexo da hierarquia do comércio da borracha. A rede era ao mesmo tempo construída e restrita em função da exploração da borracha. Essa rede englobava aglomerações em pontos de transbordo, nos portos das grandes unidades produtoras ou na confluência de rios que drenavam a produção. A evolução da economia da borracha conduziu ao aparecimento da estrutura urbana onde se evidenciaram as diferenças entre as cidades maiores e o conjunto das menores (ALENCAR, 2004, p 120).

A cidade de Fonte Boa esteve a cargo de contextuais comerciantes, a serviço dos interesses da Coroa Espanhola ou Portuguesa, os quais colaboraram na construção das

primeiras formas de extrativismo ou na definição das condições de apropriação do território. O extrativismo se fixou como modelo de exploração econômica e subordinação impiedosa e violenta da força de trabalho, descartável tal qual a mercadoria embarcada para outras regiões (LINS, 2004, p.126).

Essa estrutura ocasionou o surgimento de cidades como grandes contrastes no Amazonas, a capital Manaus, com infraestrutura urbana fortemente dependente, e o interior de Manaus com forte dependência dos padrões da borracha, os coronéis de barranco. No século XIX, conformaram uma rede de núcleos urbanos na calha do rio Solimões em todo o Amazonas, envolvido na dinâmica da extração e comercialização de produtos extrativistas delineadas a partir dos rios (LINS, 2004, p.126).

Fonte Boa possuía em 1870 muitos seringais que se destacaram, a saber: Santa Luzia; São João; Açay; Mamupina; Mororó; Igarapé do Belo Jorge; Cuxupina; Baixo Tupé; Bento Godoy; Breu; Mapuará; Acapú; Sacambú; Igarapé do Poraquê; Uchôa; Baixo Grande; Florência; Paraíso dentre outros importantes, e deles eram extraídos toneladas de látex, gerando divisas e recolhendo altos valores de impostos que eram repassados ao governo federal, beneficiando toda a Federação Brasileira. Impondo dessa forma a ampliação de áreas de exploração dos seringais, bem como a mobilização de força de trabalho para sua exploração, recebendo assim um contingente de nordestinos para trabalhar nos seringais (LINS, 2004, p.127).

Sobre esse advento o espaço urbano de Fonte Boa toma formas, funções e estrutura urbana. O viés econômico da atividade da borracha ligava Fonte Boa a outras cidades vizinhas através dos rios, paranás²¹ e furos²², mesmo porque só poderia chegar a outro lugar através das embarcações numa dinâmica socioespacial.

²¹ Pequenos braços de rios contornando ilhas.

²² Pequenos cursos d'água que unem rios entre si ou rios e lagos.

Dom Mário pároco da Igreja N. Sr. Guadalupe, em entrevista relata que Fonte Boa foi surpreendida pelos grandes lucros da borracha, o local era pouco mais que uma Paróquia, com foro de Vila e sem expressão econômica, mas reunia fatores que lhe permitia assumir a posição de grande produtor de borracha, uma vez que centenas de migrantes do nordeste, principalmente do estado do Ceará, lá se instalaram, abrindo grandes colocações²³, extraindo grande quantidade de borracha.

Segundo o pároco de Fonte Boa, esses migrantes viviam na floresta em suas colocações, vivendo no sistema seringal, sob o princípio de troca do aviamento. Charles Wagley (1957, p. 130) define o aviamento, como uma cadeia de fornecimento de mercadoria a crédito, cujo objetivo era a exportação da borracha para a Europa e EUA. Aviar equivalia a fornecer mercadoria a alguém em troca de outro produto. Na base desse sistema encontrava-se o seringueiro-extrator, o único produtor da matéria prima, vegetal; em seguida havia o seringalista-proprietário e patrão do seringal; acima destes vinham as casas aviadoras localizadas em Belém e Manaus, que abasteciam os seringais. Por último as casas exportadoras que, com a negativa dos bancos em financiar a produção, constituíam-se nas verdadeiras financiadoras de todo o sistema produtivo.

Esse sistema se torna a base institucional da consolidação do capitalismo mercantil. Ele relata que antes mesmo de produzir a borracha, o patrão lhe fornecia todo o material logístico necessário à produção da borracha e à sobrevivência do seringueiro. Portanto, já começava a trabalhar endividado. Nessas condições, era quase impossível o seringueiro se libertar do patrão. Euclides da Cunha, no seu livro “À margem da história” (1991) cita que “*o sertanejo emigrante realiza ali, uma anomalia, sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se*”.

²³ Área do seringal onde a borracha era produzida. Nessa área, localizava a casa do seringueiro e as “estradas” de seringa. Um seringal possuía várias colocações (Charles Wagley, 1957, p.129).

Segundo Corrêa (1987 p.214), a atividade extrativista em especial a borracha promoveu e intensificou as relações entre os núcleos de povoamento. Esta intensificação das relações entre núcleos de povoamento, que resulta de uma circulação mais intensa de mercadorias, tem como mecanismo básico o sistema de “aviamento”, através do qual se viabilizam tanto a produção, a circulação e o consumo, como, no plano político, a estrutura de poder.

Segundo Charles Wagley (1957, p.146), o aviamento era o principal elemento estruturador das relações sociais na Amazônia. A amplitude dessa forma de exploração secundarizou outros modos de apropriação dos recursos naturais e outros segmentos de trabalhadores autônomos, porque não se encontravam diretamente subjugados ao sistema seringal. No quadro dessas relações, os patrões e os regatões²⁴, ora se complementando ora se contrapondo, articulavam um universo social cujos contornos eles mesmos contribuíam de forma vigorosa para delimitar. Para os seringueiros, através do sistema de barracão²⁵, os patrões asseguravam a reprodução imobilizada.

Para os demais segmentos de produtores espalhados pelas margens dos rios, os regatões constituíram as redes de interligação com o mundo circundante e asseguravam o suprimento de sal, açúcar e outros produtos básicos ao complemento da produção de subsistência. Por essa razão, estimularam e apoiaram a atividade pesqueira e o beneficiamento de peixes, mercadoria que faz uma mediação fundamental a esse sistema de produção e dominação que permanece até os dias de hoje (ALENCAR, 2004, p 128).

Com a queda das exportações da borracha, em 1912, essa rede urbana vinculada à produção e comercialização da borracha se desestrutura. Muitas cidades se esvaziaram e a

²⁴ Regatão, são comerciantes fluviais que atuam nas comunidades do interior do Amazonas. Em geral possuem pequenos barcos (conhecidos como batelões) com os quais fazem viagens regulares entre as cidades e as comunidades do interior, sendo por vezes a única fonte de mercadorias para quem vive distante dos centros urbanos. Os regatões compram produtos agroextrativistas (como farinha de mandioca, castanha e cipó etc.) para revender nas cidades, e vendem produtos industrializados para os moradores, como açúcar, café, óleo e outros utensílios de primeira necessidade (chinelos, panelas, peça para motor etc.), geralmente com preços bem acima dos de mercado (Charles Wagley, p130).

²⁵ Sistema de Barracão, o seringueiro era dependente do dono do barracão (o aviador). Vendia sua produção para ele; comprava dele o que precisava para viver no meio da floresta (Charles Wagley, p130).

estagnação econômica promoveu o aparecimento de novas aglomerações a partir do êxodo rural nas unidades produtoras de borracha. As aglomerações passaram a explorar recursos locais e reduzir as trocas de mercadorias entre elas, num processo de auto-organização. Esse processo aliado à estagnação da economia regional explica a relativa estabilidade da estrutura de povoamento nas décadas que se seguiram. (ALENCAR, 2004).

Em Fonte Boa, o mesmo aconteceu, a queda da borracha levou para Manaus um considerável contingente de pessoas dos seringais e de outros pontos desse interior. Essa população, em regra, era composta de pessoas de baixo nível de renda, caboclos empobrecidos, principalmente cearenses, que desciam para Manaus a procura de qualquer emprego que pudessem conseguir (LINS, 2004).

Segundo Lins (2004), a Freguesia caiu num total estado de abandono, ficando cada vez mais dependente da ajuda do Estado e este à época, não a assistia satisfatoriamente, pois “só tinha olhos para a capital”. Fonte Boa não desaparece, permanece vivendo a economia de subsistência, vindo a se erguer anos após a partir do trabalho da Igreja e da população. A economia de subsistência diversifica as atividades econômicas da cidade. Nesse momento a cidade, passa por algumas ações de infraestrutura urbana (pavimentação, construção de prédios e escolas).

Na atualidade a produção de borracha no município ainda constitui-se em atividade complementar para o cidadão fonteboense, no entanto sem mais representar papel importante na economia do município, em virtude do preço pago por quilo, que não compensa a árdua atividade de “extrair” seringa (LINS, 2004).

De acordo com Dom Mário, durante o período de “abandono” da cidade, a Igreja mais uma vez, presta e continua prestando uma atenção especial ao desenvolvimento do município, assumindo o papel em diversos setores, a saber: educação e saúde. Incentivando nesse período, a construção de alguns prédios de interesse público: escola e oficinas. No entanto,

sempre cumprindo com o seu principal objetivo que é a catequese e a evangelização. As Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria e os Vicentinos trabalharam vários anos nessa área, desenvolvendo ações de catequese, assistência social e profissional, fundando seminário e unidade escolar. Nesse período existia uma escola denominada de Nossa Senhora de Nazaré, esta tinha 19 alunos matriculados. Segundo o pároco a frequência caía na segunda metade do ano, nos meses da pesca, momento em que as famílias se retiravam para a pesca. Através dessas atividades, a igreja dinamiza a vida de relações, atuando como agente propulsor e dinamizador da vida comunitária, regulando a vida social e seu modo urbano.

Segundo Faulhaber (1998), a atuação da Igreja católica passou por modificações devido à reestruturação das linhas de atuação da Pastoral da Amazônia na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), definidas em 1972, a saber:

(...) 1) Através da encarnação na realidade”, pretende-se alcançar um entrosamento pelo conhecimento intelectual e pela vivência, superar o paternalismo e o etnocentrismo, e dar o testemunho do Evangelho na palavra e na ação apostólica; 2) Através da evangelização, da catequese e da liturgia, propõe-se uma ação consentizadora como pressuposto para a libertação, na descoberta dos valores cristãos e do pronunciamento no sentido da dignidade e da liberdade da pessoa humana e da família (FAULHABER, 1998, p.66).

Dentre essas modificações, segundo a autora, se destacou a horizontalização da estrutura eclesial, que incluiu a atuação de agentes leigos na sustentação da mobilização das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Esse processo também incentivou as alianças entre grupos étnicos diversificados, entre indígenas e caboclos, ribeirinhos; contribuindo para diminuir a força da congregação religiosa dos vínculos de compadinhos, que reafirmavam a relação patrão-cliente.

Ainda segundo Faulhaber (1998, p. 66), no âmbito nacional a ação progressista da Igreja Católica foi excluída do bloco político autoritário do regime militar e da ditadura. Essa

última se concentrou na grande burguesia nacional e nas empresas multinacionais. Um fato decisivo para motivar o “reposicionamento do clero excluído no sentido de aliançar-se com o povo, em busca de uma base de poder”. Um fato marcante na separação da Igreja e do poder militar e este reposicionamento foi a imposição do Ato Institucional nº 5, que massacrrou e torturou representantes de diversos setores sociais, inclusive atingindo os religiosos. A hegemonia da Igreja estava em risco e o novo projeto se constituiu com o empenho pela reforma agrária no Brasil para propiciar a redistribuição da terra e a viabilização da economia familiar, combatendo a concentração da propriedade e a pobreza.

Apesar da Igreja, ter sido excluída do poder no período da ditadura militar, é nessa mesma ocasião que ela se estabelece contra essa política, através das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Apesar de várias características em comum, as CEBs se constituem com conjunto heterogêneo, dependendo das características sócio-geográficas e políticas de onde estão instaladas. Algumas dão maior ênfase na religiosidade, em outras nas atividades sócio-políticas. Nenhuma CEBs é igual à outra, pois cada projeto se constrói a partir das especificidades do local de trabalho. Essas correspondem a uma organização descentralizada, diferente entre si. (LESBAUPIN, 1997).

No caso das CEBs organizadas pela Prelazia de Tefé/AM, percebe-se que é instituída importância tanto ao aspecto religioso quanto à participação política e o fazer político herdado da resistência ao regime militar. Essa Prelazia foi responsável pelas formações das comunidades em diversos municípios do médio/alto rio Solimões, a saber: Uarini, Japurá, Alvarães, Maraã, Fonte Boa. Segundo Dom Mário, os CEBs tinham como objetivo a difusão dos valores religiosos, tendo como base um discurso político de transformação social, seguido de traços distintos. O primeiro relacionado à territorialidade: são pessoas que se reúnem por proximidade geográfica. Essa proximidade está na origem da discussão e reivindicação por direito a terra; O segundo Círculos bíblicos: os grupos se reúnem para leitura e reflexão da

Palavra de Deus e confrontá-la com a vida cotidiana. Muitas comunidades iniciaram a partir desses círculos bíblicos e passaram a organizar celebrações dominicais, com ou sem sacerdote; O terceiro está ligado à participação e discussão dos problemas comunitários em conselhos ou assembléias, com ampla presença dos seus membros. Foi a partir da reflexão sobre os problemas sociais presente em cada região, que as CEBs ajudaram a criar movimentos sociais para organizar sua luta: associações de moradores, luta pela terra e também o fortalecimento do movimento operário.

Diante do exposto o trabalho educativo, pedagógico e de formação de comunidade, desenvolvido pela Igreja para combater a pobreza, traduziu na construção de uma identidade voltada a reafirmar as relações consangüíneas e afins do parentesco e a consagração dos laços de vizinhança. Essas relações constituíram substratos às formas de instituição do ‘nós’, agora irmanados pela referência ao sistema de crenças cristão (FAULHABER, 1998 p.68).

Por essa ação política, as unidades de consolidação do sistema de poder local foram desenhadas por divisão espacial e regional específica em comunidades e núcleos urbanos. Nesse particular, a localização das Prefeituras Apostólicas e/ou Prelazias confere uma dinâmica urbana e rede urbana própria, implícita nas atividades do setor de educação e saúde, que outorga importância qualitativa e econômica aos núcleos (FAULHABER, 1998 p.68). Mais uma vez, com o declínio da importação do comércio a Igreja passa a produzir o espaço em Fonte Boa.

Nesse período, a economia do município continuava baseada nas “drogas do sertão” com o extrativismo vegetal da borracha, castanha-do-pará, sorva, pau rosa e madeiras diversas, e na pesca. A produção de alguns desses produtos vinha decrescendo nos últimos anos em decorrência da exaustão das árvores situadas nas zonas de maior acesso. Somente a extração da madeira vinha apresentando progresso, entretanto, alguns pontos da região já apresentavam dificuldades de exploração, pois as reservas estavam ficando longe das margens

dos cursos d'água. A pesca continuava sendo executada de modo artesanal pelos pescadores da região, que estavam sendo prejudicados pelo constante fluxo de barcos pesqueiros vindos de Manaus. Na década de 70, esse cenário agravou-se levando a uma situação de esgotamento dos recursos em muito lagos da região. O pirarucu (*Arapaima gigas*), proveniente dos grandes lagos estabelecidos no município, mantinha-se como a principal espécie de exportação. Também utilizado como pagamento, esse peixe era salgado e entregue aos “patrões” que em troca forneciam mantimentos e material de trabalho, característica do sistema de aviamento, que ainda persistia na região, ainda que enfraquecido (LINS, 2004 p. 80).

Diante do exposto, permite-se um entendimento mais claro da atuação da Igreja católica nessa região e nesta cidade objeto de estudo. A trajetória descrita pela Igreja católica, no decorrer da sua história, estava ligada ao sistema mercantil e ao controle territorial do Amazonas. Pois muitos núcleos foram fundados por religiosos, a partir da necessidade de basear e centralizar a estrutura das missões. Muitos desses núcleos se transformaram em sede administrativa territorial, inicialmente da comarca e, posteriormente do município. Mas, um dos grandes diferenciais identificados em Fonte Boa, no processo de colonização e demarcação de “territórios” religiosos, está ligado à presença da Congregação do Divino Espírito Santo, que legitimou e modulou os trabalhos da administração local, através da formação de “comunidades”. Essas ligadas e unidas a Igreja católica, para reflexão sobre os problemas familiares, da luta pela terra e pelo uso dos recursos naturais entre outros.

2.2.2 O papel da Igreja na organização das comunidades.

A estratégia pedagógica do Movimento de Educação de Base MEB e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que atuavam na região do médio/alto rio Solimões, foi o de

reagrupar em comunidades as diversas famílias que ocupavam as estradas dos antigos seringais. O MEB surgiu em Tefé (1961), a partir de Dom Joaquim, bispo de Tefé, na ocasião, queria achar um meio de atingir toda a população, aqueles que viviam nos paranás, nos lagos, nas áreas inacessíveis da floresta. Trabalhando com educação de base, e funcionamento de escolas radiofônicas, baseada na perspectiva metodológica: ver, julgar e agir de Paulo Freire. Além de treinamento para a população local exercer as diversas atividades promovidas pelo MEB, a saber: saúde, educação, cultura, organização comunitária (FAULHABER, 1998).

Essa estratégia estava pautada na formação de comunidades, tornando possível um novo arranjo espacial, no qual os ex-seringueiros e seus descendentes eram chamados a deixar as antigas colocações, ou localidades, para se reunir em comunidades, às beiras dos rios. Essa pedagogia consistia no princípio da reunião de pessoas, baseada em laços de consangüíneos e de vizinhança (NEVES, 2003), privilegiando assim o caráter primordialista, nas relações além do associativismo, num sistema referencial cristão, para a luta pelos direitos. O entendimento sobre comunidade, aqui está vinculado ao sentido primordialista, o grupo humano, além da ancestralidade, de maneira a desenvolver suas atividades econômicas e sociais segundo as características regionais. Complementando essas características da comunidade, a composição associativa desses agrupamentos, contribuiu com a “construção e o encaminhamento de denúncias transformadas em questões políticas”. Seguindo os preceitos da Teologia da Libertação, essas comunidades foram levadas a refletir não apenas sobre questões espirituais, mas também sobre as questões materiais que geravam pobreza e exploração. A Teologia da Libertação pregava que a Igreja católica deveria fazer uma opção pelos pobres e lutar, com eles, contra a injustiça na distribuição dos recursos (NEVES, 2003, p. 51).

Após a formação das comunidades, a paróquia de Fonte Boa, liderada pelos Espiritanos, continuou as atividades de assistência espiritual e social aos moradores da região.

Essa atividade tinha o objetivo à manutenção da organização social que incentivava a supremacia da coletividade, algo até então não praticado pelas famílias que constituíam as antigas localidades, pois segundo os integrantes da Igreja, seus trabalhos tinham como base a relação familiar e não coletiva. Essa forma de organização prévia era considerada muito “naturalizada” pelos padres, parecendo ser sinônimo do primitivo. Nesse sentido é necessário ressaltar que em experiência de colonização a fragmentação espacial das famílias era considerando um fator negativo, posição semelhante a dos colonizadores franceses, conforme indica Bourdieu (1964), ao demonstrar o privilégio de modelos urbanos de organização territorial como princípio da ocupação do espaço em processos de colonização do ambiente rural.

Assim, a paróquia de Fonte Boa e a prelazia de Tefé, enquanto mediadoras sociais do processo de formação de comunidades e de lideranças pregavam a coletividade como forma de organização social. A comunidade passava, então, a se constituir como uma organização associativa, sem perder o caráter de comunidade cristã, juntando as pessoas para lutarem por seus direitos.

Segundo Dom Mário as antigas localidades (termo que denominava a maneira como as famílias se agrupavam nas antigas estradas de seringa, ou “o tempo dos antigos”) não possuíam uma organização social “mais coletiva”, o que resultava na sua fragilidade individual e coletiva refletida na inexistência de políticas governamentais que priorizassem uma melhor qualidade de vida para esse povo. Com o discurso pautado no agrupamento das pessoas em comunidades, os representantes desses segmentos (MEB), reuniram as pessoas para discutir maneiras de melhorar a qualidade de vida, acabando com a pesca predatória e a perseguição dos moradores locais, que passavam muitas privações, além da reivindicação do direito a terra. A mudança de uma condição resignada e conformada concretizada na dispersão para uma tomada de consciência crítica e participativa foi à principal meta da base

progressista da Igreja Católica. Nesse sentido, os líderes religiosos acreditam que a formação política dos cristãos está firmada na fé engajada e no compromisso de uma sociedade mais justa, ganhando o sentido da solidariedade cristã.

Segundo Faullhaber (1987) os educadores do MEB e das pastorais pregavam que o agrupamento dessas pessoas em comunidades seria a solução para os principais problemas locais, como as constantes invasões de exploradores dos recursos naturais, a falta de escolas, geradores de energia, atendimento a saúde, além da forte utilização do discurso de preservação ambiental do movimento de preservação dos lagos. Um movimento que se estabelecia em toda a região do médio/alto rio Solimões, no qual a questão da preservação ambiental se colocou, via evangelização, nas discussões sobre como agir diante dos conflitos suscitados pelas ações dos pescadores vinculados a economia de mercado. Além disso, de acordo com Dom Mário, somente por meio dessa organização de base cristã seria possível não apenas ter acesso aos serviços públicos básicos, mas também ter uma atenção política, uma maneira de se mostrar diante das “autoridades políticas”, que segundo o mesmo, só reconheciam aquelas pessoas nos momentos de busca pelo voto.

Conforme D. Mário (2008), o MEB e a Prelazia de Tefé faziam treinamento para formação das lideranças comunitárias para que “o povo possa se organizar e fazer” na região do médio/alto rio Solimões, tendo como base textos sobre sindicalismo, cooperativismo, meio ambiente e legislação, entre outros temas que interessavam a formação de pessoal qualificado.

A Igreja, através dos seus agentes catequizadores, esteve presente nessa área desde o início da colonização, através dos padres Espiritanos, realizando a preconização da organização comunitária e da preservação dos lagos (hoje categorizado pela instância federal de “manejo sustentado” e os acordos de pescas²⁶). Em entrevista com D. Mário, (2008) o idealizador e incentivador da atividade de preservação do lago na região do médio/alto

²⁶ Conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros, em uma determinada área, definida geograficamente (Instrução Normativa IBAMA 29/03).

Solimões foi o Irmão Falco (início dos anos 70), missionário, que se destacou como uma liderança da Igreja no processo de preservação ambiental, criando por meio do trabalho da Prelazia de Tefé os Comitês de Pescas, grupos que articulavam as comunidades para que as pessoas não arrendassem os lagos para a pesca predatória, além de introduzir os primeiros conceitos de manejo de lago. Essas atividades se estabeleciam, através das Comunidades Eclesiais de Base.

Desde a década de 70 a Igreja atuou como mediador sobre as questões de preservação de lagos nas cidades estabelecidas na calha do médio/alto Solimões. Essa atividade surge como alternativa para solucionar os supostos problemas instalados na região relacionada às invasões de posseiros, madeireiros e frigoríficos que vinham de Manaus, Manacapuru, Itacoatiara para explorar indiscriminadamente os lagos, tirar madeira, reduzindo o estoque de recursos naturais (FAULHABER, 1998, p.123).

Dom Mário considera que esse modelo de preservação de lago se constituiu numa rede de mobilização através do MEB, se estabelecendo nos municípios de Tefé, Uarini, Fonte Boa, Jutai, Marã e Japurá. A atividade de preservação de lago se baseava no uso para subsistência das famílias e seu uso era regulado pelas comunidades (Figura 01). Cada comunidade definia seu lagos em três grupos: a) lagos de procriação, onde a pesca não é permitida (também chamados de “santuários”); b) lagos de manutenção, em que a pesca é permitida exclusivamente para subsistência das famílias das comunidades; e c) lagos livres, onde o acesso aos estoques pesqueiros não era regulado pela comunidade. As comunidades que definiam o status de cada um de seus lagos baseado em características de acessibilidades, tamanho, produtividade, entre outros.

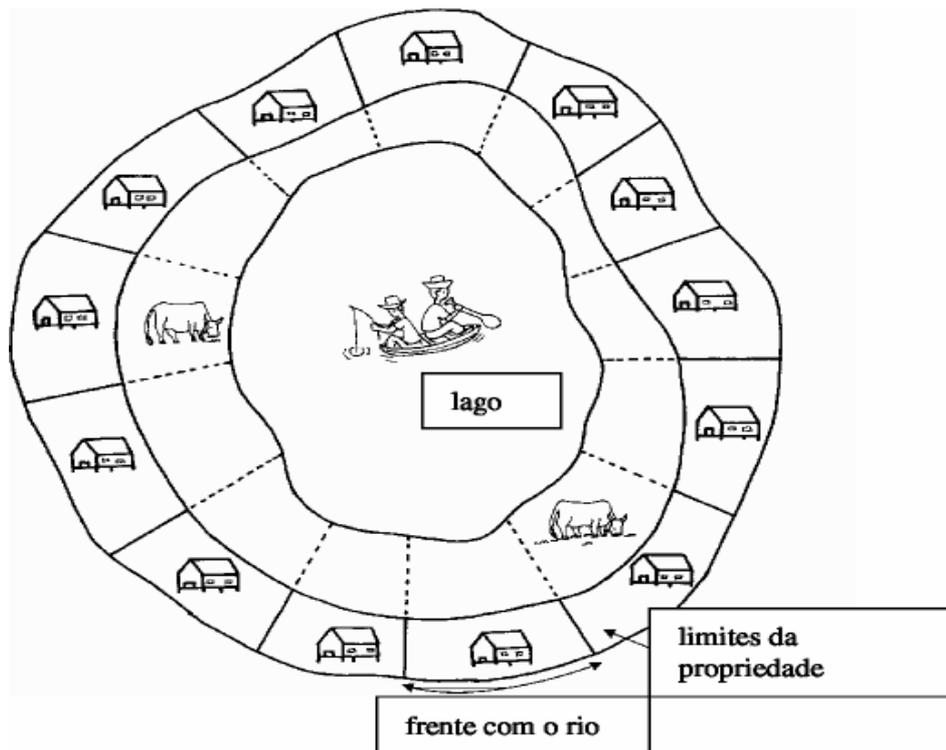


Figura 01- Representação esquemática da propriedade comunitária e de várzea.
 Fonte: McGrajh (1995)

Com a estrutura social organizada pela Igreja na forma de “comunidades” a identificação com o discurso ambientalista, nascido na década de 80, passa a mediar as questões sociais presentes no município, utilizando o viés ambiental como instrumento de intervenção para resolver os diversos problemas locais, que se apresentou como sendo medida pela evangelização.

A partir de meados dos anos 80 é visível a conscientização da necessidade de preservação ambiental, em consequência da “devastação” da Amazônia com aos grandes projetos implantados nos anos 70. Sobre o advento da “preservação” o extrativismo vegetal passa a ser considerado como modelo de desenvolvimento adequado para a região, por apresentar alta sustentabilidade do ponto de vista agrônomo e ecológico.

Esse movimento surgiu no bojo da redemocratização, após décadas de ditadura militar, e consequentemente pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza. A grande destruição da floresta Amazônica,

seja pela devastação de seringas ou pela construção de barragens, deu origem ao que foi denominado de *ecologismo social*, que luta para manter acesso aos recursos naturais de seus territórios, valorizando o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Ele é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelos movimentos indígenas etc (DIEGUES, 2000, p. 130).

Sobre essa nova perspectiva, surge no Estado do Amazonas a primeira área protegida na categoria reserva extrativista (para garantir o direito a terra e a administração dos recursos naturais), localizada no Médio Juruá, a partir de um movimento que divulgou esse tipo de área protegida no Amazonas. As histórias de mobilização das chamadas regiões do médio Solimões, médio Juruá e Jutaí pelo direito a terra foram uma espécie de reação em cadeia, iniciada no Estado do Acre com atuação do Movimento Nacional dos Seringueiros²⁷. Em 1985, foi estabelecido o Conselho Nacional de Seringueiros, que tinha como estratégia a criação de reservas extrativistas (ALLEGRETTI, 1987, p. 36).

Na década de noventa até o atual momento o Estado e o Governo Federal assumem a função de mediador no município de Fonte Boa, através das implementações das áreas protegidas (mais conhecida como unidades de conservação), instaladas no município e da atividade de manejo dos lagos (pelo IDSM e IBAMA). O papel de reflexão, que fazia parte do movimento da Igreja, já não tem mais tanta importância como no início do trabalho, uma marca que as pessoas ainda recordam. Mas, o pároco de Fonte Boa não reforça esse retorno da Igreja, no processo de proteção ou manejo dos lagos, pois ele acredita que o trabalho mais difícil, juntar e mobilizar o povo por um objetivo em comum, a Igreja exerceu durante décadas. Agora cabe ao Estado assumir o processo de gestão. Mas para ele uma das questões mais preocupantes é a produção gerada pela atividade de manejo, pois a imposição de um modelo de mercado impede a existência de uma produção que faça sentido na vida das

²⁷Que teve início na década de 70, quando se aguçou o conflito de terras no Acre: organizou os primeiros embates, por meio dos quais os seringueiros organizados se antepunham às máquinas que derrubavam as florestas e ameaçavam seu modo de vida (Centro de Populações Tradicionais – CNPT/ICMBio 2008).

pessoas que participam dessa atividade, além de desvirtuar o princípio básico do trabalho da Igreja, que é a pequena produção e a sustentabilidade social, diferente dessa propagada pelas instituições do governo e afirma:

(...) O que da impressão no Solimões é que tá acabando, não tem mais peixe, vai tudo para Colômbia ou para fora do Estado. Nos lagos tem uma despesca, mas que é uma coisa muito artificial, pode e não pode. A comercialização desse pescado às vezes nem aparece aqui na cidade porque é tudo muito burocratizado (Entrevista concedida no dia 23 de setembro de 2009).

O pároco da Igreja de Fonte Boa acredita que sem uma produção que faça sentido à existência, as pessoas se acomodam em políticas de transferências de rendas, como por exemplo, o Programa Bolsa-Floresta²⁸ e Seguro Defeso²⁹ do pescado de cunho assistencialista, nas palavras dele “hoje em dia todos querem ser pescador e “protetor” da floresta”. Tais políticas podem promover uma quebra da produção para a vida. Essas áreas protegidas foram criadas a partir de um movimento de reivindicação do direito a terra e acesso aos lagos, a possibilidade de produção para a vida, a possibilidade de se libertar das armadilhas promovidas pelos patrões da borracha, peixeiros, madeireiros e grandes empresários. Agora o projeto é outro. A disposição das coisas, a configuração social demonstra outros discursos que não foram impostos gratuitamente, mas que tem sua origem coincidindo com os ideais ambientalistas: a Amazônia tem que servir à salvação da humanidade. Para o pároco, essa produção nas áreas protegidas (de uso sustentável) se mostrou uma alternativa de sobrevivência nessa floresta, pode ser bom, mas deve se pensar no modo de vida dessas pessoas.

²⁸ Programa do Governo do Amazonas para reconhecer, valorizar e compensar as populações tradicionais e indígenas do estado, pelo seu papel na conservação da floresta, rios, lagos e igarapés. O recurso financeiro vem dos juros dos recursos existentes no Fundo Estadual de Mudanças Climáticas. Esse benefício será repassado para quem não desmatar a floresta.

²⁹ Benefício concedido ao pescador no período de defeso de algumas espécies de peixe, inclusive o pirarucu.

Porque preservar a Amazônia é bom, agora tem que ver a pessoa que tá e seus valores. Porque não é só para produzir oxigênio pra outros países. Tem que viver, mas como viver? Tá caminhando assim pro povo ficar meio que parasita tá caminhando por um futuro incerto por que a pessoa tinha que ficar com trabalho, com o valor aquilo que dá igualdade a pessoa (Entrevista concedida no dia 23 de setembro de 2009).

Porém em geral, os objetivos de melhoria de vida são substituídos gradativamente pela imposição de políticas tanto nacionais, quanto internacionais. A melhoria de vida é entendida como aumento na renda monetária e a condição social dessas áreas tem que responder as exigências de programas externos, como por exemplo, a questão do crédito de carbono, na qual os pesquisadores e cientistas se unem aos empresários para criar mecanismos de apropriação da floresta apenas sob perspectiva tecnocrática, demonstrando incapacidade de estabelecer mecanismos para a modificação das relações que perpetuam as desigualdades socioeconômicas da região. Portanto, “as formações políticas e as instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações” (GUATTARI, 1990, p.8). Essas instituições não atentam à questão de mudança do cotidiano da vida dessas pessoas, que opera no plano prático uma transformação nos objetivos dos setores econômicos, sociais e culturais.

2.3 A cidade se apropria do discurso ambiental e “sustentável”.

O discurso ambiental e “sustentável” em Fonte Boa se apóia em dois discursos; um apoiado pela Igreja/comunidade e outro apoiado pelos órgãos públicos numa conotação “positiva”. O discurso ambiental e “sustentável” apoiado pelo Igreja/comunidade caracteriza-se pela tentativa de solucionar os principais problemas enfrentados pelos seringueiros, que carregavam uma história traçada pelo endividamento nos barracões, no sistema de aviamento. Apoiado no modelo de subsistência, ou seja, manutenção da vida. Já pelos órgãos públicos, apóia-se sem sombra de dúvida, numa conotação “positiva” – ou seja, numa conotação que se adéqua ao discurso ambiental atual – voltada para diversas ações, pois tanto o município como o Estado e outras entidades internacionais adotam-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência econômica. Esse tripé virou “fórmula mágica”, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos da natureza mais variada no campo ecológico, social e econômico do país periférico (BRUSEKE, 1999).

É sobre esse tripé que se baseia a atividade de manejo “sustentável” do pirarucu no município de Fonte Boa. Essa atividade tem como base a gestão dos recursos naturais pelas “comunidades”, numa dinâmica de monitoramento e controle dos referidos recursos. Tal atividade vem consolidando uma estrutura política no município, no qual gere as demandas relacionadas à questão ambiental. Assumindo também como sede de centralização de instituições de prestações de serviços (nesse caso os órgãos públicos instalados na cidade, a saber: IDAM; ICMBio; ECT; IDSM; IGREJA; IDSF; UEA).

Mas esse modo sustentável vem interferindo diretamente na organização dos espaços sociais em Fonte Boa. Pois a atividade de manejo do pirarucu (antes denominada pela Igreja de preservação de lagos) deixa de cumprir seu objetivo de “sobrevivência” ou “subsistência”,

passando para uma lógica de “sustentabilidade”, erguida sobre o tripé socioambiental-econômico-biológico, e sobre exigência de controle, monitoramento e trâmite burocrático.

A atividade de manejo sustentável do pirarucu é reconhecida a nível local, regional, nacional e internacional como ação capaz de produzir um “desenvolvimento sustentável”, o que “facilita ou não” a sua implementação sem qualquer questionamento sobre os seus objetivos e finalidade como política ambiental local.

A incorporação dessa atividade na cidade de Fonte Boa tem provocado mudanças no capital social e comunitário e na economia da cidade, que passa a ocupar uma posição estratégica na perspectiva interna e externa, o que incorre no constante exercício da autodisciplina, contribuindo esta para a produção e reprodução de espaço em Fonte Boa.

Capítulo III: O Manejo do Pirarucu produzindo espaço e articulando a rede urbana da calha do rio Solimões/AM.

Resumo

Este capítulo pretende evidenciar como a atividade de manejo do Pirarucu contribui para produção do espaço em Fonte Boa e articulação da rede urbana no rio Solimões. Essa atividade resulta do trabalho social, chamado no seu tempo histórico de “preservação dos lagos”, que hoje se funda no sistema técnico denominado pelos órgãos ambientais de “manejo sustentável do Pirarucu e/ou “acordo de pesca”, no qual o conjunto das tarefas executadas pelos agentes sociais inseridos nas atividades reflete a correlação entre o espaço produzido e a organização espacial. Entender a sistemática que envolve a atividade de manejo do Pirarucu, desde o processo de produção e comercialização desse pescado, é essencial para se compreender a produção do espaço e articulação da rede urbana. É através da atividade de manejo sustentável do Pirarucu que Fonte Boa destaca-se no contexto da rede urbana na calha do rio Solimões. Considerada como um modelo, passa a ter um papel diferenciado na rede urbana incorporando-se nela não pelas suas funções tradicionais (bancos, hospitais, serviços etc.) mas por meio do Pirarucu, que se transforma em mercadoria no processo de manejo. É um produto extrativista que configura a rede urbana na região, tornando-a específica e diferenciada das demais redes urbanas brasileiras. Trata-se de uma rede urbana que se consolida graças a um produto e funções não-urbanos, é o Pirarucu e o manejo sustentável dos lagos que produz espaços e insere a cidade de Fonte Boa na complexa dinâmica urbana do Amazonas. Na pesquisa também realizou-se, de caráter qualitativo, pesquisa bibliográfica e de campo. No que se refere à pesquisa bibliográfica, os dados coletados foram imprescindíveis para dar subsídios ao trabalho de campo. Quanto à pesquisa de campo, realizaram-se algumas visitas ao município de Fonte Boa/AM, localizado na calha do rio Solimões, local onde ocorre a atividade de manejo sustentável do Pirarucu. Durante essa fase da pesquisa, fez-se uso de técnicas de observação, que se apresentam neste capítulo, de forma descritiva e reflexiva, nas quais se utilizou como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas, direcionadas aos profissionais envolvidos na atividade de manejo. Os dados obtidos com as entrevistas foram analisados, buscando estabelecer, uma relação dos dados obtidos, com a pesquisa bibliográfica e a própria observação em campo.

3.1 A Produção e organização espacial: atividade de manejo do Pirarucu, contribuindo para produção de espaço em Fonte Boa.

É discurso comum a consideração de que a atividade de manejo do Pirarucu vem produzindo um “desenvolvimento sustentável” em Fonte Boa. Consideramos que as ações resultadas do “desenvolvimento sustentável” produzem espaço nessa cidade. Para iniciar essa discussão, acerca da produção do espaço sobre a atividade de manejo do Pirarucu, é fundamental apresentar o entendimento do conceito espaço, compartilhando das análises de alguns autores que abordam essa questão. Afinal como afirmar a produção do espaço a partir de um peixe, o Pirarucu?

Como ponto de partida destaca-se o espaço enquanto *lócus* da reprodução das relações sociais de produção. O espaço, como produto do trabalho social, estabelece a condição de continuidade da sociedade, pois cada nova geração vive utilizando-se dos objetos do passado, superpondo-lhes ou acrescentando-lhes outras criações. Scott (1988) considera que “sob as pressões da acumulação, o mundo social está continuamente sendo transformado e retransformado”. Com o tempo, o espaço se complexifica e, com as novas condições de comunicabilidade entre os grupos sociais, o espaço ultrapassa o local, tornando-se universal. As técnicas de uma época estão no espaço produzido. O tempo está assim no espaço. Neste, o tempo se denuncia pela presença de diferentes modos de produção. Para Santos:

“cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. De um estágio da produção a outro, de um comando do tempo a um outro, de uma organização do espaço a uma outra, o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua História, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço (SANTOS, 1980, p.165)”.

Santos (2004) considera que produzir e (re) produzir espaço são dois atos indissociáveis. Sendo assim, através da produção o homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural. “É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2004, p. 203).

A atividade de manejo de Pirarucu em Fonte Boa/AM pode ser entendida como processo de produção do espaço e transformação da natureza é um interessante estudo de caso de como o tempo-espaço do passado é apropriado pela lógica do presente. As áreas de lagos, antes sem nenhuma restrição de uso dos seus recursos, foram transformadas em áreas “reguladas”, fomentadas a partir de acordos comunitários denominados “regras do manejo e/ou acordos de pesca”. Essas normas foram criadas pelas comunidades, com auxílio dos órgãos ambientais e de fiscalização, com intuito de regular a pesca numa certa área em conformidade com o interesse da comunidade local e com objetivo de conservar os estoques pesqueiros. O IBAMA (2008) normatiza e burocratiza as medidas a serem tomadas pelos diversos usuários dos recursos pesqueiros numa área de várzea³⁰ (Figura 02) definida geograficamente, sujeitos a penalidades³¹ a serem aplicadas contra infratores. Essas penalidades incluem e excluem pessoas na atividade de manejo, produzindo assim espaços regulados (os lagos). Tais penalidades são aplicadas pelo órgão competente, o IBAMA, com o apoio dos agentes ambientais voluntários³². Em geral, essas penalidades são elaboradas em reuniões comunitárias e assinadas pelos presentes que estão em concordância.

³⁰ Planície de inundação fluvial de deposição holocênica, que margeia os rios de águas brancas da Amazônia, que está sujeita a inundações sazonais é regionalmente denominada várzea. (IRIOND, 1982). As várzeas amazônicas consistem de cinco principais ambientes: os rios, canais e igarapés; as florestas de várzea e restinga; os campos de várzea periodicamente inundados; e os lagos de várzeas.

³¹ Do tipo, a saber: a) quem não participa das reuniões (relativa ao manejo) e invade o lago antes do período definido, geram uma infração grave, chegando a implicar em exclusão do processo de partilha das cota de despesca do pirarucu; b) a pouca participação nas reuniões, gera uma menor cota de pirarucu (normas estabelecidas pelos agentes sociais envolvidos na atividade, dados obtidos em campo coletado, em 2008, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais).

³² Programa criado pelo IBAMA tem por finalidade propiciar a toda pessoa física ou jurídica, a participação voluntária em atividade de educação ambiental, conservação e proteção dos recursos naturais em áreas protegidas, habitadas por populações indígenas, rurais, quilombolas, extrativistas e de pesca.

Ao regular esses espaços as comunidades e o órgão ambiental procedem pela convicção de que uma exploração não apropriada dessa atividade coloca em ameaça, a produção do lago (pois de acordo com os pescadores, quando se realiza uma invasão do lago no período não recomendado, os Pirarucus que estão no lago ficam ariscos, devido ao período de sua reprodução ocasionando até deslocamento desses para outras áreas), e a “confiança” estabelecida entre organizações públicas X associações X organizações comunitárias.

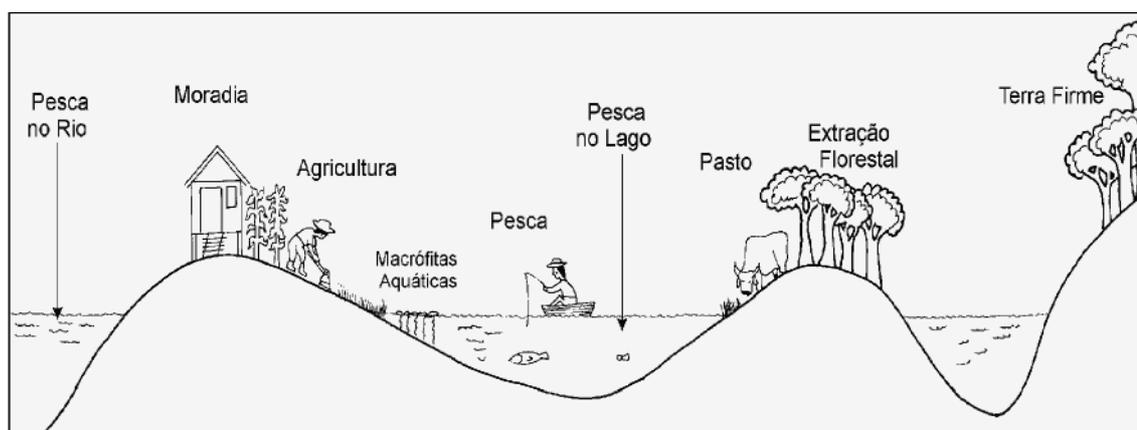


Figura 02- Perfil esquemático da várzea amazônica.

Fonte: McGrath (1995).

Nessa perspectiva, os sujeitos que atuam na atividade de manejo do Pirarucu vão dando forma e produzindo novas atividades, sendo que “as novas atividades³³” exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia (SANTOS, 2004, p.205). Além disso, “Põe seus próprios ritmos e formas, a produção impõe formas e ritmos à vida e à atividade dos homens, ritmos diários, estacionais, anuais, pelo simples fato de ser a produção indispensável à sobrevivência do grupo” (SANTOS, 2004, P.202).

³³ Do tipo, a saber: a) Contador de pirarucu, ou seja, o que monitora a quantidade de indivíduos de pirarucu que tem no lago; b) Guardador de lagos, ou seja, aquele que vigia os lagos para que este não sofra invasões. No geral, essas atividades são remuneradas, através de pagamento com cotas de pirarucu, por meio de número determinado de pirarucu estabelecido em função da cota autorizada pelo IBAMA, (Informação coletada em campo, 2008).

Essa atividade antes regida pela subsistência e transmitida pela Igreja (argumento tratado no capítulo II), não era reconhecida pelos órgãos competentes, ou seja, sua função não estava ligada a produção econômica, as pessoas envolvidas na atividade não eram remuneradas para tal. Hoje ela impõe um novo ritmo e forma de organização do espaço, através das organizações que as representam, sendo reconhecida formalmente a atividade, sujeita a remuneração desde o processo de participação (através das cotas) da atividade ou o seguro defeso.

Neste processo de transformação da natureza e de produção do espaço, os instrumentos de trabalho são essenciais, desde os mais simples aos mais complexos. Esses instrumentos se destacam em diferentes contextos temporais e espaciais. Nesse sentido, Santos coloca que:

A natureza se transforma pela produção e não há produção sem instrumentos de trabalho. Desde o início dos tempos históricos, o homem-produto idealizava e construía o seu instrumento de trabalho como suas próprias mãos; transportava-o, cada dia, de sua casa ao lugar de trabalho e utilizava-o como um prolongamento imediato do seu corpo; havia uma comunhão quase total entre o homem e os instrumentos que ele utilizava e manipulava na tarefa cotidiana de produzir. Era também assim que imprimia a sua marca sobre a natureza: transformando-a (SANTOS, 2004, P.214).

Além dos instrumentos de regulação terem sofrido mudanças, os instrumentos de trabalhos também passaram pelo mesmo processo. Antes não existia uma lei que regulava o uso de instrumentos de pesca, hoje estes estão regulados por instruções normativas designada pelos “órgãos competentes” pela atividade de pesca como um todo. Desse modo ocorre alteração quanto ao exercício da própria atividade pesqueira artesanal, já que passou a ocorrer em substituição aos antigos apetrechos artesanais, através da adoção de novos instrumentos como malhadeiras pré-fabricadas e embarcações motorizadas.

Na atividade de manejo do Pirarucu as condições materiais de trabalho se instalam como processo fundamental da sociedade, ou seja, como forma do ser social. Através dela que se configuram as condições materiais do trabalho, como meio de produção dos agentes sociais envolvidas nesta. Ou seja, o sentido de trabalho imposto pela atividade de proteção de lagos, antes vinculada ao ritmo da subsistência com escala menor de produção, passando para ritmo econômico com escala maior de produção com a visão de obtenção de lucro.

É um espaço produzido pelo processo do trabalho, para servir a sua repetição, para servir à reprodução da produção. É produção e condição de reprodução. [...] Espaço produzido, o espaço geográfico teria existência efêmera se a produção não fosse reprodução. Como qualquer produto do trabalho do homem. E como qualquer produto, tem que ser reproduzido. Assim, não só o espaço é um espaço produzido, mas é igualmente um espaço reproduzido. Encontra-se em permanente processo de transformação, acompanhamento e condicionando a evolução das sociedades (MOREIRA, 2006, P.88).

Além do conceito de produção do espaço, o estudo da atividade de manejo do Pirarucu, permite um enfoque na organização espacial. A organização espacial em Fonte Boa implica no processo de regulação da natureza com a definição pautada por temas da “sustentabilidade”. Essa regulação está atrelada sobre os órgãos públicos que gerencia a atividade de manejo (IDSFB; IBAMA) e sobre as associações que desenvolve a atividade (Colônia de pesca; Associações de pesca; Organizações Comunitárias etc.). O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade em Fonte Boa.

A produção e organização espacial engendrada na atividade de manejo do Pirarucu são construídas e reconstruídas através das relações sociais efetivadas pelos movimentos sociais, pelo trabalho do IDSFB e pelos agentes que a constituem.

Nessa perspectiva descrevo uma das lendas do Pirarucu, relatada por um pescador no momento em que acompanhava o processo de despesca.

(...) Pirarucu era um índio que pertencia à tribo dos Uiás. Ele era um bravo guerreiro, mas tinha coração perverso, cheio de vaidades e egoísmo, mesmo sendo filho de Pindarô, um homem de extrema bondade e também chefe da tribo. Num belo dia, enquanto o seu pai fazia uma visita amigável para as tribos vizinhas, Pirarucu se aproveitou da ocasião para executar alguns índios da aldeia, sem qualquer motivo. Tupã o grande deus, cansado de ser criticado pelo guerreiro, observa o seu comportamento por um longo tempo, até que decidiu dar um basta naquela situação. Imediatamente mandou chamar o deus da chuva, e mandou que ele enviasse as mais fortes chuvas sobre o Pirarucu, que naquele momento pescava distraído às margens do rio, não muito distante da aldeia. Quando Pirarucu percebeu as ondas furiosas do rio e ouviu a voz enraivecida de Tupã, ignorou com uma grande risada. Diante disso, Tupã enviou Xandoré (demônio que odeia os homens) para atirar relâmpagos e trovões sobre o guerreiro, apavorado, Pirarucu tentou escapar, mas enquanto ele corria por entre os galhos das árvores, um relâmpago fulminante acertou o coração do jovem guerreiro, que mesmo assim se recusou a pedir perdão. Todos aqueles que se encontravam nas redondezas correram para a floresta terrivelmente apavoradas, enquanto o corpo de Pirarucu ainda vivo era arrastado para as profundezas de um lago e transformando em um gigante e escuro peixe. Transformando no terror da região (Contada por Manuel de Jesus, pescador de Pirarucu, 23 de novembro de 2008).

Com base no imaginário popular do caboclo, os rios e lagos estão repletos de entes mágicos. O imaginário popular na Amazônia é constituído da organização das atividades extrativistas, daí a importância de se entender as lendas e mitos. Essas não escapam as particularidades desse cotidiano, que permeiam o imaginário desses povos, resultante da interação homem com a natureza que o cerca. As florestas e os rios dão conta do cenário onde habitam os principais personagens dessas narrativas, crenças ou lendas sobrenaturais povoadas pela crença nas almas, visagens ou bichos - visagentos, assombrações, onde o caboclo busca desvendar os mistérios e seu mundo recorrendo aos mitos, lendas, interpretando e criando sua realidade. Na lenda do Pirarucu, descrita pelo pescador Manuel, percebe-se o respeito e temor que têm sobre esse peixe (Figura 03).



Figura 03 - Pirarucu (*Arapaima gigas*) macho com 153 cm de comprimento total, pescado dia 25 de novembro 2008, na Reserva Extrativista Auati-Paraná, Amazonas. Essa espécie pode chegar a 3 metros de comprimento e pesar até 250 quilos (QUEIROZ, 2000).

Fonte: Foto de Miguel Arantes-Associação Agro-extrativista Auati-Paraná/ AAPA.

Esse peixe pode ser encontrado também na bacia do rio Araguaia, representando um recurso de grande importância tanto econômica quanto ecológica (VERÍSSIMO, 1895). Seu nome vem da união de dois termos indígenas “pirá”, que significa peixe, e “urucum” cujo significado é vermelho, devido à cor de sua cauda. Além da cobiçada e deliciosa carne, são consumidos também as ovas, cabeça, ossadas e miúdos (QUEIROZ, 2000). O Pirarucu é mais facilmente encontrado durante a seca principalmente nos lagos e no canal principal (paraná) que percorre o sistema de várzea, alguns também são encontrados em regiões rasas do rio. A pele pode ser curtida e aproveitada para a produção de sapatos, bolsas e roupas, e suas escamas podem ser usadas como lixa de unha ou na confecção de peças ornamentais, tais como máscaras e bolsas.

No Amazonas, na década de 70, devido à intensa pesca do Pirarucu, a população dessa espécie entrou em declínio, provocando grande impacto nas populações de peixes, situação agravada em função das características biológicas dos Pirarucus, que não favorecem uma recuperação rápida de sua população (VERÍSSIMO, 1985). Diante dos conflitos estabelecidos, deu-se início através da igreja, ao movimento de preservação de lagos, sobre forte apelo à subsistência da população ribeirinha. Há algum tempo esse movimento foi

realizado, com a organização das comunidades ribeirinhas e o movimento da Comissão Pastoral da Terra – CPT na região do médio/alto Solimões /AM.

O movimento de preservação de lagos tem se desenvolvido em apoio ao manejo comunitário dos recursos pesqueiros dos lagos de várzea da Amazônia. Esse movimento é uma resposta ao uso inadequado das várzeas e a expansão da pesca comercial, resultando no aumento da pressão sobre o recurso e a crescente competição pelo acesso aos lagos de várzea. Preocupados com ameaça da pesca nos lagos às suas necessidades de subsistência e sua principal fonte de renda, comunidades ribeirinhas têm tomado posse dos lagos locais e estão implantando diferentes medidas visando controlar a pressão pesqueira, como exemplo desse movimento encontramos as organizações comunitárias, descritas no decorrer deste capítulo.

Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – SDS, os órgãos responsáveis pela emissão de portarias que tornam “legítimo” o acesso das comunidades ao lago para realização do manejo são: a nível Estadual o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM e a nível Federal o IBAMA. Essas portarias criam uma categoria de uso “exclusivo” de determinados sistemas de lagos, denominado também de acordo de pesca.

Na década de 80, o IBAMA, estabeleceu alguns critérios para a captura do Pirarucu, sendo um deles o tamanho mínimo de captura em 150 cm, e na década de 90 estabeleceu o período de defeso (período reprodutivo) de seis meses da espécie, visando à recuperação dos estoques da espécie (IBAMA, 2005). Nesse contexto, tem surgido em diversas regiões do Amazonas conflitos entre pescadores comerciais e de subsistência, ambos ligados a produção comercial, só que o primeiro numa escala maior de produção e renda, sendo comercializados em frigoríficos e destinados, principalmente, a outros estados, e o segundo numa escala menor, onde o excedente da sua produção vira renda, sendo comercializado em mercados locais ou em comunidades próximas. Os pescadores comerciais possuem maior poder de

captura, maior capacidade de armazenamento do pescado e maior facilidade de deslocamento; os pescadores de subsistência têm menor poder aquisitivo e baixa produtividade. Os conflitos envolvem confrontações verbais, agressões físicas de toda sorte, queima de apetrechos e apreensões de barcos. Com isso, os novos conflitos criados através da produção do espaço regulado dos lagos, dão outro sentido à organização espacial nesse mundo em questão.

A partir da década de 90, o IBAMA, para corrigir distorções decorrentes da ausência de uma política de ordenamento para a Amazônia, por intermédio de seu Departamento de Pesca e Aqüicultura (DEPAQ/IBAMA), lançou a base para o programa de pesca continental e gerenciamento costeiro por bacias hidrográficas (FISCHER, 1992). Através do Projeto IARA – Administração dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas: Estados do Pará e Amazonas começaram as discussões sobre as políticas de ordenamento pesqueiro na Amazônia, como forma de minimizar os conflitos de pesca e dar subsídio técnico aos legisladores, para a normalização da atividade pesqueira. Como resultado da atuação do Projeto IARA, o IBAMA elaborou, em 1997, um documento que regula a elaboração dos acordos de pesca comunitários (antes de nominados de preservação de lagos), e que discute um novo modelo de gestão ambiental, permitindo que os acordos comunitários sejam potencialmente legitimados (CERDEIRAS, 1999). Esses acordos são regulamentados por Instruções Normativas complementares do IBAMA, respeitando-se alguns critérios estabelecidos pelo órgão federal.

Nesse mesmo período a região do médio/alto rio Solimões tem vivenciado um intenso processo de criação de áreas protegidas pelo poder público federal e estadual e em menor escala pelo poder municipal. Essas áreas protegidas abrem a possibilidade de uso direto de seus recursos naturais, desde que se obedeça ao plano de manejo³⁴.

³⁴ Documento estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, onde disciplina o uso dos recursos naturais estabelecidos em unidade de conservação, zoneando essas áreas. Nestas zonas será definido o tipo de uso dos recursos (proteção integral, uso sustentável, área de amortecimento, área de corredores ecológicos) que poderão ser realizados nessas áreas.

O processo de criação dessas áreas protegidas de uso direto possibilita a regularização fundiária desses espaços “protegidos”, abrindo a possibilidade de se aprofundar e expandir as experiências de manejos e de recursos naturais no município de Fonte Boa/AM.

A partir de 1996, o IBAMA proíbe a captura e venda de Pirarucu no Amazonas, sendo permitida apenas em áreas protegidas³⁵, sob sistema de manejo de lagos (RDS Mamirauá e na RESEX Auati – Paraná).

Em 2002, o WWF³⁶ em parceria com o ProVárzea³⁷ (IBAMA/PPG7) promoveu o I Encontro de Manejo Comunitário de Pesca no Amazonas, onde foi avaliado o documento considerando os acordos de pesca legalizáveis do IBAMA de 1997, a fim de contribuir para a formulação de uma Instrução Normativa n. 29 de 31 de dezembro de 2002, reconhecendo e regulamentando³⁸ os acordos de pesca como instrumento de ordenamento pesqueiro.

Os critérios para regulamentação dos acordos de pesca do IBAMA estão previstos no art. 1 da Instrução Normativa. Para a edição da mesma, segundo as considerações do próprio IBAMA, levou-se em conta entre outros aspectos: a priorização na implementação de processos de administração participativa, a representatividade dos acordos de pesca em termos de redução de conflitos sociais nos cursos das pescarias.

Diante da Instrução Normativa que reconhece os acordos de pesca, o IBAMA, junto com os movimentos dos pescadores, tem procurado promover a gestão participativa, com o

³⁵ Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá; Reserva extrativista Auati - Paraná; Reserva Municipal Mineruá; Reserva Municipal Campinas; Terra Indígena e áreas de lagos protegidas pela colônia de Fonte Boa, através do instrumento legal denominado de acordo de pesca.

³⁶ Criado em 1996 e sediado em Brasília, desenvolve projetos em todo o país e integra a Rede WWF, a maior rede independente de conservação da natureza. Organização não-governamental dedicada à conservação da natureza com objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações (Relatório do WWF/Brasil, 2005).

³⁷ Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea, sendo um projeto que o IBAMA submeteu ao Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), coordenado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente com objetivo de estabelecer as bases científicas, técnicas e políticas para a conservação e manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais das várzeas da região central da bacia do rio Amazonas com ênfase em recursos pesqueiros (IBAMA, 2002).

³⁸ Adoção de regras ou medidas acordadas, art. 22 parágrafo único IN n. 29 Acordo de Pesca (IBAMA/PPG7, 2002).

treinamento dos agentes ambientais voluntários e implementação dos acordos de pesca, exigindo que os Conselhos de Pesca inter-comunitários sejam organizados e fortalecidos³⁹.

No acordo de pesca um grupo específico de pescadores controla o acesso e o uso de um espaço geográfico pesqueiro, ou seja, um lago. Os acordos exprimem regras que regulam o uso do recurso pesqueiro definidas por membros da comunidade ou grupos de usuários locais, incluindo medidas a serem tomadas contra infratores. Essas regras integram regras locais culturais (mito e tabus), bem como econômicas e políticas e regras externas (política governamental, mercado).

Nesse momento percebe-se uma nova forma de produzir o espaço, impulsionada pela transformação dos elementos naturais em espaços cada vez mais humanizados e regulados. Lagos que antes faziam parte de um todo agora são delimitados a determinados usos e usuários. Deixam no limite de serem “lagos” e passam a ser áreas de manejo “sustentável”.

O principal objetivo dos acordos de pesca é estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais. Esses acordos normalmente tentam atingir esse objetivo indiretamente, por meio de restrições sobre apetrechos de pesca e capacidade de armazenamento. Além de regular a atividade pesqueira, os acordos de pesca frequentemente incluem medidas que pretendem conservar habitats considerados importantes para a população de peixes do lago. Eles podem incluir medidas traçadas para regular a exploração de outras espécies, como por exemplo os quelônios. Tais acordos, tipicamente, incluem as seguintes medidas: Acesso ao recurso pesqueiro; mercado pesqueiro a petrechos de pesca; armazenamento; conservação de habitat; zoneamento de lagos; organização coletiva e fiscalização (IBAMA, 1997).

Em suma, o processo de intensificação das pescarias e de desenvolvimento organizacional local tem levado ao surgimento de um novo modelo de manejo, o “manejo

³⁹ Relatório do I Encontro de Manejo Comunitário de Pesca no Amazonas (IBAMA/PPG7, 2002).

comunitário” ou o “manejo sustentável”. Todavia, o estabelecimento do acordo de pesca não representou apenas uma resposta à mudança ecológica, mas também uma reivindicação dos direitos de acesso aos recursos comuns. Por conseguinte, o desempenho de tais modelos depende da consonância entre as Leis locais e os sistemas sociais e ecológicos, como também da habilidade da organização de apontar as constantes mudanças ambientais (OSTROM, 1999).

Enquanto os acordos de pesca têm se tornado gradativamente a unidade institucional básica, sobre a qual o sistema regional de manejo é construído (MCGRATH et al., 1999), apenas algumas comunidades ribeirinhas têm tido sucesso na implementação de sistema de manejo.

A partir da consolidação da atividade de manejo do Pirarucu, novas formas vão sendo incorporadas e novas relações se efetivam. A organização comunitária, as técnicas adaptativas de manejo, a comercialização, a fiscalização e monitoramento e a definição dos papéis e responsabilidades dos diversos atores envolvidos na região. Participam, pescadores, agricultores, Colônia de Pescadores, Associação de moradores, Prefeitura Municipal, Câmara dos Vereadores, Ministério Público, IBAMA, escolas, universidades, ONGs, entre outros configurando a organização espacial da área ocupada.

Nesse contexto, as experiências pontuais em Fonte Boa estão investidas no potencial da atividade de manejo do Pirarucu e dos acordos de pesca, construindo instrumentos para a gestão dos recursos naturais, apresentando um rico arcabouço teórico e prático para a avaliação das principais questões e aspectos da produção econômica para a cidade, bem como para a evolução dos arranjos institucionais e operacionais para a gestão integrada dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, permitem programar políticas e mecanismos que legitimam e apóiam a atividade de manejo não só em Fonte Boa, mas em toda a região.

Uma das políticas negociadas entre o Estado e pescadores ligados a atividade de manejo, refere-se a imposto estabelecido pelo Estado para a produção da atividade de manejo do Pirarucu. Há um tempo, era necessário recolher o ICMS sobre a atividade de manejo do Pirarucu, o qual variava entre 17% e 12%, respectivamente (IDSFB, 2008). O recolhimento desse imposto gerava muitas reclamações entre os pescadores quanto da prestação de contas. A partir de 2004, o governo do Estado promove uma alteração na legislação, isentando de recolhimento de ICMS atribuído ao Pirarucu capturado em áreas protegidas de uso sustentável, desde que a atividade esteja autorizada pelo IBAMA. (Convênio ICMS 149/04, de 15.12.04, CONFAZ).

Essa implicação ao mesmo tempo contribui de forma “positiva” para implementação da política ambiental de áreas protegidas no Estado, favorecendo os agentes sociais e pescadores residentes nessas áreas e pro outro lado gera conflitos entre outras modalidades de pescadores e organizações que representam a classe.

3.2 As organizações sociais que fundamentam a atividade de manejo do Pirarucu.

Em pesquisa de campo realizada no ano de 2008 em Fonte Boa/AM, foram identificadas a existência de algumas organizações envolvidas diretamente na atividade de manejo do Pirarucu, a saber: a) Associação de Pescadoras e Pescadores de Fonte Boa; b) Colônia de Pesca Z52; c) Associação Agro-extrativista Auati-Paraná/AAPA; d) Organizações Comunitárias.

A Associação de Pescadoras e Pescadores de Fonte Boa foi, fundada em 29 de setembro de 1983, e é considerada a instituição tradicional de representação dos pescadores e pescadoras, assim descrita pelo presidente. Essa associação possui em média 340 pescadores, administra um complexo de lagos chamado Majoará, localizado na RDS Mamirauá,

setorizado pelo IDSFB de Solimões de Cima I e II. O IDSFB participa do processo monitorando o trabalho dos comunitários, mas, segundo o presidente da associação, a mesma possui maior autonomia, isso ocorreu pelo fato de os pescadores terem participado dos diversos cursos oferecidos pelo IDSM, assim a associação passou a ter seis pescadores treinados e capacitados para contagem dos Pirarucus. O presidente acredita que a tendência é de preservar os recursos naturais, pois hoje o mundo está voltado para o meio ambiente, então, querendo ou não, eles têm (os pescadores) que acompanhar isso. O presidente avalia que ainda tem muito pescador revoltado com o IBAMA, mas tem que reconhecer que é assim mesmo.

O discurso do presidente evidencia que a questão ambiental passa a ser condutora no processo de uso dos recursos naturais e que, apesar dessa política implicar em limitações de usos dos recursos e restringir tipos de apetrechos de pesca, a mesma se torna importante para manutenção dos recursos naturais.

A Colônia de Pesca Zona 52, fundada em 10 de maio de 2005, está filiada à Federação de Pescadores do Amazonas e Roraima, estima-se que atualmente (2008) possui aproximadamente 950 associados. No ano de 2008, teve três presidentes, durante a última reunião de eleição participaram, cerca de 125 sócios. O atual presidente informou também que a Colônia tem se fortalecido depois que estabeleceu uma parceria com a Associação Agro-extrativista Auati – Paraná – AAPA, que representa a RESEX Auati – Paraná, para desenvolver atividade de manejo. A colônia de pesca desenvolve suas atividades de manejo do Pirarucu na área denominada pelo IDSFB de Solimões do Meio e de Baixo.

A Associação Agro-extrativista Auati – Paraná/AAPA foi fundada em 01 de fevereiro de 1998. Sua criação está atrelada a concepção da RESEX Auati – Paraná, e tem como objetivo principal assegurar o uso sustentável e a conservação ambiental, dos recursos naturais ali existentes e da cultura das populações tradicionais (SNUC, 2000). O processo de

criação tanto da RESEX como da Associação, está ligada ao trabalho da Paróquia de Fonte Boa e Prelazia de Tefé, através do MEB e da CEB's. Essa associação desenvolve a atividade de manejo do Pirarucu na área da RESEX, que compreende o município de Fonte Boa, Japurá e Maraã em conjunto com dezesseis comunidades presentes ao longo do rio Auati-Paraná, realizando o manejo do Pirarucu em aproximadamente 189 lagos presentes na área;

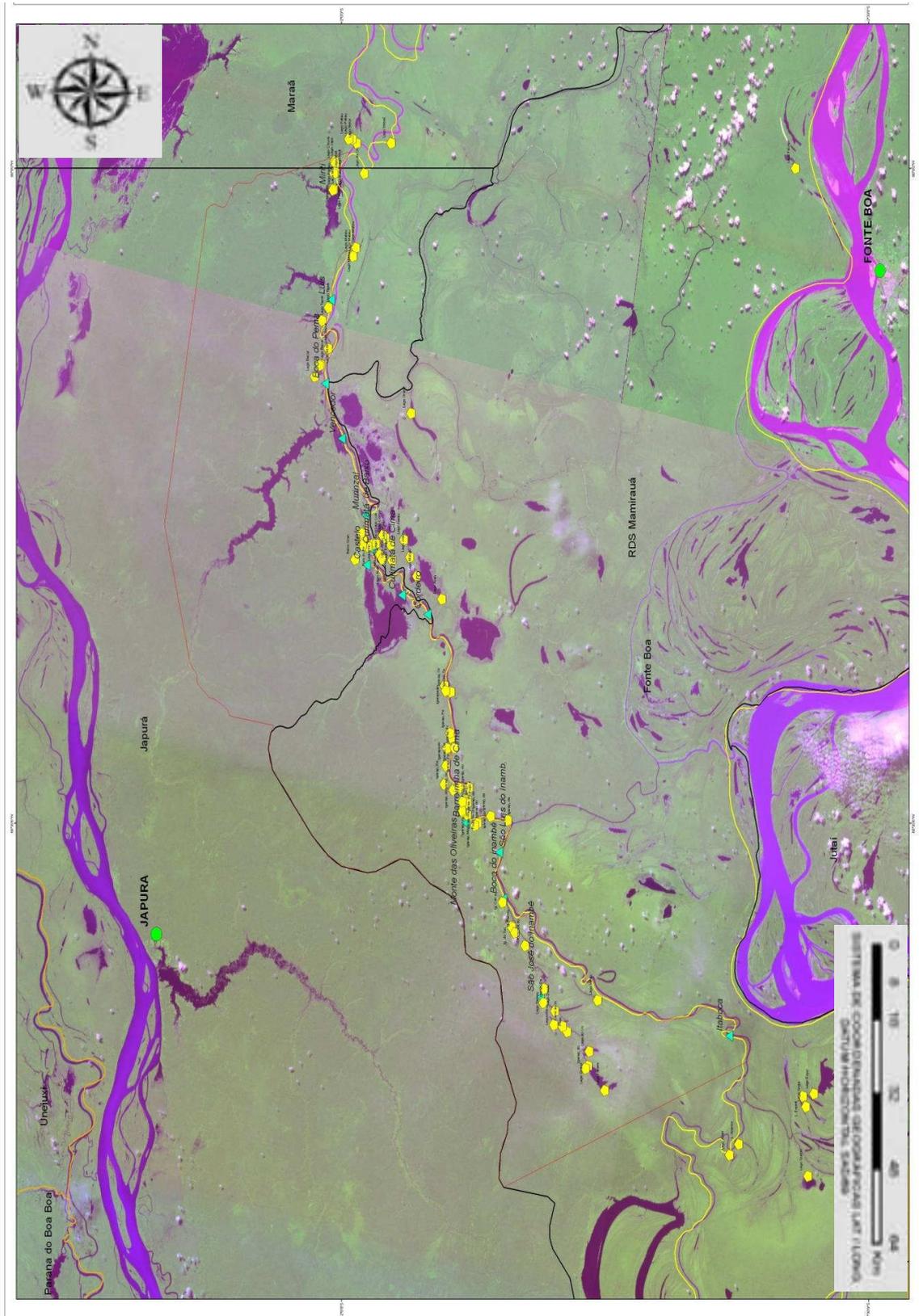
As organizações acima citadas se constituíram através dos conflitos gerados pela exploração dos recursos naturais, a saber: a) Algumas ligadas à exploração da fauna aquática e b) e outras ligadas ao direito a terra e seus recursos.

A Colônia e a Associação de Pesca estão ligadas a primeira abordagem (disputa pelo uso dos recursos aquáticos), suas manifestações estão atreladas as questões próprias da categoria de trabalho dos pescadores. Já a Associação Extrativista e as Organizações comunitárias estão ligadas ao segundo argumento, sobre influência da Igreja com o objetivo de reivindicação ao direito à terra, essas em sua maioria localizada em áreas protegidas. Elas congregam para além das questões relativas ao segmento dos pescadores, buscando um objetivo comum: a coletividade, ou seja, as necessidades de interesse da comunidade.

A existência dessas organizações pode ser entendida pela necessidade de fortalecer as relações sociais e organização dos integrantes que desenvolvem a atividade de manejo em Fonte Boa. Além disso, constituíram-se de um mecanismo de articulação para aperfeiçoar as negociações e reivindicações junto aos órgãos do poder público. Além de seus fins, essas organizações possibilitam a criação de uma autonomia e de um agente social político, capaz de mediar seus objetivos diante as instâncias federal, estadual e municipal.

Existe também outro tipo de categoria de pescador, denominado pela sociedade de Fonte Boa como “pescador da cidade”, os quais são pouco capitalizados - realizam sua pesca em pequena canoas, com “caixas de isopor” e gelo – tem na pesca sua atividade principal

(pescando todo tipo de peixe), não mantêm vínculo com as organizações que representam o setor de pesca e nem o de manejo, neste caso as organizações comunitárias e associações.



Mapa 12 - Mapa dos Lagos Manejados no Município de Fonte Boa.
Fonte: ICMBio, 2008.

Segundo presidente da colônia, essa atividade é diretamente afetada pela atividade de manejo de lagos realizados pelas comunidades e/ou associações e pelos acordos de pescas realizados pelas colônias. Esses pescadores são identificados na maioria das vezes como “invasores” de lagos, sendo fonte de constantes conflitos entre as organizações comunitárias, associações e colônia (IDSFB, 2008). Os pescadores intitulados da “cidade” se sentem prejudicados por não possuir seu próprio lago de pesca e sem condição de deslocar-se para lagos mais distante, ficam impossibilitados de exercer a atividade e de gerar renda para manter a família.

Em Fonte Boa a estrutura social designada pela atividade de manejo do Pirarucu alavancou o estabelecimento de acordos de uso de recursos pesqueiros quanto a sua permissividade, limitação a áreas, limitações de determinados instrumentos de pesca, ensaiando um ordenamento mínimo sobre as áreas de lagos no município, gerando também conflitos interno e externos.

No decorrer da pesquisa, foram observados conflitos relacionados com a divisão de lagos para realização do manejo. Havia comunidades que desrespeitavam as proibições em período de reprodução do peixe, ou acessavam lagos de manutenção e preservação. Tal como apontaram Ostrom (1986) e Bekes (1989), as proibições de acesso e as restrições de uso criam situações de exclusividade (ou controle de acesso) e subtração (capacidade que cada usuário possui de subtrair parte da propriedade do outro); e a ação de “guardar o lago” reforçou, nas áreas manejadas, um sentimento de posse individual ou coletiva, favorecendo a responsabilidade sobre a carência ou abundância dos recursos. Sendo essa uma questão que sugere outro objeto de pesquisa para entender essa atividade de “guardar o lago”, não cabendo aqui desenvolvê-la.

3.3 Espaço de produção e o espaço de circulação: o Pirarucu dinamizando a rede urbana.

O espaço de produção da atividade de manejo sustentável do Pirarucu ocorre em áreas protegidas inseridas nos limites do município de Fonte Boa no qual se encontram os lagos⁴⁰ manejados (Mapa 12). A atividade de manejo no município versa sob um processo de: a) Organização social coletiva; b) Reuniões coletivas; c) Formas de uso dos lagos; d) Processo de contagem da espécie; e) Período da despesca.

O processo de organização se estabelece através da legalização formal das representações sociais envolvidas na atividade de manejo do Pirarucu. Os processos de reuniões coletivas são instâncias onde são tomadas as decisões sobre o manejo do Pirarucu e de outros recursos naturais. Sobre as formas de uso dos lagos estão assim definidas em: 1) Lago de Preservação/procriação são áreas destinadas à formação de uma reserva de pescado, não utilizada costumeiramente, mas a ser utilizada no futuro ou em face de qualquer dificuldade maior a ser enfrentada pela comunidade; 2) Lago de Manejo ou comercialização, área destinada à contagem e despesca do Pirarucu, realizada entre o mês de setembro a novembro; 3) Lago de Manutenção ou de subsistência, área com propósito de manutenção das comunidades, é uma atividade realizada em qualquer período do ano. Essa forma de uso pode ser visualizada num croqui esquemático dos lagos presentes numa comunidade localizada na RESEX Auati- Paraná, denominada de Vencendo (Figura 04).

⁴⁰ Lago de várzea, ecossistema aberto que representa uma pequena parte de um sistema fluvial complexo. A enchente anual eleva o nível da água do rio, inunda toda a várzea, formando um lago imenso que pode atingir mais de 40 quilômetros de largura. Durante a seca, com a diminuição do nível da água, milhares de lagos de todos os tamanhos são formados. As espécies de peixes que se movimentam dentro desse sistema complexo apresentam diversos tipos de adaptações migratórias desde sedentárias (tucunaré e pirarucu) até aqueles que realizam migrações (tambaqui, pirapitinga) de centenas de quilômetros (Lowe-McConnel, 1987).

de Pirarucus adultos (acima de 1,5m) e juvenis (entre 1,0 – 1,49m) presente nos lagos (Figuras 5 e 6), também é feita a observação da área escolhida e a constatação de quantas vezes o peixe subiu à superfície para respirar, num intervalo de 20 minutos. Essa atividade é realizada com pescadores, comunitários, e associados juntamente com os técnicos do IDSFB/IBAMA, seguindo normas específicas de ordenamento da atividade de pesca no Estado, estabelecida pelo IBAMA (Tabela 04). Baseado no resultado de contagem, o IBAMA libera cotas de indivíduos que poderão ser despescados em cada lago, esse processo é denominado de sistema de cotas. A liberação dessas cotas corresponde a no máximo 30% do total de peixes adultos que pode ser despescado em cada lago, de acordo com a planilha de contagem. Para o IDSFB o sistema se torna sustentável porque 70% dos Pirarucus adultos são deixados para reproduzir e garante os exemplares juvenis que serão pescados no futuro.

Tabela 04 - Tipo de restrições definidas pelo IBAMA para Bacia Amazônica.

Tipo de Restrições	Exemplos
Tamanho mínimo de captura	Válido apenas para tambaqui, Pirarucu, carapari e surubim.
Proibição de certas artes e modalidades da pesca.	Não se permite arrasto ativo com rede de emalhar, batção, rede elétrica, bombas, venenos. É autorizado o uso generalizado de redes de cerco ou lance.
Tamanho da malha das redes	Não se permite rede de espera com malha inferior a 70 mm entre nós opostos. Não se permite tarrafa com malhas inferiores a 50 mm entre nós opostos.
Proibição da épocas de pesca (peixe de piracema, Pirarucu)	Época do defeso para reprodução.

Fonte: ProVárzea, IBAMA 2002.

No período que antecede a despesca do Pirarucu, o IBAMA emite um documento de liberação das cotas de despesca que as comunidades e organizações sociais envolvidas na atividade podem realizar naquele ano. Diante desse documento, o IDSFB realiza o planejamento com as comunidades para a captura. Para isso são realizadas reuniões com as

comunidades e pescadores associados, visando garantir que os procedimentos e normas do manejo sejam cumpridos, ou seja, capturar somente a cota estabelecida de cada comunidade e/ou associação; capturar somente exemplares acima 1,5m, utilizar apetrechos que tenham malhas de 33 cm para Pirarucu; fazer o monitoramento dos animais capturados e garantir padrões de qualidade.

A avaliação do estoque de Pirarucu é realizada no período de seca e pode ir de agosto a janeiro. A contagem é feita por pescadores treinados e por técnicos do IDSFB, capacitados nas técnicas de contagem de Pirarucu, os contadores registram as informações em formulários, que depois são plotados em um banco de dados⁴¹. A contagem só é possível devido o Pirarucu ser um peixe que sobe à superfície para complementar sua respiração com o oxigênio do ar. O som produzido nesse fenômeno, conhecido como “buiada”, permite que os pescadores se distribuam em setores do lago e contem números de Pirarucus por um período de 15 a 20 minutos, intervalo estimado entre cada “buiada” do mesmo indivíduo.



Figura 05 - Momento de contagem do Pirarucu no lago/RDSM, 2008.
Autora: Daniela Alves Carvalho, novembro 2008.



Figura 06- Canoas típicas usadas na contagem e despesca do Pirarucu no lago. RESEX Auati - Paraná, 2008.
Autor: Miguel Arantes, novembro de 2008.

⁴¹ Informações obtidas em campo pelo IDSFB, 2008.

A captura (ou momento da despesca, segundo os órgãos institucionais) é realizada pelos monitores⁴² do IDSFB, grupo de pescadores por comunidade ou grupo de comunidades utilizando apetrechos de pesca como rede de cerco, malhadeira e arpão. Os trabalhos são divididos em equipes. Um grupo realiza a pesca, outro grupo de pescadores transporta o peixe capturado dos lagos para o barco geleiro e outros realizam o tratamento (evisceração), de acordo com o que foi planejado com o comprador.

Atividade de manejo do Pirarucu ou o ato de “manejar” para os envolvidos nesse processo implica na necessidade de participar das reuniões para discutir os problemas e as soluções, de participar da fiscalização, e das contagens. Todas as atividades relativas ao manejo passam a ser avaliadas pela diretoria de suas organizações e pelos seus membros.

A partilha da cotas⁴³ entre os associados, em número de Pirarucu, inicia-se com a locação de uma “cota básica” individual para seus associados ou para quem participa da atividade.

Em algumas organizações, de comum acordo entre os associados, separa-se também uma parte da cota para atender a demandas específicas como, por exemplo, a reforma do flutuante⁴⁴ usado como ponte de apoio para o trabalho de fiscalização do lago, apoio aos grupos de mulheres das comunidades, festa da comunidade, festejo religioso ligado a padroeira da pesca (Nossa Senhora de Guadalupe) entre outros.

⁴² Esses monitores realizam o acompanhamento da despesca do pirarucu durante aquele ano, realizando também o monitoramento da despesca, preenchimento de formulários com informações tais como: quantidade de peixes capturados, tamanho, peso, sexo e colocação de lacres de seguranças nos espécimes capturados. Todos os monitores ao se deslocarem para as comunidades para acompanhar a despesca, levavam em mãos uma declaração do IDSFB onde constam todas as informações sobre a pesca e suas responsabilidades nos lagos onde ocorre a pesca, orientando os pescadores sobre as Regras de Manejo da Reserva e sobre a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605). Ao chegar à produção na sede do município, os formulários preenchidos pelos monitores, são repassados para o IBAMA através de ofício de pedido de Guia de Transporte, em seguida a equipe do IBAMA faz a vistoria e emissão de guia de Trânsito quando o pescado vai ser embarcado para outras localidades.

⁴³ Valor estipulado para cada associado que participa da atividade de manejo do pirarucu. São conhecidas como medidas que reduzem o incentivo à sobre pesca. Este sistema permite a geração de recursos para a manutenção das medidas de manejo (LEVHARI, 1981).

⁴⁴ Casa de madeira erguida sobre bóias de ferro que flutua sobre a água. Por ser flutuante pode se locomover para as proximidades dos lagos quando a água do rio baixa.

A participação nas atividades de manejo gera mais Pirarucus além da “cota básica”. A não participação, e mesmo a infração as normas do manejo (pois existe unanimidade nesse processo), geram uma menor cota de Pirarucu. Infrações graves e a ausência de participação chegam a implicar em exclusão do processo de partilha da cota.

Esse sistema de partilha para os envolvidos na atividade é muito importante no processo, tornando a distribuição de cotas mais justa, devido à participação diferenciada dos associados nas várias atividades ligadas ao manejo. Mas, de acordo com presidente de uma das comunidades envolvidas, o sistema de cota ou partilha dos lucros obtidos com a venda do Pirarucu, ainda apresenta falhas, pois fatores tais como relações pessoais e laços de parentesco podem resultar, por exemplo, em punições diferenciadas para infrações semelhantes.

A legalização da atividade de manejo do Pirarucu tem definido categorias de lagos, estabelecendo regras de uso desse recurso natural. Essas regras são criadas por atos normativos ou administrativos que possibilita à administração pública a “proteção” de certos bens, restringindo ou limitando sua possibilidade de uso. As normas de uso e de ordenamento desses lagos provocam restrições (de acesso e de uso dos recursos), causando mudanças socioeconômicas relevante nas comunidades e/ou membro das associações locais. Para o órgão ambiental todas essas normas visam o uso “sustentável” dos recursos naturais neste caso o Pirarucu.

Tabela 05 - Cotas Autorizadas pelo IBAMA e cotas capturadas de Pirarucu em 2008.

Setor	Unidade de Conservação	Cota Autorizada (N° Pirarucus)	Cota capturada (N° Pirarucus)	Porcentagem (%)
Solimões de Cima II	RDSM	1.634	623	38,12
Solimões de Cima I	RDSM	759	634	83,53
Solimões do Meio	RDSM	396	95	23,99
Solimões de Baixo	RDSM	306	165	53,92
Maiana	RDSM	1.566	649	41,44
Auati Paraná	RDSM	3.055	2.203	72,11
Guedes	RDSM	3.719	303	8,14
Panauã	RDSM	3.459	840	24,28
Arumanduba / Tarará	RDSM	414	276	66,66
Terra Indígena *	RDSM	1.437	196	13,64
Auati Paraná	Resex Auati Paraná	2.259	1.413	62,54
Campina	Reserva Municipal	284	194	68,31
Minerua	Reserva Municipal	1.213	228	18,79
Total		20501	7819	38,13

Fonte: Dados obtidos pelo IDSFB, Colônia de Pescadores e Associação Agro-Extrativista de Auati -Paraná – AAPA.

*Comunidade Indígena dentro da RDSM.

De acordo com a tabela acima, as cotas autorizadas pelo IBAMA para o ano de 2008 foram de 20.501,00 exemplares, desses foram capturados 7.819,00 exemplares com peso total de 399.993,0 kg de Pirarucus o que representa 38,13% da cota autorizada e um faturamento bruto de R\$ 1.327.293,20 com preço médio por kg de Pirarucu de R\$ 3,30. Conforme, a produção total do manejo descrito na tabela. A mesma mostra que o número de Pirarucus capturados não atingiu a cota autorizada pelo IBAMA para o ano de 2008. De acordo com o IDSFB, esse fato esta atrelado a alguns fatores, dentre os quais:

- a) Materiais de pescas: Muitas comunidades ainda estão se estruturando para suprir suas necessidades de apetrechos de pesca para a captura dos Pirarucus, principalmente rede de cerco⁴⁵ e malhadeiras⁴⁶ com as especificações do manejo que aumenta a produtividade;

⁴⁵ Utensílio de pesca, tipo rede para pescar cercando o cardume de peixe.

⁴⁶ Utensílio de pesca, usada nos lagos para afugentar os peixes para uma direção, ocasionando a captura dos indivíduos.

- b) Infraestrutura de transporte: os barcos disponíveis para o transporte dos Pirarucus das áreas de pesca para a sede municipal são dos próprios compradores, pois as organizações de pesca e/ou comunidades não dispõem dessas embarcações, ocasionando atraso no processo de captura do Pirarucu. Pois essas embarcações só seguem para outra área manejada depois de realizar a despesca da área em que se encontram, isso leva dias e muitas vezes não há tempo suficiente para capturar a cota completa autorizada pelo IBAMA, devido à pesca do Pirarucu fechar em 30 de novembro.
- c) Infraestrutura para armazenamento: o município só dispõe de um frigorífico (setor privado), com capacidade de armazenamento para 140 toneladas, e 05 câmaras de armazenamento também do setor privado com capacidade de 20 toneladas. Essas estruturas são insuficientes para atender a demanda da produção de pescado de várias espécies, que pode atingir até duas mil toneladas no pico da safra, entre peixes de escamas e peixes de couro. Isso obriga os barcos a descer direto para Manaus ou outros Municípios como Manacapuru para deixar a produção e retornar para Fonte Boa, perdendo muito tempo nesse trajeto além de comprometer a qualidade do pescado que vai acondicionado apenas em gelo.
- d) Falta de definição da negociação e preço, entre outros fatores: o preço praticado no mercado de Fonte Boa variou de R\$ 3,00 a R\$ 3,60 o Kg e mais uma vez não atingiu o satisfatório mínimo para 2008, que seria de R\$ 4,00 kg para Pirarucu inteiro e eviscerado capturado nas áreas de pesca (comunidade) que fazem parte do manejo participativo do Programa Zona Franca Verde. Além disso, durante a venda procura-se não somente quem pode pagar melhor, mas também quem pode dar maior suporte de logística etc.

- e) Eventos Climáticos e/ou Alterações Ambientais: no período da despesca em 2008 o nível das águas demorou muito a baixar, e os lagos ainda se encontravam com as restingas alagadas⁴⁷, dificultando à captura das duas espécies (tambaqui e Pirarucu), quando as águas baixaram, as comunidades deram prioridade para a pesca do tambaqui, espécie que atinge melhor preço no mercado, daí a escolha das comunidades em apressar a pesca do tambaqui e deixar o Pirarucu para depois, por que o defeso do tambaqui começa dia 1 de outubro, e o Pirarucu vai até dia 30 de novembro.
- f) Influência da calha do rio Solimões: a área de manejo do Pirarucu no município de Fonte Boa possui uma extensão territorial muito grande, e sendo influenciada pela calha dos rios Solimões, Auati Paraná, Japurá e Juruá, fazendo com que o nível das águas nos lagos seja diferente. Há lugares em que as águas baixam rapidamente, dificultando o acesso aos lagos, em outros que se encontram alagados, as águas cobrem as restingas dificultando a despesca.

3.3.1. O espaço de produção da atividade de manejo: na “beira” do lago.

A importância de se descrever o ato de manejo “em *locus*” possibilita compreender o ciclo dessa atividade que está baseada no conhecimento tradicional e científico. É nesse cenário que as técnicas do manejo são exercidas, que as relações sociais são estabelecidas, demandando uma ação conjunta entre diversos atores. Foi com esse propósito de “compreender” como essa atividade se estabelece que em campo, acompanhei a atividade de despesca do Pirarucu nos lagos manejados. Procurou-se, registrar todo o ritual de preparação e os mecanismos de uso e restrições sobre a mesma.

⁴⁷ Vegetação típica de áreas alagadas, denominada também de chavascal, aruanal.

A atividade teve início pela manhã bem cedo, quando as canoas saíram em direção aos lagos (Figuras 05, 06, 07,08). Durante toda a preparação de saída, em direção aos lagos para despesca do Pirarucu, o trabalho em equipe foi imediatamente observado. Procurou-se não atrapalhar o trabalho e nesse momento percebeu-se o encontro de vidas humanas entrelaçadas nesse espaço geográfico e social, que na dança do cotidiano inscrevem suas histórias e trajetórias. Comunitários, agricultores, extrativistas ou pescadores, que vivem, em sua maioria, à “beira” do rio, do igarapé, dos lagos que compõem o vasto complexo estuário desse município e região do médio/alto rio Solimões/AM.

Quando chegamos à “beira” do lago de despesca, cada grupo de canoas se deslocou para um ponto dando início nesse instante ao exercício da paciência, durante horas de espera até o peixe subir para respirar, o que possibilitaria iniciar a tentativa de capturá-lo. Paciência, experiência e concentração fazem a diferença na hora da captura. Um dos pescadores, contou minuciosamente as estratégias para pegar o Pirarucu, segundo ele o maior peixe de sua vida pesando 177,5 quilos, medindo 2,6 metros.

“A gente precisa conversar com as pessoas de mais experiências para conseguir resultados. A paciência também me ajudou bastante. É muito prazeroso encontrar meios para conseguir renda”, disse.

Para os pescadores e comunitários, a iniciativa do manejo contribui para a melhoria de renda das pessoas envolvidas, pois antes do manejo além de ser proibida a pesca do Pirarucu, não era fácil capturá-lo, pois demandava muito tempo, esforço e não tinha tanto Pirarucu em um lago só, eram necessários dias a procura de um lago. Apesar de a atividade gerar ações positivas, ainda é comum encontrar comunidades, dependentes dos compradores ou chamados “patrões” da produção do manejo. Outras conseguem complementar sua renda através da atividade de manejo e procuram promover construção de equipamentos coletivos nas suas comunidades e associações.

Referente ao estoque de Pirarucu o DSFB (2008) descreve que a resposta de estoque de pirarucu sobre a atividade de manejo vem sendo positiva. Entre 2005 a 2008, a quantidade contada obteve aumento expressivo. Mas apesar da referência positiva advinda da atividade do manejo do Pirarucu, se faz necessário – em outro objeto de pesquisa – aprofundar mais os efeitos da recuperação dos estoques de Pirarucu nesses lagos manejados e a produção econômica e o retorno dessa atividade diante os agentes sociais ligados a atividade de manejo.



Figura 07 - Conversas e estratégias de distribuição em grupos para posicionamento na “beira” do lago/RESEX Auati -Paraná.
 Autora: Miguel Arantes- AAPA, novembro de 2008.



Figura 08 - Ritual de iniciação da pesca regida por três fatores: Paciência; Observação; Silêncio e Equilíbrio na proa da canoa/RDSM.
 Autora: Daniela Alves, novembro de 2008.



Figura 09 - Arpão lançado e Pirarucu capturado. Equilíbrio fator importante para não cair no lago e perder o peixe.
 Autora: Daniela Alves Carvalho, novembro de 2008.



Figura 10- No momento em que os pescadores conseguem capturar o peixe, o trabalho em equipe volta a acontecer, pois o peixe capturado pesa 177,5 quilos, medindo 2,6 metros.
 Autora: Daniela Alves Carvalho, novembro 2008.

Imagens fotografadas na atividade de despesca do Pirarucu, realizada em uns dos lagos na Reserva Extrativista Auati - Paraná e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no ano de 2008.

Assim que desembarcam das canoas, os Pirarucus são pesados em seguida retiram-se as escamas e as vísceras, logo depois o peixe recebe um lacre (presilha plástica que contém números que possibilitam identificar a procedência do produto) de controle emitidos pelo IBAMA (Figura 11).



Figura 11 - Pirarucu sendo pesado na RESEX Auati – Paraná, 2008.
Autor: Miguel Arantes/Associação Agro-extrativista Auati - Paraná, 2008.

O processo de fiscalização e monitoramento das áreas de manejo são realizados pelas próprias comunidades e/ou pescadores (estes ligados a colônia ou associação de pesca) que estão envolvidos no processo, com apoio das instituições fiscalizadoras no Município (IDSFB e agrupamento da Polícia Militar), Estado (IPAAM) e do Governo Federal (IBAMA). As comunidades e organizações participam desse processo também, construindo bases flutuantes (denominadas por eles de *tapiri*⁴⁸), que são colocadas nas proximidades dos lagos impedindo a entrada de pescadores “invasores”. Geralmente eles mantêm três pescadores fazendo a fiscalização em rodízio nos lagos. O IBAMA junto com o IDSFB e a Polícia Militar local, realiza a tarefa de apreensões de Pirarucu, pescado “irregularmente ou fora da lei” no

⁴⁸ Cabana rústica erguida próxima ao lago.

município. O Pirarucu apreendido é doado no próprio município para instituições filantrópicas como Escolas, Creches, Programas Sociais, além de Bairros da cidade.

Os barcos que realizaram o transporte do pescado das áreas de manejo, ao sair da sede municipal são obrigados a adquirir uma autorização no IDSFB e cópia da autorização de despesca emitida pelo IBAMA para garantir o acesso às áreas de pesca e justificar junto à fiscalização que o pescado transportado tem origem e é proveniente de áreas de manejo. Ao chegar ao local da pesca o próprio barco serve de suporte para efetuar a biometria⁴⁹, evisceração⁵⁰, colocação de lacre e armazenamento dos Pirarucus capturados. Após completar a carga do barco, este se desloca para a sede municipal para vistoria pelo IBAMA e IPAAM, emitindo também o Guia de Transporte. Há quatro tipos principais de embarcações envolvidas com a pesca na região do médio/alto Solimões (Figura 12; 13; 14 e 15): os barcos pesqueiros (com caixas fixa), as canoas-rabetas, os barcos sem caixa e os barcos compradores (IDSFB, 2008). Os ribeirinhos e mesmo os pescadores artesanais residentes na sede da cidade, utilizam principalmente das canoas - rabetas e dos barcos sem caixa. Os barcos pesqueiros com caixa fixa (caixas de madeira com revestimento térmico, utilizadas para armazenar o peixe) são utilizados pelos pescadores de grande porte na pesca do peixe liso ou para abastecer o mercado Manaus. Os barcos compradores são barcos frigoríficos que compram peixes dos pescadores artesanais para levá-lo aos mercados de Manaus ou países de fronteiras Colômbia/Tabatinga. O local, quantidade, peso, faturamento, estão descrito na tabela 07 (dados fornecidos pelo IDSFB).

⁴⁹ Atividade de tirar a medida e o peso do pirarucu.

⁵⁰ Ato de retirar as vísceras do animal, neste caso o pirarucu. Esse ato garante a qualidade da carne durante o transporte do local até a venda.



Figura 12 - Canoas típicas utilizadas na pesca do Pirarucu.
Autora: Daniela Alves Carvalho, novembro de 2007.



Figura 13 - Barco de pesca regional
Autora : Daniela Alves Carvalho, novembro de 2007.



Figura 14 - Baco Pesqueiro em procedimento de armazenamento do Pirarucu.
Autora: Daniela Alves Carvalho, setembro de 2007.



Figura 15 - Containers de um dos frigoríficos compradores da produção.
Autora: Daniela Alves Carvalho, setembro de 2007.

3. 3.2 Espaço de circulação da atividade de manejo: comercialização do Pirarucu.

A comercialização da produção do Pirarucu ainda é um dos principais gargalos das organizações locais estabelecidas em Fonte Boa, pois a comercialização gera inseguranças para esses grupos. Vender não é algo simples, pois o comércio exige experiências e existem

diferentes tipos de compradores. Uma das suas maiores dificuldades é o controle da pesca e a comercialização ilegal do Pirarucu (IDSFB, 2008). Isso limita o número de compradores em potencial, uma vez que a fiscalização é deficiente e o Pirarucu ilegal tende a ser mais barato e disponível o ano todo. Outra dificuldade que surge com o passar dos anos é o número limitado de empresas no Estado do Amazonas aptas a comprar a produção (IDSFB, 2008).

Em Fonte Boa, o processo de comercialização do pescado do Pirarucu é realizado por duas mediações: a) Através do IDSFB e b) em alguns casos pelas próprias comunidades (Figura 16).

O IDSFB identifica os compradores previamente cadastrados junto ao próprio Instituto e realizam formalmente um contrato de compra e venda, firmado entre as comunidades e/ou associações e os mesmos para dar garantia para os comunitários e/ou associados. No contrato constam algumas cláusulas como: quantidade de peixes da comunidade, espécies a serem comercializadas e preço do pescado, em seguida as duas partes registravam o contrato em cartório com uma cópia para o comprador, comunidade e IDSFB.

O processo de comercialização, fomentado pelas comunidades, se estabelece no processo de aviamento, ou seja, por uma relação desigual entre pescador e comprador. O problema nesta relação é que o “aviador” cobre todas as despesas do pescador, para realização da despesca, fornecendo-lhe, os apetrechos de pesca, combustível e alimentação. Quando o pescador conclui a despesca e repassa a produção para o “aviador”, geralmente não consegue pagar sua dívida ou paga com bastante dificuldade, devido o preço do produto que se mantém estagnado. Essa relação faz com que o pescador não consiga manter uma receita estável e satisfatória, pois, mesmo que possa pagar sua dívida, sobra bem pouco para investir em outras necessidades básicas.

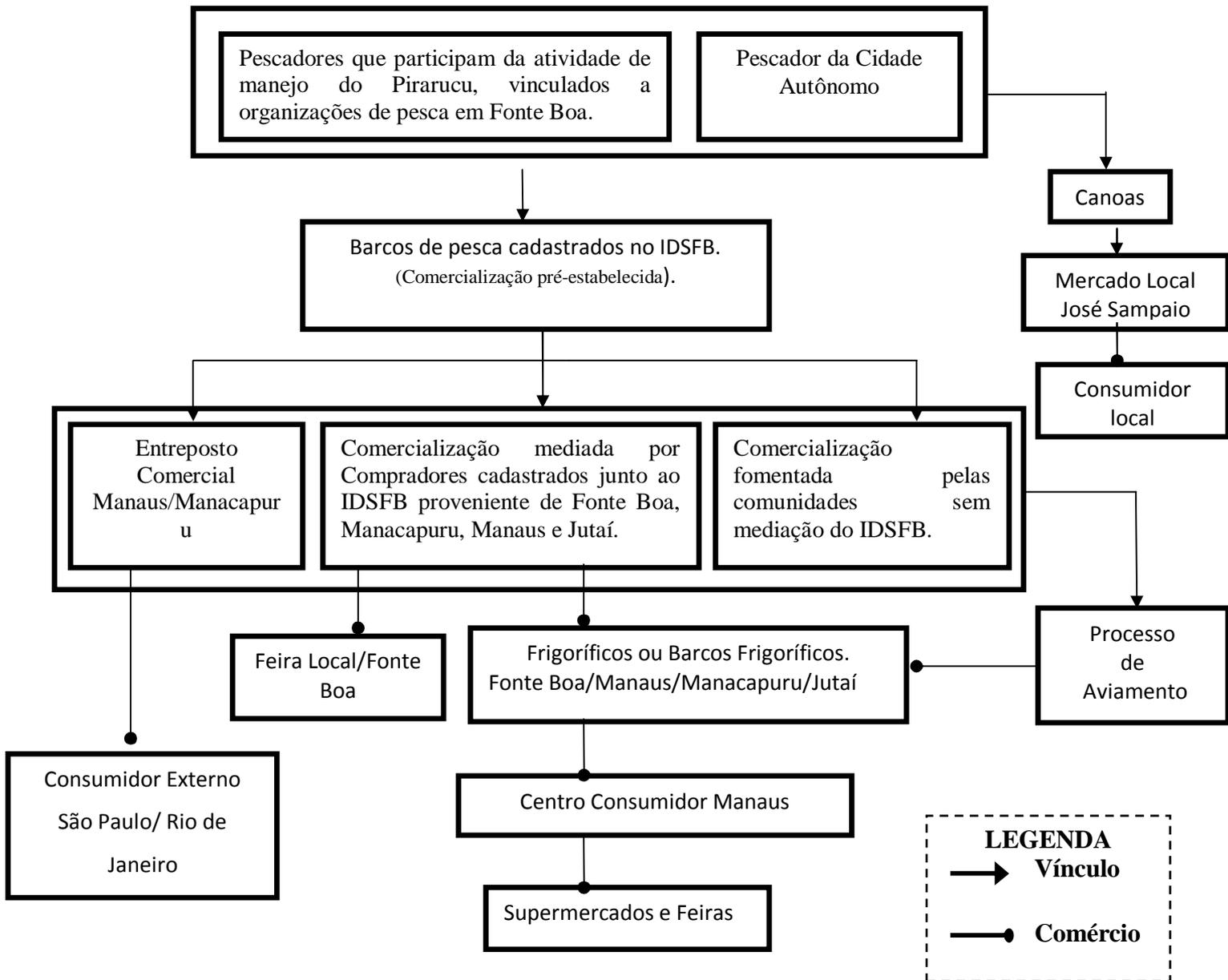


Figura16 – Cadeia Produtiva do Pirarucu na cidade de Fonte Boa.

O cadastro dos compradores junto ao IDSFB é tido como instrumento muito importante para comunidades /ou associações envolvidas na atividade. Eles associam o cadastro como uma garantia de venda da sua produção de Pirarucu. Para o IDSFB, esse cadastro possibilita monitorar as quantidades adquiridas pelos compradores para que não ocorram, ações fraudulentas como uso de Pirarucu clandestino.

Em Fonte Boa a compra da produção das comunidades e associações, se estabelece por meio de uma rede de comercialização com destino as cidades/compradores. Em 2008 os compradores eram das seguintes cidades: Jutai, Manacapuru, Fonte Boa e Manaus (Tabelas 06 a 07).

As organizações envolvidas na atividade de manejo do Pirarucu, também se comprometem em abastecer a sede do município. O pescado é comercializado nas feiras da cidade, sendo vendido inteiro sem cabeça e vísceras ou em banda sem pele e costela.

Tabela 06 - Compradores da produção de Pirarucu de Fonte Boa em 2008.

Comprador	CNPJ / CPF	Bairro	Município
Frigorífico Pescador LTDA	06.991580/0001-02	Baré	Fonte Boa
Eucias Dias de Matos	313.725.462-00	Baré	Fonte Boa
Mário Jorge Batalha Lasmar	788.070.722-72	Centro	Fonte Boa
Frigorífico Mato Grosso	05.085.608/0001	Vila Sônia	Jutai
Frigorífico DMC Pescado	032.52223/0001	Vila Sônia	Jutai
JR Fermin	07.059.095/0001-68	Vila Sônia	Jutai
Mendes Pescado	00.291.176/0001-40	Vila Sônia	Jutai
Manoel Rodrigues da Silva	007.387.942-87	Vila Industrial	Manacapuru
Nailson da Silva Ferreira	347.591.902-87	São José	Manacapuru
Oswaldo Coelho Filho	152.356.702-30	Educandos	Manacapuru
Alberto Paula da Silva	073.598.702-59	São Francisco	Manaus

Fonte: IDSFB, 2008.

Os dados da tabela evidenciam uma rede de comercialização da produção de Pirarucu, proveniente da atividade de manejo desenvolvida no município de Fonte Boa, no ano de 2008.

O processo de comercialização se concretiza pelo IDSFb através de ofícios, no qual realiza o pedido de Emissão da Guia de Trânsito de Pescado para o IBAMA, no ofício constam as seguintes informações sobre o produto: número do ofício, data, nome da Instituição, quantidade de peixe, peso do peixe, numeração de lacres, nome do requerente com os dados pessoais e endereço, nome do destinatário com as informações pessoais e endereço onde o peixe vai desembarcar nome da embarcação que realiza o transporte, porto de origem e data de saída do carregamento, em seguida a equipe do IBAMA sob a Coordenação da GEREX II – Tefé – AM emite as Guias de Trânsito de pescado para as espécies provenientes do manejo do município de Fonte Boa, este inserido no Programa Zona Franca Verde do Governo do Estado do Amazonas - AM.

O principal centro consumidor do produto da atividade de manejo é Manaus, seguido de Manacapuru. Essas duas primeiras possuem uma estrutura de frigoríficos que favorece o desembarque da produção do Pirarucu vinda de Fonte Boa. Manaus consome uma parte dessa produção; fora do estado, São Paulo e Rio de Janeiro são seus principais destinos (IBAMA, 2008).

O município de Manacapuru funciona como entreposto de comercialização do pescado de Pirarucu, uma vez que possui infraestrutura de estocagem do pescado, a partir daí são exportados para outros estados e países.

Relativo ao município de Jutai, este compra a produção do Pirarucu e escoar para Manaus, uma vez que esses compradores possuem barcos com infraestrutura de refrigeração, possibilitando o armazenamento em quantidade do pescado e manutenção do mesmo.

Os compradores são nódulos importantes na rede de comercialização do Pirarucu proveniente de Fonte Boa/AM, sedimentando uma reorganização do trabalho produtivo da

atividade de manejo e definindo a rede de comercialização e escoamento do Pirarucu manejado de Fonte Boa.

3.3.3 Impactos na renda da atividade de manejo do Pirarucu no ano de 2008.

A pesca manejada do Pirarucu envolveu em 2008, cerca de setenta e duas comunidades mais associações de pescadores inseridas em Fonte Boa, com um total de 709 pescadores envolvidos diretamente nas atividades do manejo de Pirarucu, alcançando um faturamento no valor de 1.327.293,20 de acordo com a tabela abaixo (IDSFB, 2008).

Tabela 07 – Produção de Pirarucu no ano de 2008.

Setor	Unidade de Conservação	Nº Pirarucus capturados	Peso total (Kg)	Faturamento em R\$ (variações de preços entre 3,00 a 3,50/Kg)
Solimões de Cima II	RDSM	623	32.279,0	112.976,50
Solimões de Cima I	RDSM	634	29.464,0	103.124,00
Solimões do Meio	RDSM	95	4.426,0	14.163,20
Solimões de Baixo I	RDSM	165	7.107,0	21.321,00
Maiana	RDSM	649	31.929,0	105.365,70
Auati Paraná de Cima	RDSM	2.203	106.636,0	351.898,80
Guedes	RDSM	303	15.835,0	52.255,50
Panauã	RDSM	840	53.498,0	176.543,40
Arumanduba / Tarará	RDSM	276	15.480,0	54.180,00
Terra Indígena Acapuri de Cima	RDSM	196	10.002,0	35.007,00
Auati Paraná	Resex Auati Paraná	1.413	75.540,0	241.728,00
Campina	Reserva Municipal	194	8.012,0	26.439,60
Minerua	Reserva Municipal	228	9.785,0	32.290,50
Total		7819	399.993,0	1.327.293,20

Fonte: Dados obtidos pelo IDSFB, Colônia de Pescadores e Associação Agro-Extrativista de Auati -Paraná – AAPA.

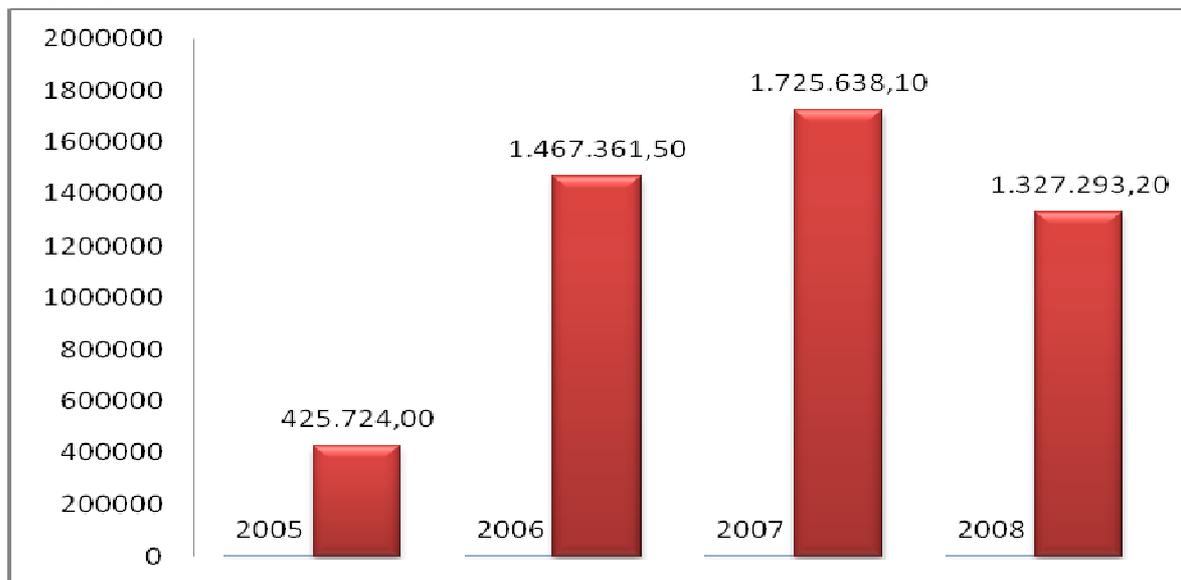
Os resultados aqui apresentados constituem, para as organizações de pesca e comunidades, a compensação de seus esforços na atividade de “manejar” os lagos, no qual provém uma renda para cada família ligada a esta. No ano de 2008, o faturamento chegou um valor de R\$ 1.327.293,20 kg com produção 399.993,00. Compreendendo um faturamento de 74,16% na área da RDSM; 18,21% na RESEX Auati-Paraná; 2,64% na Reserva Municipal e, 4,42%, em Terras Indígenas. Para o ano de 2009 o IBAMA autorizou o IDSFB a despescar um total de cotas de 10.840 de indivíduos da espécie (incluí RDS Mamirauá, Terra Indígena, e duas Reservas municipais) e para a área da RESEX Auati –

Paraná, um total de 1.826 cotas, autorizada pelo IBAMA, n. 027/2009, totalizando 12.826,00 espécie de Pirarucu, liberados para despesca.

Esse potencial vindo das áreas protegidas, e da atividade de manejo desenvolvido pelo IDSFB, vem contribuindo decisivamente para uma rápida disseminação dessa atividade nos municípios vizinhos. De acordo com o IDSFB, as ações de manejo “sustentado” do Pirarucu estão sendo replicadas em alguns municípios, a saber: São Paulo de Olivença em terra indígena; Japurá, na área limite com a RESEX Auati-Paraná; Jutai na área da reserva extrativista do rio Jutai; no município de Maraã através da colônia de pesca Z-32, realizando o manejo em alguns lagos da região; no município de Tefé, através da colônia Z-4 e pelo IDSM, nas áreas da RDS Mamirauá e RDS Amanã e lagos da região. Esses municípios ao aderir à atividade de manejo do Pirarucu, se inserem na política ambiental do Estado, tornando-se núcleos principais de projetos “sustentáveis” sobre o viés da “racionalidade “do uso dos recursos naturais.

A seguir, apresento gráficos que possibilitam quantificar a arrecadação econômica, demandada pela atividade de manejo do Pirarucu, junto às associações e comunidades que fazem parte desse processo.

Gráfico 01: Arrecadação em R\$ pelas comunidades e/ou associações com a venda do Pirarucu.



Fonte: Dados IDSFB/2008.

Nota-se no gráfico acima que arrecadação em R\$ pelas comunidades e/ou associações com a venda do Pirarucu manejado, tem uma baixa arrecadação no ano de 2005. De acordo com o IDSFB, esse fato está atrelado ao marco inicial da atividade de manejo, nesse ano ocorreram vários problemas no processo da atividade, entre eles foram citados: a grande seca que ocorreu nesse período, ocasionando pouco tempo para realização da despesca nos lagos (como as águas baixaram muito rapidamente, o acesso dos pescadores aos lagos de manejo foi impossibilitado); atraso na liberação das cotas de despesca IBAMA; falta de apetrechos de pesca dos envolvidos nas atividades; falta de barco para escoamento da produção; falta de gelo para armazenar a produção; ausência de um sistema fiscal de liberação do produto para exportação. O instituto informou também que algumas dessas dificuldades eram previstas visto que se iniciava um novo processo de produção para as comunidades.

No ano que se segue de 2006 a 2007, é visível o crescimento da arrecadação de renda para os envolvidos na atividade. O IDSFB argumenta que esse crescimento está relacionado com a organização dos pescadores, as capacitações oferecidas pelo instituto para continuar com atividade de manejo e com a experiência adquirida durante o ano que passou. Já no ano

de 2008, nota-se na tabela um decréscimo de arrecadação. Esse fato está relacionado com a cheia do rio Solimões, nesse mesmo ano. Vale ressaltar que a atividade de manejo é fortemente influenciada por eventos climáticos que aumentam as secas/cheias, ocasionado em alguns momentos a despesa antecipada do Pirarucu.

De acordo com o monitoramento de renda média anual, realizada pelo IDSFB, a atividade de manejo no município tem contribuído na dinâmica econômica na cidade e no aumento do poder aquisitivo das organizações que participam da atividade de manejo do Pirarucu (Gráfico 2).

Gráfico 02: Pescadores que Participaram do manejo e Renda Média por Pescador.



Fonte: Dados IDSFB/2008.

Por intermédio da atividade de manejo do Pirarucu os agentes ligados a essa atividade obtêm uma renda mais imediata, quando comparada com a renda proveniente da agricultura, em particular do plantio da mandioca e produção de farinha. Nesse processo demora-se em média seis meses, devido à necessidade de esperar a mandioca “madura”, ocasionando um “tempo” mais demorado para obtenção do lucro, ou quase sempre do excedente da produção, pois o normal é produzir a farinha para sustento próprio e vender o excedente.

De acordo com os resultados dos gráficos 01 e 02, observa-se que a atividade de manejo tem apresentado alguns resultados em termos de arrecadação e renda. E esses

resultados estão relacionados com o processo de comercialização do Pirarucu, que é o ponto chave para poder diminuir a dependência dos pescadores (entende-se associados e comunitários), em relação aos atravessadores e comerciantes-aviadores.

3.4 A regularização da atividade de manejo do Pirarucu produzindo espaço em Fonte Boa.

Sem dúvida, a atividade de manejo sustentável do Pirarucu vem influenciando e alterando o espaço em Fonte Boa. Após criação do IDSFB, na sede do município, tais alterações são percebidas com o aumento de programas de incentivo do Estado, os quais direcionam a atividade de pesca do Pirarucu, trazendo consigo uma demanda de serviços formais e informais.

Instalam-se na sede municipal representantes de diversos órgãos relacionados à atividade de manejo sustentável dos lagos centralizando os processos administrativos e de decisão na cidade. Na cidade a prefeitura, através do IDSFB, criou duas áreas protegidas na esfera municipal, sendo as primeiras reservas de domínio municipal criadas no alto/médio rio Solimões. Produzindo espaço de uso regulado no interior do município. Diante dessa estratégia, a prefeitura assume a gestão municipal dessas áreas, implementando uma política de desenvolvimento ambiental e “sustentável para o município”. Com essa política captura para si o discurso da sustentabilidade e tenta gerir politicamente o ordenamento territorial na esfera municipal, buscando participação das tomadas de decisões que historicamente são feitas na esfera estadual e federal.

Pode-se dizer que Fonte Boa, cria um novo padrão de relações sociais, ambientais, econômicas e políticas na calha do rio Solimões. Ou seja, a questão administrativa no município não está mais baseada somente no funcionamento da economia mercantil e/ou subjugada à política estadual e/ou federal. Com o IDSFB o município passa a ser ator

principal na re-estruturação da dinâmica social e política e na geração de políticas ambientais locais.

Nesse sentido, os recortes espaciais na administração pública em Fonte Boa não são político- geográfico no sentido tradicional do termo, mas incorporam o ordenamento implícito no discurso da sustentabilidade ambiental no manejo de recursos naturais aquáticos. Passa a mobilizar os diversos atores sociais em prol do desenvolvimento. Suas ações estão aplicadas nas áreas protegidas inseridas no município, os lagos compartilhados por diversas comunidades e municípios limítrofes dessas áreas nesse caso: Jutaí, Japurá, Marãã.

Diante dessas ações, a atividade de manejo do Pirarucu em Fonte Boa destaca-se no contexto da rede urbana na calha do rio Solimões como modelo de manejo, apresentando características “sustentáveis”. Se, é verdade que este “modelo” responde a essa sustentabilidade, pois até os dias de hoje não se chegou a um resultado concreto de equidade entre a espécie manejada e a tão propagada “qualidade de vida” dos agentes sociais envolvidos nessa atividade, é difícil de julgar, porém Fonte Boa torna-se modelo do discurso em voga.

Enquanto modelo passa a ter papel diferenciado na rede urbana incorporando-se nela, não pelas suas funções tradicionalmente consideradas (bancos, hospitais, serviços, comércio, transporte), mas por meio do Pirarucu que se transforma em mercadoria no processo de manejo. É um produto extrativista que configura a rede urbana na região tornando-a específica e diferenciada das demais redes urbanas brasileiras. É a rede urbana que se consolida graças a produtos e funções não-urbanas; é o Pirarucu e o manejo sustentável dos lagos que produz espaços e insere a cidade de Fonte Boa na complexa dinâmica urbana do Amazonas.

Considerações Finais

Entende-se que a atividade de manejo do Pirarucu produz espaço em Fonte Boa e na calha do médio/alto rio Solimões. Essa produção está baseada, através dos seus mecanismos de uso dos recursos naturais, legitimado pelas políticas ambientais presente no município, contribuindo assim para a produção de espaço em Fonte Boa. Pois as políticas ambientais são a forma contemporânea de ordenamento territorial. Estas impactam o espaço urbano e a configuração da rede urbana na calha do rio Solimões.

Entender o urbano na Amazônia requer entender a complexa relação entre sociedade e natureza e as formas com as quais essas se desenvolvem. E no caso de Fonte Boa essas relações são estabelecidas através da atividade de manejo sustentável de produto extrativista, nesse caso o Pirarucu, e da sua produção e comercialização.

Nesse contexto, a atividade de manejo se transforma em uma rotina organizada, no tempo e no espaço, transformando os usos dos espaços, onde passam a predominar as relações profissionais e institucionais e modificam as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática socioespacial.

É na cidade que a atividade de manejo se materializa, é nela que estabelece a sua comercialização e a sua reprodução social, as reuniões, o planejamento e etc (nesse caso a colônia, associações de pescadores e as organizações comunitárias).

Da cidade provêm também a legalidade da atividade de manejo, a comercialização e as inovações, tecnologias que colaboram para a gradual transformação da atividade e de seus agentes. Nessa condição, o espaço visto como mercadoria sofre mudanças e readaptações de uso e funções que lhe conferem novos valores e possibilitam o desenvolvimento de uma atividade econômica, que aos olhos do poder público local e da sociedade se torna

“sustentável”. Pode-se dizer que, para o caso do manejo do Pirarucu, a sustentabilidade vem da cidade – com seus técnicos, institutos e nomes.

O processo de produção e comercialização que envolve a atividade de manejo de Pirarucu aqui descrito vai além da criação de objetos, mas sim de um processo real, amplo e profundo, como conjunto de relações diversas estabelecidas entre os indivíduos da sociedade que nesse processo, produz um espaço urbano em sua dimensão prática.

Observa-se também que Fonte Boa tornou-se importante nesse contexto por vários fatores históricos, posição estratégica (está no centro geográfico das bacias do rio Jutai e Japurá), forte coesão social, atuação da Igreja, centro especializado do manejo do Pirarucu e primazia na política ambiental, pois diante dos municípios localizados na calha do Solimões, Fonte Boa é o que detém de uma política voltada para a gestão ambiental dos seus recursos naturais. Pode-se dizer que diante da atividade da Igreja e do manejo, se estabeleceu uma rede com componentes de municípios interagindo sobre a atividade de manejo do Pirarucu, considerando-se aí a reprodução das relações sociais de produção.

As transformações ocorridas no espaço em Fonte Boa por conta do fenômeno “manejo sustentável” possibilitam o surgimento e a consolidação do município na rede que se estabelece através do pescado (nesse caso o Pirarucu). Ou seja, essa rede considera a reprodução das relações sociais de produção. Pode-se dizer que ela ao mesmo tempo circula entre os municípios presente na calha do médio/alto Solimões neste caso os municípios de Tefé, Uarini, Fonte Boa, Maranhã, Japurá, São Paulo de Olivença. Ela também interage através das pessoas que participam da atividade de manejo, se locomovendo ou seja, é a própria sociedade em articulação, mesmo que de maneira desigual.

Mediante os cenários favoráveis para o desenvolvimento econômico e socioambiental da cidade de Fonte Boa, observa-se um alto grau de dependência em relação ao governo federal e estadual. Isso se deve ao fato da cidade depender da transferência de recursos

financeiros, sobretudo da União, já que a maior parte da arrecadação da ICMS está concentrada na capital do Estado e o manejo foi liberado da arrecadação do ICMS. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, através da Secretaria do Tesouro Nacional, o município recebe de transferências intergovernamentais (corresponde instância federal e estadual) uma dedução orçamentária no valor 881.215,43 no ano de 2008 em contrapartida com a receita gerada pelo município no mesmo ano no valor de 163.646,48.

Muito embora o programa de manejo de pesca do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Fonte Boa - IDSFb tenha promovido e incentivado a pesca “sustentável” de outra espécie importante na região (Tambaqui), sem dúvida o sistema de manejo no município mais importante é o do Pirarucu. Não apenas por sua abrangência e pelo seu alto valor econômico, mas também pelo simbolismo da espécie, uma das mais importantes na história da econômica do Amazonas.

Mas apesar do Pirarucu ser um dos principais produtos de exportação em Fonte Boa (competindo com o peixe liso), este sequer sofre tributação resultando em sérias perdas tributárias para o município e para a população em geral. A dependência da transferência de recursos torna o município refém das políticas do governo federal e estadual, que estabelece várias exigências, as quais os municípios nem sempre conseguem atender (IDSFb 2008).

Por fim, pode - se dizer que a atividade de manejo do Pirarucu em Fonte Boa destaca-se no contexto da rede urbana do rio Solimões como modelo de manejo, apresentando características “sustentáveis”. E como modelo passa a ter um papel diferenciado na rede urbana incorporando - se nela não pelas suas funções historicamente tradicionais (bancos, hospitais, serviços, transporte), mas por meio do Pirarucu que se transforma em mercadoria no processo de manejo. É um produto extrativista que configura a rede urbana na região tornando-a específica e diferenciada das demais redes urbanas brasileiras. É a rede urbana que se consolida graças a produtos e funções não-urbana; é o Pirarucu e o manejo sustentável dos

lagos que produz espaços e insere a cidade de Fonte Boa na complexa dinâmica urbana do Amazonas. São destas complexas relações socioecológicas que se configuram a cidade, o urbano e a rede no Amazonas e são delas as possibilidades de conservação e preservação da vida (humana e não-humana) na floresta dos grandes rios.

Assim sendo, a dissertação possibilita conhecer um pouco da história de Fonte Boa, além de tornar possível uma análise sobre as alterações na natureza da cidade ao longo do seu processo histórico de ocupação, a partir da atuação das missões religiosas na formação do médio/alto rio Solimões e do Movimento de Educação e Base na constituição de “comunidades”. Destacando a mudança da relação da sociedade humana com a natureza, em decorrência da modificação do espaço, no qual a cidade passa a recorrer a estratégias de produção, controle e planejamento através da presença de instituições públicas e das políticas ambientais. A cidade se re-estrutura a partir do manejo “sustentável” do Pirarucu e é este que a insere de forma diferenciada na rede urbana. É um peixe que configura o urbano e é o urbano, pelas instituições ambientais, que re-configuram o rural na região. São elementos diferenciados que estruturam e moldam a relação rural-urbano na Amazonas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo. W. Berno de. **Distinguir e Mobilizar**: duplo desafio face às políticas governamentais. Revisita Ipititi. São Luiz: Abong, 2001.
- ALLEGRETTI, Mary Helena. **A Construção Social de Políticas Ambientais**. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, 2002.
- ALENCAR, Edna F. 2004. **Estudo estratégico. Situação sócio-econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas**. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, Manuscrito.
- ALLEGRETTI, M. **Reserva Extrativista: uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica**. Curitiba: IEA, 1987.p.36.
- AYRES, J.M, G.A.B. Fonseca. **Os Corredores Ecológicos das florestas tropicais do Brasil**. sociedade Civil Mamirauá, Belém, 2005.
- AYRES, D. L. 1994. **A implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência de Mamirauá**. In: D’Inção, M. A; & Silveira, I.M. (eds) *Amazônia e a crise da modernização*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém - PA.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. **Da Nação ao Planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia Brasília. Dissertação (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2001.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. “**Notas para uma historia social das áreas de proteção integral no Brasil**”. In: RICARDO, Fany (org.). *Terras indígenas e unidade de conservação da natureza: o desafio das sobreposições*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 53-63.
- BARTHEM, R. B.; Guerra, H; Valderrama, M. 1995. **Diagnostico de los recursos hidrobiológicos de la amazonia**: Tratado de Cooperación Amazônica, Lima.
- BARTHEM, R. B., FABRÉ, N. N. Biologia e diversidade dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: Ruffino, M. L. ed **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. IBAMA/Provárzea, Manaus pp.17–62. 2004.
- BENATTI, José Heder. **Posse Agroecologia e Manejo Florestal**, Juruá Editora 2003.
- BRITO, Cecília Wey de, **Unidades de Conservação: interações e resultados**. Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-Graduação Universidade de São Paulo, 1998.

BRUSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CALVACANTE, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, Pe: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. P.34-35.

BUARQUE, S. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento local e Municipal Sustentável**. Recife: IICA. 1999, 172.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. 2005. **Políticas Públicas e (in) sustentabilidade social**: o caso de comunidades da várzea do Alto Solimões, Amazonas. In: *Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade*. 1a ed. Manaus: IBAMA /Pro Várzea, p. 59-100.

_____. 2006. **Plano Nacional de Áreas Protegidas**, Ministério do Meio Ambiente, Secretária de Biodiversidade e Florestas – Diretoria de áreas protegidas, Brasília 2006.

_____. 2008. **Programa de Fortalecimento institucional da Gestão Ambiental e Territorial do Estado do Amazonas – PGAM**. Governo do Estado do Amazonas; Secretaria de Estado do meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -SDS; Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM. Manaus/AM.

_____. 2010. **Plano de Gestão da reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá**, Vol. I e II Versão para Consulta Pública – Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Centro Estadual de Unidade de Conservação, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Manaus/AM. <http://www.ceuc.sds.am.gov>. Acesso agosto de 2010.

CARLOS, Ana Fani. **A Cidade**. São Paulo; Contexto, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. RJ: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Periodização da rede urbana Amazônia**. Revista de Geografia, Rio de Janeiro, 1987.

CERDEIRA, R.G.P. (1999). **Administração Participativa – Relatório Técnico**. CNPT/IBAMA, Brasília.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo. Ática, 1987.

DERICKX, João. **No coração da Amazônia: Juruá, o Rio que chora**. Petrópolis: Vozes, 1992, 181 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à pesquisa sobre populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.p.130.

FAULHABER, Priscila. **O lagos dos espelhos**: etnografia do saber a fronteira em Tefé/Amazonas. Belém: Museu Paranaense Emílio Goeldi, 1998.

- FISCHER, C.F.A, CHAGAS, L., DORNELES, L.D.C. (1992). Relatório Técnico – **Bacia Amazônica**. Coleção Meio Ambiente, Série Estudos de Pesca: 2. IBAMA, Brasília.
- FOSTER, George. FOSTER, G. **O que é cultura popular**. Antropólogo americano, New York, v.55, 1963.
- FRAXE, Terezinha. J. P.Witkoski, Antônio Carlos, Pereira, H. dos Santos.(Org.). **Comunidades ribeirinhas – Amazônica: Memórias, Ethos e Identidade**. EDUA, Manaus, 2007.
- GALVÃO, Eduardo E. **Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá – Baixo Amazonas**, 1ed., Cia. Ed. Nac., Brasileira, São Paulo, 1976.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papiros, 1990, 56p.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HESS, G.R, **Conservation Corridors and Contagious Disease: A Cautionary Note**, Conservation Biology, v. 8, p 256, 1994.
- HIGUCHI, M. I. G;TOLEFO,R.F., RIBEIRO, M. N.L.; SILVA,K. Vida Social da **RESEX Auati- Paraná – Fonte Boa- AM**. Relatório Técnico, Manaus, 2008.
- HUMBERTO, A.L. Fonte Boa: Coração do rio Solimões-Amazonia, Imprensa Oficial do Estado. Manaus, 1998.
- Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia – IPAM (1999). IPAM – Projeto Várzea**, estratégias de pesquisa e intervenção para o manejo dos recursos naturais na Amazônia. Santarém, PA, 24p.
- IBAMA. **Reunião de Composição Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Auati – Paraná**. Relatório Técnico. Manaus 2006.
- IBAMA. **Acordo de Pesca**. Relatório Técnico. Manaus 2007.
- IBGE 2000. **Dados demográficos**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>
- IUCN/UNEP/WWF. **Cuidando do planeta Terra: uma estratégia para o futuro das vidas**. São Paulo: CL-A Cultural Ltda., 1991.
- _____.2008 Introdução. In: FAULHABER, P.; MONSERRAT, R. (Org). **Tastevin e a etnologia indígena: coletânea de textos traduzidos em Tefé (AM)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.
- IDSFB, **Dados de atividade de manejo do Pirarucu**, ano 2008.

IDSMS, **Plano de Manejo** da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá ano 2008.

JUNK, W.P. 1984. **Ecology, fisheries and fish culture in Amazonia**. In: Sioli, H. (ed). The Amazon: limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin. P. 443-475. Monographie Biologicae.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jumar. Rio de Janeiro: DP A, 1999.

LINS, E. Manoel da Silva. **Fonte Boa: Terra de Bons Frutos**. Imprensa Oficial do Estado, Manaus, 2004.

_____. Lei Orgânica de Fonte Boa referente ao Meio Ambiente, Lei nº. 09 de 11 de setembro de 1989, que autoriza a preservação de lagos do Município de Fonte Boa.

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**, São Paulo, editora Ática, 1991 (edição Galimard, 1968).

_____. **O MEB- Movimento de educação de Base**, a organização comunitária e a preservação ambiental. Alasru, 2006. Disponível em: <http://www.alasur.org/cdalasur2006/08%20GT%20Delma%20P%20Neves.pdf>. Acesso em: 21 set. 2008.

NEVES, Delma P. **Os ribeirinhos e a reprodução social sob construção**, In. Boletim Rede Amazônia, ano 2, n. 1, IRD, PPGAS/UFRJ; NAEA/UFPA: Rio de Janeiro; Belém, 2003, p.73- 82. Disponível em <http://www.redeamazonia.com.br/pdf/2/47-59.pdf>. Acesso em: 26 abril de 2009.

NOGUEIRA-NETO, Paulo. “**A importância dos Corredores Ecológicos**”. In: ARRUDA, Moacir e SÁ, Luis Fernando Nogueira de (org.). Corredores Ecológicos: Uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil: IBAMA, 2004.

MACGRATH, D. Projeto Várzea: **Reserva de lago e o manejo comunitário dos recursos de várzea**. DFID/WWF proposal, 1995.

MACGRATH, D.; CASTRO, F.; CAMARA, E.; FUTEMMA, C. 1999. **Community management of floodplain lakes and the sustainable development of Amazonian fisheries**. In: Padoch, C.; Ayres, J.M.; Pinedo-Vasquez, M.; Henderson, A. (eds). Varzea diversity, development and conservation of Amazonia's whitewater floodplain. New York Botanical Garden Press.

MEGGERS, Betty J. Amazonia. **A ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 157.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SUNUC**. Brasília, 2006. p. 56/

PÁDUA, J.A. **Sopro de destruição, um pensamento político e crítica ambiental no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Uma revolução cultural não pode desenrolar-se fora do campo político** [entrevista, Revista TRIUNO. Lisboa: Editorial O Século, 1970. (Verão de 1968)

QUEIROZ, H.L.; SARDINHA, A. D. **A preservação e o uso sustentado dos Pirarucus em Mamirauá.** In: H.L. Queiroz. & W. G. R Crampton (eds.) **Estratégias para o manejo de recursos pesqueiros em Mamirauá.** Brasília: Sociedade Civil Mamirauá/Ministério de Ciência e Tecnologia /Conselho Nacional de Pesquisa, pp. 108-141. 1999.

RUFFINO, M.L. (2000). **Manejo dos Recursos Pesqueiros do Médio Amazonas, biologia e estatística pesqueira.** Coleção Meio Ambiente, Série Estudos de Pesca: 22. IBAMA. Brasília.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico e informacional.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Espaço e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCOTT, Allen J. **New industrial spaces.** Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London: PION, 1988.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas. **A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 10ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **A cidade nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1965.

SCHOR, Tatiana, COSTA, Danielle Pereira da. **Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: uma tipologia para as cidades na calha do rio Solimões/AM.** Anais X SIMPURB, Florianópolis, 2007.

_____. **A Evangelização na região do rio Solimões.** Documento da Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, Fonte Boa 1972.

TASTEVIN, Constant. **A região do Solimões ou Médio-Amazonas (Amazonas, Brasil).** In: FAULHABER, P.; MONSERRAT, R. (Org). **Tastevin e a etnologia indígena: coletânea de textos traduzidos em Tefé (AM).** Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

_____. 2008, **Unidades de Conservação do Estado do Amazonas,** Centro Estadual de Unidade de Conservação, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Manaus/AM. <http://www.ceuc.sds.am.gov>. Acesso em outubro de 2008 e agosto de 2009.

_____.2008, **Unidades de Conservação Federal**, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Ministério do meio Ambiente, Brasília <http://www.icmbio.gov.br>. Acesso em outubro de 2008 e agosto de 2009.

VERÍSSIMO, J. **A Pesca no Amazônia**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves e Cia. (Monographias Brasileiras III, 206 pp. 1895).

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica – estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Companhia editorial nacional. Tradução de Coltide da Silva Costa. 1957.p.146.

WILSON, Edward O. **Diversidade da vida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ANEXO

1- **Quadro 01** – Relação da legislação ambiental ocorrida entre 1921 a 2007.

Tipo	Número/Data	Objetivo
Decreto Legislativo	4.421/ 28.12.1921	Criou o Serviço Florestal Brasileiro
Decreto Federal	23.793/ 23.01.1934	Aprova o Código Florestal Brasileiro
Decreto Federal	1.713/ 14.06.1937	Cria o Parque Nacional de Itatiaia
Lei Federal	4.771/15.09.1965	Institui o novo Código Florestal
Decreto Federal	289/ 28.02.1967	Criou o IBDF, uma autarquia integrante do Ministério da Agricultura
Lei Federal	5.197/ 03.01.1967	Código de Proteção à Fauna
Decreto Federal	73/030/ 30.10. 1973	Cria, no âmbito do ministério do interior, a Secretária Especial de Meio Ambiente - SEMA, e dá outras providências.
Decreto Federal	74.607/25.09.1974	Dispõe sobre a criação do programa de Pólos Agropecuário e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA)
Decreto Federal	84.017/ 21.09.1979	Aprova o Regimento dos Parques Nacionais Brasileiros: Parque nacional Pico da Neblina – AM e parque Nacional do Jaú
Lei Federal	6.902/ 27.04.1881	Dispõe sobre a Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. No Amazonas cria Estação ecológica Mamirauá
Lei Federal	6.938/ 31.08.1981	Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências
Decreto Federal	96.944/12.10.1988	Cria o programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal
Lei Federal	7.735/ 18.07.1989	Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidades autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
Lei Federal	7.804/18.07. 1989	Altera a lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei n. 7.35, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei n. 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.
Decreto Federal	99.274/ 06.06.1990	Regulamenta a Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei n. 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.
Decreto Federal	99.540/ 21.09.1990	Institui a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e dá outras providências.
Lei Federal	9.433/ 08.01. 1997	Institui a Política Nacional de recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal.
Decreto Federal	2.519/ 16.03.1998	Promulga a Convenção sobre diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de julho de 1992

Fonte: <http://www.presidencia.gov.br.legislacao/>, consultado setembro de 2010.

Continuidade do Quadro 01 – Relação da legislação ambiental ocorrida entre 1921 a 2007

Tipo	Número/Data	Objetivo
Decreto Federal	2.519/ 16.03.1998	Promulga a Convenção sobre diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de julho de 1992 ⁵¹ .
Resolução CONAMA	13/ 06.12.1990	Dispõe a área circundante, num raio de 10 (dez) quilômetros, das Unidades de Conservação.
Lei Federal	9.985/ 18.07.2000	Regulamenta o art. 225. inciso I,II,III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e dá outras providências.
Decreto Federal	3.834/ 05.07.2001	Regulamenta o art. 55 da lei n. 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e delega competência ao ministro de Estado do meio Ambiente para a prática do ato que menciona.
Lei Federal	10.257/ 10.07.2001	Regulamenta os arts. 182 e 283 da Constituição Federal, estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências
Decreto Federal	4.297/ 10.07.2002	Regulamenta o art. 9, da Lei n. 6939, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE.
Decreto Federal	4.339/22.08.2002	Institui os princípios e as diretrizes para a implementação da política Nacional da Biodiversidade, considerando os compromissos assumidos pelo Brasil na CDB, as demais normas vigentes relativas à biodiversidade e o desenvolvimento de estratégias, políticas, planos e programas nacionais de biodiversidade.
Decreto Federal	4.340/22.08.2002	Regulamenta artigos da lei 9.85, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Moção CNRH/MMA	35/ 28.11.2005	Recomenda aos órgãos e entidades ações para fomentar a integração das políticas públicas de recursos hídricos, florestais e de conservação de solos.
Decreto Federal	5.746/ 05.04.2006	Regulamenta o art. 21 da Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
Decreto Federal	5.758/ 13.04.2006	Institui o plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios e diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
Medida Provisória	366/ 26.04.2007	Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências.

Fonte: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/consultado> setembro, 2010.OBS: Da legislação, foram extraídas as definições que o Estado - Nação determina como normas às quais estão submetidas todas as instituições e toda a sociedade.

⁵¹ Disponível em: <http://mma.gov.br/port/sbf/chm/cdb/decreto.html>